



# Anais da Assembléia

Nº 128

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 16 DE NOVEMBRO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 120ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 16 DE NOVEMBRO DE 1983.

## QUARTA-FEIRA

Presidência do senhor deputado Trajano Bastos, secretariada pelos senhores deputados Gernote Kirinus e Werner Wanderer.

À Hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Pércles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o sr. presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE ( Trajano Bastos ) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

## EXPEDIENTE

### Requerimentos:

Senhor presidente.

O deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e fulcrado nos dispositivos contidos no Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER, a suspensão do Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 178/83, bem como sua conseqüente retirada da Ordem do Dia de 16 de novembro (05) sessões, a fim de melhor adequar as disposições ali contidas.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI

Apoiamento: Sabino Campos, Dirceu Manfrinato, Paulo Furiatti, Caíto Quintana, Adhail Sprenger Passos, Mário Pereira, Hermas Brandão, Antonio Anibelli, José Antônio Fonseca, Amélia Hruschka, Márcio Almeida, Eduardo Baggio, Orlando Pessuti, Artagão Mattos Leão, Ferrari Júnior e Luiz Alberto Oliveira.

## REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, fulcrado nos dispositivos legais que regem esta Casa Legislativa, REQUER a retirada por 72 horas, do Projeto de Lei nº 187/83 que trata sobre a estrutura do Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça e dá outras providências, a fim de melhor equacionar os dispositivos nele contido.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI

Apoiamento: Caíto Quintana, Amélia Hruschka, Sabino

Campos, Irondi Pugliesi, Tadeu Lúcio Machado, José Antônio Sonseca, Gernote Kirinus, Márcio Almeida, Rubens Bueno, Nelson Vasconcellos, Eduardo Baggio, Paulo Furiatti, Tadeu França, Artagão Mattos Leão, Hermas Brandão, Homero Oguido, Roberto Requião, Mário Pereira, Adhail Sprenger Passos, Anibal Khury, Ferrari Júnior, Orlando Pessuti, Antônio Anibelli, Sérgio Spada.

## REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, REQUER, no uso de suas atribuições e, com base em dispositivo expresso no Regimento Interno desta Casa Legislativa, preferência de votação ao Projeto de Lei nº 158/83 que trata da Proposta de Orçamento — Programa Anual — para o exercício de 1984.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI.

Apoiamento: Sabino Campos, Artagão Mattos Leão, Nestor Baptista, Dirceu Manfrinato, Amélia Hruschka, Sérgio Spada, Homero Oguido, Mário Pereira, Márcio Almeida, Paulo Furiatti, Tadeu Lúcio Machado, Tadeu França, Nelson Vasconcellos, Hermas Brandão, Anibal Khury, Orlando Pessuti, Ferrari Júnior, Irondi Pugliesi, Rubens Bueno, Caíto Quintana, Eduardo Baggio, Adhail Sprenger Passos, José Antonio Fonseca e Roberto Requião.

## JUSTIFICATIVA:

Os dispositivos legais de decurso de prazo criados para o favorecimento de governos despóticos, não podem ser utilizados pelos governos alcançados ao poder pela vontade popular.

Embora muitos pensem de forma diferente, nós do PMDB, não podemos trilhar pelo nosso caminho que outorgou à nossa nação leis de excessão que tanto avassalam, não só a nossa economia como as nossas liberdades individuais e de expressão.

Queremos a votação e a aprovação plenária.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação para o Projeto de Lei nº 182/83.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1983.

(a) Antônio Anibelli.

## REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, à Mesa, após aprovação do Plenário, que se registre nos anais desta Assembléia, voto de pesar pelo falecimento do SR. VALDEMAR VISSOTTO, ocorrido no dia 10 p.p., na cidade de Loanda. O extinto foi um dos pioneiros do município de Santa Izabel do Ivaí, onde instalou a primeira livreria escolar.

Que, da decisão deste Plenário, dê-se ciência a seus familiares, através das presidências das Câmaras de Vereadores de Santa Izabel do Ivaí e de Loanda, no Noroeste do Estado.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI.

## REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, e após ouvido o plenário, REQUER

ocorrido nesta data, no município de Sertaneja, do Senhor JOSÉ DE OLIVEIRA PIMENTA.

Outrossim, REQUER ainda, após aprovação da presente, dê-se ciência à família enlutada, através do Senhor ROQUE DE OLIVEIRA PIMENTA, Prefeito Municipal daquela cidade.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1983.  
(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consideração em ata dos trabalhos de um voto de profundo pesar, pelo falecimento ocorrido dia 11 de novembro do corrente, na cidade de Nova Aurora, da Senhora HENAINÉ TANIOS ACHKAR:

A extinta, era esposa do senhor Tanios Youssef El Achkar, seus filhos Joni Achkar, Marcel Achkar, Romel Achkar.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada na cidade de Nova Aurora.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1983.  
(a) FUAD NACLI

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, voto de congratulações com o Engenheiro Dr. JOSÉ ALBERTO PEREIRA RIBEIRO, pela sua eleição como presidente do Conselho Diretor da Associação Paranaense dos Empreiteiros de Obras Públicas, extensivo aos demais membros do referido Conselho.

Requeiro, outrossim que da decisão da Casa seja dada ciência à organização supra citada.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1983.  
(a) DONATO GULIN

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, um voto de congratulações pela passagem do 32.<sup>o</sup> aniversário de Emancipação Política do Município de GUAÍRA, ocorrido no dia 14 de novembro p.p.

Requeiro, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao excelentíssimo senhor prefeito municipal e ao senhor presidente da câmara municipal.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1983.  
(a) DONATO GULIN.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário, Requer :

Conste da Ata dos trabalhos da presente sessão, a homenagem póstuma, prestada ao ex-presidente da Câmara de vereadores de Mandirituba.

O vereador Vitor Leal Claudino foi alvo destas manifestações, quando da reinauguração da Escola Municipal que leva seu nome, localizada no Distrito de Areia Branca dos Assis, naquele município.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1983.  
(a) FUAD NACLI

#### JUSTIFICATIVA:

No dia 15 do corrente, foi reinaugurada no Distrito de Areia Branca dos Assis, no município de Mandirituba, a ampliação da Escola municipal, vereador Vitor Leal Claudino.

Deve-se ressaltar que a obra reinaugurada foi efetuada com recursos próprios da Prefeitura Municipal de Mandirituba, constando esta: 1 sala de aula mobiliada, 1 sala para secretaria, também mobiliada, banheiro privativo e outras dependências. Sendo efetuadas ainda: pintura, instalação elétrica e recuperação geral do prédio.

Outrossim, Requer que dá decisão do presente, dê-se ciência ao senhor Geraldo Cartário, digníssimo prefeito municipal de Mandirituba.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, vem mui respeitosamente, REQUERER que, ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao excelentíssimo sr. desembargador Alceu Conceição Machado, digníssimo presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, solicitando a criação do Distrito Judiciário de Rancho Alegre do Oeste, na Comarca de Goioerê.

Isso porque a mencionada localidade de Rancho Alegre do Oeste, situada no município de Goioerê, reúne todas as condições para ser alcançado à categoria de distrito judiciário, não só pela sua numerosa população, como também pelo seu crescente colégio eleitoral.

Nestes Termos

P. Deferimento

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1983.  
(a) IVAN GUBERT.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente..

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado à sua excelência o senhor governador do Estado, solicitação no sentido de ser constituído um Grupo de Trabalho, integrado por Representante da Casa, da Federação da Agricultura, da Secretaria da Agricultura, de Bancos e Seguradoras sediados no Paraná, da Cafe do Paraná, da Organização das Cooperativas e do Estado do Paraná; e Representantes dos Sindicatos Rurais, com o objetivo de estudar a implantação do Seguro Obrigatório no Estado do Paraná. Solicita, ainda, o envio de cópia do expediente às Entidades acima citadas.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1983.  
(a) EDGAR PIMENTEL.

#### JUSTIFICATIVA:

O empresário urbano raramente se encontra envolvido nas finanças de sua empresa, a pessoa jurídica não se confunde com a pessoa física e a responsabilidade do negócio é limitada pelo valor do patrimônio social, e não pessoal. Até mesmo o domicílio que abriga a família do empresário urbano não é nem sua fábrica, nem casa de comércio.

Mas o empresário rural, pelo contrário, tem normalmente responsabilidade ilimitada sobre as obrigações assumidas em seu negócio agrícola. A sede do negócio é também o teto que sua família e seus empregados são obrigados. Desse modo, a incerteza da empresa urbana torna-se substancialmente menos onerosa que a incerteza do negócio agropecuário.

Em meio a essa situação angustiante e cheia de incertezas para o agricultor é que se insere a necessidade de um seguro rural cobrindo a totalidade de seu capital investido na lavoura ou rebanhos.

## REQUERIMENTO

Senhor presidente.

Requeiro, à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao deputado doutor Deni Lineu Schwartz, digníssimo secretário dos Transportes, no sentido de que sua excelência se digne determinar ao departamento competente serviços de manutenção na estrada que liga a BR-277 à sede do município de São João do Triunfo, devido ao péssimo estado em que se encontra.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1983.

(a) DONATO GULIN.

## REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, que após ouvido o Plenário, seja oficiado ao excelentíssimo senhor governador do Estado, e ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Administração, solicitando-lhe urgência, e prioridade quanto às reformas que se fizerem necessárias, na Escola Estadual Maria B. Planas, localizada na Rua Francisco Glicério, na Zona Sete, no município de Maringá.

Outrossim, REQUER, que a decisão desta Casa se dê conhecimento ao excelentíssimo senhor prefeito municipal, aos excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal, aos excelentíssimos senhores vereadores municipais, e aos respectivos excelentíssimos senhores presidentes dos Diretórios do PDS e do PMDB no município de Maringá.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1983.

(a) TADEU FRANÇA.

## JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação, prende-se ao fato de que devido às últimas chuvas que assolaram o município de Maringá, ocasionaram grandes e enormes avarias na referida escola, tais como: problemas de estrutura, rachaduras em paredes, hidráulicos e elétricos, goteiras, etc...

A situação no presente momento da referida Escola é bastante angustiante, é mister a intervenção do governo do Estado, através de sua respectiva Secretaria de Estado, visando amplas melhorias, pois a integridade física dos alunos e professores diariamente continuam ameaçadas.

## REQUERIMENTO

**SÚMULA:** REQUER seja oficiado ao excelentíssimo senhor governador do Estado e aos excelentíssimos senhores secretários de Estado da Administração e Educação, solicitando-lhes a análise e ulterior enquadramento das Fundações Universitárias Estaduais de Maringá, Londrina e Ponta Grossa como ENTIDADES FILANTRÓPICAS, para que possam obter entre outras vantagens específicas, isenção de recolhimento ao INAMPS do percentual patronal que lhes é injustamente obrigatório, mesmo porque estas Instituições Culturais devem ser tratadas sob um ângulo diferente ao das Empresas de fins lucrativos.

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, seja oficiado ao excelentíssimo senhor governador do Estado, ao

excelentíssimo senhor secretário de Estado da Administração e à excelentíssima senhora secretária de Estado da Educação, solicitando-lhes que enviem todos os esforços, no sentido de que as Fundações Universitárias Estaduais, que mensalmente se despojam de preciosíssimos milhões e milhões de cruzeiros a título de contribuição previdenciária patronal, em detrimento da expansão do próprio potencial físico e, conseqüentemente, retraindo-se quanto à oferta de novos cursos acadêmicos e à ampliação da pesquisa universitária, sejam de fato reconhecidas como Entidades Filantrópicas, vindo a ser, por conseguinte, desembaraçadas do referido e pesadíssimo ônus financeiro mensal.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1983.

(a) TADEU FRANÇA.

## JUSTIFICATIVA:

Qualquer observador um pouco mais atento facilmente pode constatar que as Instituições de Ensino denominadas Fundações Estaduais sobrevivem economicamente enfermas pelo mal do déficit mensal. Em Maringá, por exemplo, o excessivo acúmulo de dívidas motivou, em passado relativamente recente, até mesmo o pedido de demissão do então reitor professor Rodolfo Purpur, na realidade tolhido ao extremo quanto às condições mínimas de administrar a combalida instituição.

Por outro lado, Londrina e Ponta Grossa também não fogem à regra do suporte deficitário. É por isso que o enfoque destas Instituições de Ensino Superior como Entidades Filantrópicas — e na prática, elas de fato o são — haveria de redundar em valiosíssimos recursos que lhes são mensalmente subtraídos a título de recolhimento previdenciário patronal.

## REQUERIMENTO

Senhor presidente:

Na forma regimental, o deputado que o presente subscreve, REQUER após ouvido o Plenário, a remessa de expediente ao senhor governador do Estado contendo o seguinte pedido de informações:

1 — Qual o montante dos recursos financeiros que o governo do Estado repassou e aplicou no município de Mandirituba no período de 15 de março a 30 de setembro do corrente ano. Esclarecer em que obras foram aplicados, as datas das aplicações legais deram origem ao dinheiro referido e os valores de cada um, bem como, informar que instrumento e a natureza de todos.

2 — Qual o montante de cada recurso que a COMEC determinou no mesmo período a todos os municípios integrantes da Região Metropolitana, esclarecendo a que obras foram destinadas, e a data de determinação.

3 — Informar exatamente qual ou quais as pontes que o Poder Público está edificando no município de Mandirituba, definindo suas localizações, a data de início das obras, os custos de cada e a previsão de conclusões.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1983.

(a) FUAD NACLI.

## JUSTIFICATIVA:

Pretende-se, com o presente pedido de informações, esclarecer declarações feitas pelo senhor presidente da Associação dos Municípios do Paraná, veiculadas pela imprensa no dia 06 do corrente mês, segundo as quais teria sido o município de Mandirituba um dos que melhor foram aquinhoados pelo presente governo na liberação de verbas para a realização de obras públicas.

Da maneira como acima é requerido, pretende, se

fundamentalmente, estabelecer a verdade sobre os fatos alegados, permitindo-se ao prefeito, tão duramente atacado nas entrevistas citadas, apresentar, também a sua versão dos fatos.

### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao excelentíssimo senhor diretor da RADIPAR — Rádio Difusão do Paraná, através do excelentíssimo senhor secretário de Estado do Interior, objetivando a realização de estudos visando a implantação de uma nova repetidora de sinal de televisão na municipalidade de Janiópolis.

De iniciativa do excelentíssimo senhor Neurides Valber Brero, prefeito municipal de Janiópolis, este afirma, conforme correspondência, a real necessidade de dotar aquele município de uma nova estrutura naquele setor, através de convênio com a RADIPAR. O atual sistema de repetição de televisão em UHF, é bastante deficiente, proporcionando diversas reclamações dos habitantes que se sentem desprovidos de um melhor meio de comunicação.

Neste sentido, espera-se por parte dessa Pasta, a tomada de medidas capazes de oferecer a concretização do que ora é proposto.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigido ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Agricultura objetivando a realização de estudos devidos, no sentido de avaliar a possibilidade de se proceder a criação e implantação de um Escritório da CAFE — Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná no município de Mamborê.

O crescimento da agricultura do Estado do Paraná na última década foi devido o aumento de novas áreas destinadas ao ciclo produtivo, justificadas também pela modernização tecnológica, responsáveis pelos constantes aumentos do nível de produção. Exigindo dos órgãos deste setor, a concentração de esforços relacionados ao aumento da rentabilidade dos produtos, considerando sem dúvida, o fator terra como base de um conteúdo programático.

Sobre este aspecto, através de ações integradas, é de capital importância que seja também formada nesse Estado uma estrutura que esteja voltada preferentemente para a reestruturação do pequeno e médio agricultor, que dentre os diversos procedimentos, a interiorização dos Organismos de Assistência é passo indispensável.

Neste sentido, a criação e implantação de um Escritório da CAFE do Paraná em Mamborê, está contida na linha de ação dessa Secretaria de Estado da Agricultura, beneficiando toda aquela rica e imensa região, grande produtora agrícola do Paraná e do Brasil.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao excelentíssimo senhor governador do Estado, veemente apelo no sentido de que autorize, com a maior urgência a este Poder Legislativo, Mensagem que regulamenta as Custas Judiciais, nos termos do estudo feito por Comissão Especial designada pela Corregedoria Geral da Justiça, resultante de proposta encaminhada ao Poder Executivo pelo Tribunal de Justiça do Estado.

O pedido se justifica pela exigüidade do prazo que tem o Legislativo para votar matérias de tal natureza, antes do início do recesso parlamentar, em princípio marcado para o dia 5 de dezembro próximo.

O atraso da Mensagem, cuja remessa é requerida com tanta urgência irá, sem dúvida, acarretar a impossibilidade de concessão dos reajustes semestrais aos servidores dos Cartórios, pela incapacidade financeira a que estarão conduzidos os seus titulares, fato este que vem intranquilizando mais de dez mil (10.000) funcionários de Cartório.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1983.

(a) GILBERTO CARVALHO.

### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER seja endereçado expediente ao excelentíssimo senhor presidente do Tribunal de Justiça do Estado, no sentido de ser criado, na elaboração da futura Divisão Judiciária, o Distrito Judiciário de Lindoeste, no município de Cascavel, criado pela Lei n.º 6.851, de 13 de dezembro de 1976, publicada no Diário Oficial do Estado n.º 198, de 16/12/1976.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1983.

(a) EDGAR PIMENTEL.

### JUSTIFICATIVA:

O Distrito Administrativo de Lindoeste, desde a sua criação em 1976, está em pleno desenvolvimento, prosperando em todos os setores.

Sua população, diante de tais fatos, vem reivindicando com propriedade, a criação do Distrito Judiciário, a fim de agilizar o atendimento na área sem a morosidade acarretada pela distância que se encontra com a sede do município.

A referida localidade comporta a instalação dos respectivos serviços, que irá em muito estimular o progresso e o desenvolvimento daquela comuna paranaense.

### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor Osvaldo Collin, presidente ao Banco do Brasil, solicitando a transformação do Posto Avançado do Banco do Brasil de Missal, em Agência.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1983.

(a) WERNER WANDERER.

### JUSTIFICATIVA:

A exposição de tais fatos torna-se imprescindível para que essa Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, realize estudos no intuito de possibilitar a eliminação dos problemas verificados.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao excelentíssimo sr. secretário de Estado dos Transportes no sentido de que seja realizado estudos objetivando a melhoria imediata na estrada de rodagem compreendida entre o município de Roncador as localidades de Mato Rico e a Fazenda Cachoeira.

De iniciativa do sr. dr. Carlos Elmar Michels, engenheiro agrônomo, este informa, conforme correspondência que é de suma importância a execução de obras visando a melhoria nas condições de tráfego da referida estrada, sendo de fundamental importância para o escoamento dos produtos agrícolas daquela região.

Neste sentido, espera-se por parte dessa secretaria de Estado dos Transportes, pelas razões ora discutidas, a tomada de medidas capazes de assegurar a concretização de tais obras.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI N.º 218/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO MISSIONÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL REVERENDO DARCY MIRANDA GONÇALVES, com a sigla "AMAS", com sede e foro na cidade de Toledo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1983.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, tem desenvolvido excelente trabalho de natureza assistencial, educacional e filantrópica, promovendo o bem-estar social, administrando obras, serviços e centros comunitários, e ensinando bons hábitos, sem discriminação de credo político, religioso ou nacionalidade.

Por esta razão, apresentamos o presente projeto de lei, esperando dos nobres pares o devido apoio e posteriormente a aprovação.

##### PROJETO DE LEI N.º 219/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública estadual o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE TERRA BOA, com sede no município de Terra Boa e foro no Município de Peabiru.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### JUSTIFICATIVA:

Missal é um município essencialmente agrícola.

Sua sede dista 30 km de uma agência do Banco do Brasil, por isto vemos como necessário esta transformação.

Anexo a este, cópia do expediente da Câmara Municipal com solicitação do vereador Silvestre Michels, daquela localidade.

Considerando ser este pedido de extrema importância ao município de Missal, acreditamos também que o excelentíssimo presidente do Banco do Brasil, sensibilizado, tentará nos atender, proporcionando um bem à comunidade.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao excelentíssimo sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, objetivando a autorização de um médico, a fim de que o mesmo possa encaminhar guias de internamento do Fundo Rural Patronal, localizado na municipalidade de Engenheiro Beltrão.

Tal reivindicação visa contribuir na eliminação dos problemas existentes atualmente naquela cidade, entre os quais, faz com que os previdenciários tenham que se deslocar para localidades, só para obter a guia de internamento, sendo inegavelmente esta realidade responsável por verdadeiros transtornos. Ademais, Engenheiro Beltrão já é há muito tempo um município cujo porte bem justifica a implantação de um sistema mais adequado àquela conjuntura.

Pelas razões ora expostas, espera-se que o problema relatado seja avaliado com urgência, no intuito de oferecer a toda a coletividade de Engenheiro Beltrão no que diz respeito ao Fundo Rural Patronal, uma melhor estrutura de atendimento.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao excelentíssimo sr. secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, no sentido de informar quando da realização da campanha de vacinação contra o sarampo, desenvolvida a nível estadual, no que diz respeito à municipalidade de Fênix.

A ampliação da participação popular na condução da política de saúde através da elaboração e controle da execução de ações; a municipalização progressiva dos serviços de atenção primária à saúde com apoio técnico e a transferência de recursos aos municípios, são alguns dos diversos objetivos do atual governo do Estado na área de saúde. No que se refere a este assunto, é inegável que as metas propostas por muitas vezes já se tenha verificado em ações concretas, haja visto a campanha contra o sarampo desenvolvida em todo o Estado, onde todos os organismos públicos neste setor, além de diversos meios, se mobilizaram num esforço onde a comunidade participou intensamente. Porém, não se pode afirmar o mesmo no que tange ao município de Fênix, cuja administração municipal não prestou quaisquer tipos de ajuda, ficando, na verdade, indiferente ante aquela campanha de caráter social, cuja realização só pode ser possível em face da disponibilidade dos seus habitantes, que através de diversas formas, possibilitou da referida vacinação.

De iniciativa do senhor Ataídes Maranhão, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Terra Boa, visa o presente projeto de lei reconhecer o trabalho de alto cunho social que a entidade vem desenvolvendo, seja na proteção e representação dos interesses de sua categoria profissional perante as autoridades administrativas e judiciárias, ou na manutenção de serviços de assistência para seus associados.

Sendo o município de Terra Boa essencialmente agrícola e com uma população de aproximadamente 22.000 habitantes, dos quais mais de dois terços são trabalhadores rurais, tal medida viria contribuir em muito para uma melhoria das condições já existentes, bem como para a criação de novos benefícios para os seus associados.

Entre as atividades do Sindicato poderíamos citar a de colaborar com o Estado, como órgão técnico e consultivo no estudo e solução dos problemas que se relacionem com as atividades da categoria profissional que representam, inclusive celebrando convenções e contratos de trabalho. Como entidade integrada na comunidade, portanto participando de todos os problemas que a afligem, vamos encontrar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Terra Boa fundando e mantendo escolas de alfabetização e pré-vocacionais.

Diante do exposto, apela o presente Sindicato para a compreensão dos nobres Parlamentares, possa ser o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Terra Boa considerado de Utilidade Pública Estadual, preenchidos os requisitos legais da Lei n.º 6.994, como o comprova a documentação anexa.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do expediente.

Esta presidência tem a satisfação de anunciar a presença em Plenário, das excelentíssimas senhoras estagiárias da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, Delegacia Regional do Paraná. Ao mesmo tempo em que registra com satisfação, agradece as ilustres presenças destas senhoras que de uma maneira pública e muito honrosa para este Poder, hoje comparecem ao Poder Legislativo do Estado do Paraná, para uma visita de cordialidade e também de conhecimento do funcionamento da nossa Casa. Recebam pois, ilustres senhoras, os cumprimentos pessoais deste deputado, como da Casa como um todo.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Tadeu França, inscrito.

O SR. TADEU FRANÇA — Senhor presidente, senhores deputados.

O rompimento do ex-ministro Hélio Beltrão com a política econômica do governo federal, revela mais uma vez que as pessoas coerentes, até mesmo integrando a equipe de governo, não mais suportam a continuidade de um modelo anti-Brasil, anti-nacionalista e anti-maioria brasileira, que é a forma institucionalizada pelos militares na revolução de março de 1964.

Hélio Beltrão, era o ministro mais popular, segundo pesquisa do jornal "A Folha de São Paulo".

Mais uma vítima, porque em suas posições sempre acreditou que o aposentado não deve pagar pela crise nacional e sim as pessoas que fazem especulação financeira.

Acima de tudo, o "Open Marketing", "Over night", o câmbio negro e tantos outros subterfúgios, continuam prosperando à sombra de uma política voltada em termos de tentar recuperar o impossível, extorquindo-se mais e mais do assalariado brasileiro.

Em seu lugar, Jarbas Passarinho, que representa o que há de mais reacionário neste regime, bastando lembrar, senhor presidente e senhores deputados, que quando Ministro da Educação, não hesitou em interferir em universidades e aplicou inapelavelmente contra a juventude acadêmica o famigerado Decreto n.º 477.

Embora saibamos que não é a simples troca de ministros que irá sanar os problemas, mesmo porque, os nossos males estão sintetizados em raízes muito mais profundas. Ainda em bom tempo Hélio Beltrão se redime professando que o único caminho é a consulta popular, são as relações diretas para a Presidência da República; é a Assembléia Nacional Constituinte e uma proposta global de ampla atuação, ampla frente nacionalista.

Senhor presidente e senhores deputados, cumpre-nos ainda, neste instante, enquanto vemos, por outro lado, a crise na instituição universitária. Crise esta que muito tem a ver com Jarbas Passarinho, já há tanto tempo conhecido, por uma reforma universitária carente de pressupostos efetivamente válidos para a Educação.

Neste instante, cumpre-nos e chegamos ao extremo de através de um requerimento, estarmos solicitando que as fundações universitárias estaduais, especificamente, as de Maringá, Londrina e Ponta Grossa venham a ser reconhecidas como entidades filantrópicas, mesmo porque, a simples isenção de contribuições ao INAMPS, sob o ângulo patronal, poderia representar até mesmo um paliativo para solução dos problemas econômicos financeiros com que historicamente tem convivido as nossas instituições universitárias.

Na realidade, senhor presidente e senhores deputados, é preciso que nós reconheçamos que as Fundações Universitárias Estaduais, devem ser tratadas sob uma ótica, sob um ângulo diferente das empresas comuns, com finalidades lucrativas.

É por esta razão que, enquanto lamentamos o retorno do ex-ministro Jarbas Passarinho, numa polivalência discutível, dentro da área ministerial, nós apelamos melhores condições, melhores paliativos ao menos para que as Universidades possam cumprir a sua missão educacional.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao senhor deputado Gabriel Sampaio, inscrito.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Senhor presidente, senhores deputados.

Nós homens públicos, que fazemos política, mais por vocação e idealismo, não podemos deixar passar certos acontecimentos. Nós já dissemos várias vezes, desta tribuna e em palanque, durante a campanha política, que não acreditamos nos partidos brasileiros, porque eles não estão realmente lastreados, fundamentados numa filosofia política que desse a esses partidos uma ligação homogênea, uma ligação coerente, para que os homens, para que as mulheres, para que os jovens se juntassem ao Partido, não porque estivessem lá, mas porque idéias seriam as grandes geradoras e agregadoras das pessoas.

Muito bem, nós tivemos recentemente nesse Estado, onde o nosso Partido, este agregado, conglomerado de pessoas que se chama PDS, perdeu as eleições, e perdeu para um outro aglomerado, uma outra chamada Frente Oposicionista, que nunca teve como bandeira nenhuma ideologia, tanto é que as suas cores ideológicas, mais parecem, como diz o nosso líder, um arco-íris. Mas era

uma Frente Opositora, apesar de os ligar somente o ser contra o mundo e contra todos. E nos palanques os homens do PMDB, verberaram, quase que vomitaram em cima do povo mentiras, dizendo que iam entrar no governo para acabar, no Paraná, com um milhão de coisas erradas, que eles assim o julgavam, e especialmente com o que denominavam de comando político, o famigerado comando político, aquilo que vinha impedindo com que o Paraná pudesse progredir e ser um Estado amplamente democrático. Muito bem, digo nesta tarde, senhor presidente, senhores deputados e desafio aqui o líder do PMDB, deputado Nilso Sguarezi, para que venha desmentir nesta Casa, que hoje o comando político existe muito mais sofisticado, muito mais ardente do que na época em que o PDS comandava. Digo isso com muita tranquilidade, porque, graças a Deus, embora não faça nenhuma recriminação a ninguém que tenha usado o comando político, eu jamais usei, quer para o ensino, para a segurança pública, para a saúde pública, ou seja lá o que for. Muito bem, há um município, senhor presidente, em que nós tivemos a satisfação de fazer quase 40% dos votos, que é ao lado da minha cidade de Maringá, que é o município de Sarandi. Lá a coisa está sofisticada, senhor presidente. Não sei nem um tostão do governo, nenhuma migalha do governo, se o deputado do PMDB mais votado, lá no caso o senhor Ferrari Júnior, não passar o visto ou der um telefonema ao secretário. Este é o governo participativo e agora transparente do PMDB, transparente porque estamos conhecendo a verdade; não a verdade transparente do dia a dia da administração estadual.

Lá no Sarandi existe um vice-rei, chamado Zulmar Fankin, presidente do Diretório Municipal do PMDB, que é o homem que comanda. Comandou agora, recentemente, a indicação de um homem para o DETRAN que mal sabe escrever o nome; guiar também não sei se sabe; um homem sem nenhuma qualificação social dentro da sua comunidade. Mais do que isso, senhor presidente, os homens que estavam ligados por um dever cívico e democrático de participar e dar a sua voz e seu voto àqueles candidatos que julgassem melhor, hoje estão na rua, foram postos para fora do governo participativo apenas para os homens que hoje são Situação no Estado do Paraná.

Maior, o Diretório Municipal do PMDB reuniu-se e fez o seguinte, senhor presidente: exigiu, para que o município assinasse um convênio na Secretaria de Educação do Paraná, para beneficiar as crianças que não têm sigla, não têm carimbo na testa, se são do PMDB ou do PDS, exigiram doze vagas da Prefeitura para que pudessem autorizar o comando político do PMDB, do governo participativo do PMDB, para que pudessem autorizar a assinatura do convênio com o seu prefeito municipal.

Senhor presidente, nós precisamos dizer ao Paraná que as mentiras levadas a efeito nos palanques públicos, para carrear os votos dos homens que não tinham o bom-senso de escolher o melhor naquele momento... (Tímpanos)...

Era isso, senhor presidente, para dizer do governo transparente do senhor José Richa. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Sérgio Spada, inscrito.

O SR. SÉRGIO SPADA — Senhor presidente, senhoras

deputadas, senhores deputados. (Lê):

“É de todos conhecida a dificuldade dos municípios paranaenses, em especial daqueles afetados pela formação do reservatório da hidrelétrica de Itaipu. Constata-se, nesta região, o agravamento do desemprego, dos desequilíbrios ecológicos e das condições sanitárias das localidades povoadas.

Justamente no intento de debelar os efeitos danosos e minimizar as consequências prejudiciais do lago sobre as áreas adjacentes, fixaram-se as diretrizes para o Programa de Desenvolvimento do Oeste do Paraná, correntemente denominado PRODOPAR. Consta deste Programa Especial, em sua versão atual, o apoio técnico e financeiro ao desenvolvimento urbano dos municípios de São Miguel do Iguaçu, Santa Helena, Santa Terezinha, Marechal Cândido Rondon, Guaíra e Foz do Iguaçu. Trata-se, em verdade, de um conjunto de providências programáticas e subprogramáticas de fomento à piscicultura, construção de mini-postos de saúde, pronto-socorro, mercado municipal e unidade escolar de 1.º grau, além da extensão rural, do controle sanitário e da preservação das condições ecológicas.

Para fins de aplicação neste Programa, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, através do seu titular senhor professor Antonio Delfim Netto, emitiu a Portaria n.º 126, de 05 de setembro deste ano, na qual autoriza a liberação de recursos da ordem de Cr\$ 680.000.000,00 (seiscentos e oitenta milhões de cruzeiros) para o exercício de 1983. A liberação deveria ocorrer da seguinte maneira: Cr\$ 204.000.000,00 (duzentos e quatro milhões de cruzeiros) em março; Cr\$ 238.000.000,00 (duzentos e trinta e oito milhões de cruzeiros) em junho; Cr\$ 136.000.000,00 (cento e trinta e seis milhões de cruzeiros) em setembro e Cr\$ 102.000.000,00 (cento e dois milhões de cruzeiros) em dezembro.

Ocorre, entretanto, senhor presidente, senhores deputados, que até duas semanas atrás nenhum recurso fora liberado, e creio até agora não o foram, o que abre uma perspectiva particularmente grave para o desenvolvimento do PRODOPAR. E se os municípios da região do lago de Itaipu enfrentam carências as mais sérias e tinham nestes recursos uma saída para a minimização dos problemas, há que se observar que com a não liberação conforme programação ocasiona o pioramento das mazelas, já impossíveis de serem corrigidas com os recursos desvalorizados.

Ademais, senhor presidente, senhores deputados, informações colhidas junto a técnicos da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado do Paraná indicam a intenção de o Governo Federal alterar a destinação e os próprios fins dos recursos do PRODOPAR. Já estão consignados para o próximo ano valores da ordem de Cr\$ 1.020.000.000,00 (um bilhão e vinte milhões de cruzeiros), que seriam alocados, segundo a nova proposta do Governo Federal para o Programa, para a recuperação da PR-317, submersa pelo lago de Itaipu, via asfáltica de ligação Medianeira-Guaíra. Estima-se, todavia, e isto soa como denúncia nesta Casa, que para a construção desta estrada, reivindicação já reafirmada por nossos companheiros do Oeste, necessitar-se-á de verbas, em valores de dezembro deste ano, no montante de 12 bilhões de cruzeiros, pois são 76 Km a serem retificados e pavimentados. Assim, os recursos vinculados às finalidades sociais do PRODOPAR mal e mal se prestariam à construção de 6 Km de asfalto, sendo, por conseguinte, injustificável a sua realocação.

Neste sentido, tomamos a iniciativa de, através desta Casa, propôr a imediata liberação das verbas do PRODOPAR para o presente exercício na SEPLAN, ao mesmo tempo

que exigir a continuidade do Programa em sua forma original e reivindicar um adicional específico, para fins de retificação e construção da PR-317. Ofícios com este teor deverão ser enviados à SEPLAN e ao Congresso Nacional. Eram, portanto, senhor presidente e senhores deputados, essas as minhas palavras.”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Gabriel Manoel, inscrito. Ausente.

Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao senhor deputado Osvaldo Alencar Furtado, inscrito.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas. (Lê):

“A sociedade brasileira comprou, por um preço muito elevado, esta nesga de democracia em que vivemos. Elevada é também a valorização que a ela damos, porque nos custou o sacrifício da resistência democrática, frente a crueldade da ditadura militar.

Falta-nos saldar, do preço total, algumas prestações.

A prestação da eleição direta para Presidente da República, dos prefeitos das capitais, das estâncias hidrominerais e das cidades de fronteiras.

A prestação da Constituinte, necessária para promover o reencontro da Nação e restaurar o império da Lei contra os desmandos do arbítrio.

A prestação da soberania nacional que precisa ser resgatada; da moralidade administrativa, hoje inexistente; do arrocho salarial, assassino sem corda, sem revólver e sem peixeira mas responsável pela fome, doença, desespero e morte de grande parcela de trabalhadores brasileiros.

Não nos importa o preço dessas prestações. O que nos interessa saber, é termos a convicção, a plena certeza de que a conquista da Democracia, vale o preço. E a democracia pela qual tantos lutaram e por ela morreram; tantos foram torturados ou humilhados; tantos foram desaparecidos ou ainda estão; tantos foram expatriados ou discriminados; tantos e tantos que correram todos os riscos, ficando no Brasil e enfrentando a ditadura, essa democracia, nós a conquistaremos, mais hoje ou amanhã.

Nessa caminhada idealista, nessa trajetória de luta, os fracos e os covardes, só nos atrapalharam ou deduraram.

Nessa trajetória, forte foi o povo que, pouco a pouco, sentindo que a ditadura era um embuste e uma mentira, nos dava apoio cada vez maior.

Pela conscientização nacional chegamos à Anistia e à revogação do Ato Institucional nº 5; chegamos às eleições de 15 de novembro de 82.

Durante todo esse período de luta, de sacrifício e de resistência, nunca o PDS ou a antiga Arena, buscou o diálogo com o MDB ou PMDB.

Muito ao contrário, sempre deu sustentação e apoio político, até mesmo quando não pediam, a todos os atos, gestos e ações dos homens da ditadura.

Hoje, apodrecidos pela incompetência política e administrativa; putrefatos pelo desprezo popular; escoraçados majoritariamente, pela maioria das urnas brasileiras; rejeitadas pela Nação como um todo democrático, o PMDB do Paraná, qual bom samaritano, porém traindo os anseios das bases do partido, pretende com eles dialogar.

Dialogar o que, prá que ou para que?

Para abrir espaços democráticos, como diz o deputado Caíto Quintana, coordenador da Chapa Unidade

com José Richa?

Essa ingenuidade ou falta de coragem dos componentes dessa chapa é que tem contribuído em muito para o desgaste do nosso partido e do nosso governo.

Quando o PDS ajudou, colaborou ou contribuiu com alguma coisa para a conquista da democracia? Quando?

Quando o PDS, deputado Sérgio Spada, abriu sequer a boca para defender o Jornalista Juvêncio Mazzarollo, de Foz de Iguaçu, condenado por denunciar corrupção municipal, estadual e federal? Quando?

Quando, deputados do PMDB, o PDS protestou contra as torturas de dezenas de jovens, seviciados, estuprados, espancados, desaparecidos e mortos aqui mesmo no Paraná. Quando?

Quando, deputados do PMDB, o PDS foi democrático? Quando apoiava a invasão dos sindicatos, o espancamento e prisões de trabalhadores que reivindicavam melhoria salarial, ou quando apoiavam o espancamento de professores, até de professoras grávidas, em luta pacífica por uma situação funcional mais digna de um professor? Quando?

Quando eles ajudaram a democracia, eu não me lembro.

Só se o deputado Caíto Quintana se lembra e por isso acha indispensável o diálogo com o PDS.

E, se fala como coordenador da chapa UNIDADE com José Richa, fala por todos os componentes da chapa que for certo fará mais ou menos 70% dos votos da próxima convenção do nosso partido.

Por isso, eu temo e muito, pelo futuro do meu partido, pelo futuro do Governo do Estado.

Temo, muito eu temo. Temo porém, muito mais ainda, pelo futuro do povo do Paraná, que, pelo visto, ficará mais um bom tempo, sem diálogo, sem participação e, pior ainda, sem oportunidade.

Temo pelo futuro da democracia, pela restauração da moralidade administrativa, tantas vezes por nós prometida.

Temo que o governador José Richa, cercado de amigos e inimigos não possa fazer o governo participativo e democrático que prometeu ao povo.

Prova disso, a expulsão pela polícia do PMDB, dos desempregados acampados na Praça Rui Barbosa, numa tentativa por nós permanentemente condenada, de impedir que, os famintos do Paraná em praça pública dessem o seu grito de alerta e desespero, pedindo, do governo participativo e democrático do PMDB, a chance de poder trabalhar para poder viver com dignidade.

Para abrir mais espaços democráticos nós não precisamos ampliar o diálogo com o PDS, nós precisamos, ampliar o diálogo com as bases partidárias e com o povo do Paraná. Povo este e bases estas, principais responsáveis pela vitória, pela vitória do partido, que prometeu mudar, pela vitória de um partido que foi jogado como uma espécie de tábua de salvação do povo do Paraná, que nos deu a vitória consagrada nas urnas e espera muito do governo José Richa. E não será, companheiros do PMDB, uma subserviência com a concordância permanente de tudo, porque o nosso governador não é perfeito, é também com a postura da independência, com a independência escravizada apenas aos compromissos assumidos com o povo em praça pública, é com essa independência que nós haveremos de ajudar o governador José Richa a cumprir as promessas de campanha. A chapa alternativa de bases tem esta finalidade, esta espinha vertical para dizer que nós, quando condenávamos as “vaquinhas de presépio” não era para nós virmos a ser outras “vaquinhas de

presépio".

**O Sr. Gabriel Manoel** — Vossa excelência permite um aparte?

O diálogo com o PDS, deputado querido, que nós admiramos, deputado Osvaldo Alencar Furtado, é o diálogo do povo, e um governo participativo e mesmo que não seja, devia ter o diálogo com as minorias, e vossa excelência tem a minha admiração. Mas, o que não podemos admitir é que vossa excelência, diz que não precisa do diálogo de 70 por cento ou 60 por cento do povo paranaense. O diálogo, após o resultado das eleições, é um todo. Eu queria que vossa excelência, se reportasse ou refletisse, fazendo um apelo dentro daquela amizade nossa, que é peculiar aos homens desta Casa, que não dissesse que o diálogo do PDS é inexpressivo, é inoperante, é fatídico e é maléfico. O problema é o seguinte: o seu governador, há poucos dias esteve com o ministro dos Transportes, a inaugurar uma estrada, e para refrescar a memória, de alguém, esse ministro pertence ao PDS; então, o diálogo, deputado Alencar Furtado, com a devida vênia e com o respeito que tenho por vossa excelência, se me permite assim, não fazendo um discurso paralelo, quero dizer a vossa excelência, que não somos uma pleiade de homens sem alma. O PDS também existe. Então, nós precisamos do diálogo. Entre vossa excelência "arrumarem a sua casa" e arrumarem a casa do vizinho", porque, deputado Osvaldo Alencar Furtado, vossa excelência peca só num ponto, ao dizer que não precisa do diálogo do PDS. Eis que o PDS não é um amontoado de homens leprosos, nós também participamos, temos 24 deputados seus companheiros aqui dentro. Vossa excelência nos fere na sensibilidade por querer ajudar o seu governador. Então queria que vossa excelência, no momento em que falasse retirasse as palavras "não queremos diálogo com o PDS", porque nós, quando fomos Oposição, e que somos hoje, quando fomos Oposição ontem, nós também queríamos diálogo com a gloriosa bancada de vossa excelência.

Deputado Osvaldo Alencar, perdoe-me, talvez pela ingerência indébita, mas não fale assim. Como diz o português, "não me venha de borzeguin ao leito".

Muito obrigado.

**O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO** — Ilustre deputado

Gabriel Manoel, infelizmente, vossa excelência não estava atento para o meu pronunciamento, porque, textualmente eu dizia:

Para abrir espaços democráticos como diz o deputado Caíto Quintana.

O diálogo para abrir espaço democrático, eu acredito que o diálogo no terreno administrativo, este tem que ser feito. Mas aí quando eu digo, quando, onde, de que forma o PDS ajudou a abertura do espaço democrático neste País? A sociedade que aí está, meu querido deputado Gabriel Manoel, deputado dos mais autênticos deste País, com um passado de luta e de serviços prestados ao Estado do Paraná, vossa excelência que atravessou esse temporal negro e tempestuoso da ditadura: vossa excelência sabe que a sociedade foi a conquistadora desta abertura democrática que hoje vivemos. Vossa excelência sabe que somente impecílios encontramos na jornada para a restauração do império da lei e do direito nesta País. vossa excelência sabe ilustre deputado e meu amigo Gabriel que é o povo, são os segmentos sociais, sofridos, esmagados, nunca ouvidos, nunca lembrados, estes pela dor, pelo sofrimento e pela necessidade têm, realmente, contribuído com a classe política, para nós realmente reconquistarmos a democracia tão sonhada.

Vossa excelência, deputado, há de convir comigo, no terreno administrativo, concordo plenamente com o diálogo, mas no campo político, eu acho que nós temos é que dialogar com o povo que nos deu a maioria no Paraná e no Brasil, para poder verificarmos onde podemos melhorar a

nossa atuação e o nosso trabalho. E é para podermos exatamente ampliarmos o diálogo, com os segmentos sociais, podermos ter neste Plenário, e para podermos também, como Partido da maioria, ajudar José Richa. Ele não é infalível. Ele é falível e é exatamente para isto, ajudá-lo a fazer um grande governo político e administrativo. Administrativamente, aí sim, nós precisamos do diálogo.

Concedo o aparte ao ilustre deputado Ervin Bonkoski.

**O Sr. Ervin Bonkoski** — Meu caro deputado Osvaldo Alencar Furtado. Seu discurso vibrante, sua abordagem objetiva sobre a situação político-partidária nos traz também a sensibilidade para o momento atual.

O nosso Partido não podemos dizer que esteja acéfalo, mas está negligente, está alienado dos problemas que estamos vivendo, cada vez mais cruciantes, pela natureza nacional quanto ao aspecto político, econômico, social e moral. Nós, semana passada, no campo moral, apresentamos o nosso pronunciamento sobre o aborto. Quanto aos aspectos econômicos e sociais, hoje temos um simpósio em nossa capital, nacional para criar mais luzes na solução dos problemas desta natureza. No problema político, o nosso governo, infelizmente, está alienado e se nós não procurarmos alternativas partidárias, diante do nosso partido, que é uma frente, nós estaremos pecando pela omissão e se foi criada mais uma chapa para concorrer ao Diretório Regional do PMDB, foi no sentido de dar mais dimensão ao nosso partido; foi no sentido de dar mais oportunidade às bases que ficaram relegadas por uma chapa que se congregou exclusivamente a um padrão de cima para baixo, e o nosso Partido tem que lutar de baixo para cima.

Nós temos que procurar como estamos procurando, pela Chapa Alternativa de Bases, a presença dos nossos companheiros, vereadores e os nossos companheiros suplentes. Precisamos, como disse, o deputado Gabriel Manoel, ter mais diálogo. Hoje, fala-se em consenso nacional político, para se chegar a uma eleição direta, para se chegar às soluções econômicas.

E por que não iremos abrir o diálogo com os nossos companheiros do PDS e de outros partidos? O PMDB vai marcar uma nova gestão com a eleição do próximo domingo, dia 20, tem que tomar esta consciência, de que devemos ser abertos, que o partido deve partir sempre para o diálogo franco, sincero, objetivo e construtivo.

E nós, com a nossa Chapa Alternativa de Bases, queremos dar oportunidade para aqueles que chamamos os pequenos, perante os grandes que fizeram a outra chapa. O partido é uma frente e devemos purificar esta frente com aqueles que ficaram marginalizados.

Parabenizo-me com o depoimento de vossa excelência, e deixo claro aqui, que o partido do PMDB será grande só quando der participação efetiva de todas as suas bases partidárias. Caso contrário, será ou estará fadado a curto prazo, a um partido fechado, a um partido imóvel ou a um partido sem ação.

Nós vamos lutar, meu caro deputado Osvaldo Alencar Furtado que ocupa essa tribuna, para que a chapa Alternativa de Bases tenha um percentual suficiente para a purificação do nosso partido.

Muito obrigado.

**O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO** — Agradeço o aparte do ilustre deputado Ervin Bonkoski, e devo acrescentar que na realidade a chapa Alternativa de Bases é a chapa dos não notados contra os notáveis do partido.

Representa exatamente milhares de companheiros na somatória da vitória do PMDB, em novembro de 82. A nossa chapa representa os companheiros que as urnas não consagraram com o mandato, mas consagraram com expressiva votação.

E hoje, da mesma forma como eles trabalharam, suaram, sacrificaram inclusive a família para colaborar com a vitória do nosso partido, é fundamental, é importante e disto não abrimos mão, que eles hoje também participem do Governo do Estado ajudando o Governo a fazer o que prometeu.

Hoje, o nosso partido, deputado Ervin Bonkoski, não está no governo. No governo apenas se encontra um José Richa e seus amigos. O partido foi esquecido e o prestígio ao PDS está aí a nos envergonhar, a nos humilhar de tal forma que os companheiros de antigamente, os velhos companheiros que lutavam contra a ditadura sem medo das armas, das prisões, das delações, eles hoje se encontram encolhidos, espalhados pelo interior do Paraná.

Precisamos, realmente, assim como os companheiros ajudar uma vitória, tenham o direito de ajudar a governar. É este o sentido da chapa Alternativa de Bases, e nós convidamos os delegados do Paraná a votar na Chapa Alternativa, para mostrar aos notáveis do partido que os pequenos também precisam ser notados.

Era só, sr. presidente - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto a Liderança do PMDB se fará uso da palavra.  
Com a palavra o sr. deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. presidente, senhora e srs. deputados.

Conforme compromisso do nosso líder, deputado Nilso Sguarezi, está fazendo chegar às mãos do deputado Jorge Maia Filho e do deputado Gilberto Carvalho, ofício do sr. secretário dos Transportes, fazendo algumas colocações que eu gostaria de ler, aqui neste Plenário.

Conforme solicitação de vossa excelência, estamos encaminhando as seguintes informações:

PR-546 — Itambé — Bom Sucesso — 27,71 km.  
No que diz respeito a este trecho, esclarecemos que a terraplanagem e pavimentação encontra-se parcialmente paralisada; o início se deu em 01.04.81, e com previsão de término para 22.04.84, sendo obra financiada pelo BID.

Porém, por culpa da firma CIPATE — Companhia Paranaense de Terraplanagem, contratada no governo anterior, que por problema técnico e financeiro, deixou de executar os serviços. Por este motivo, a Secretaria de Estado dos Transportes, neste governo, transferiu este contrato para a construtora ESUSA, que está colocando os serviços em andamento normal, a fim de que seja mantida a data inicial de previsão de término.

PR-082 — PR-451 (Grandes Rios - Ribeirão Bonito).  
O trecho, numa extensão de 8,42 km (Construtora Castagnolli), com início em 10.03.83 e com previsão de término para 19.01.84, financiada pelo BNDE, onde estão sendo executados serviços de revestimento primário, está em andamento e a obra será concluída dentro do prazo estipulado.

Quanto ao trecho entre Grandes Rios - Rosário, não constava da programação do governo anterior. Porém, por determinação do sr. governador José Richa, foi executado projeto do trecho e a obra deverá ser licitada e iniciada nos próximos meses.

PR-539 (Marilândia do Sul - Rio Bom). Este trecho com extensão de 19,3km, com início em 01.10.82, sofreu no governo anterior duas paralisações, passando pelas Construtoras Rayfer e Menegusso, que por dificuldades

financeiras acabaram por não levar os serviços adiante. Por isso, este governo acho por bem transferir o contrato para a Construtora Malucelli, que está dando andamento normal aos serviços, tentando cumprir o prazo de conclusão para 28.02.84, conforme previsão inicial.

Certo que o assunto merecerá o apoio, assina o deputado Deni Schwartz, Secretário de Estado.

Em seguida, sr. presidente, concedo a palavra por cinco minutos, ao deputado Sérgio Spada.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Com a palavra o sr. deputado Sérgio Spada, por cinco minutos.

O SR. SÉRGIO SPADA — Sr. presidente, srs. deputados. (Lê): “A agricultura não aceita o confisco da soja.

A liberação das importações, mais a importação dos preços do óleo de soja no mercado interno, foram as medidas encontradas pela Secretaria Especial de Abastecimento de Preços e Associação Brasileira das Indústrias de Óleo Vegetal, para impedir o desvio do produto para o mercado externo onde os preços vêm alcançando as cotações mais altas dos últimos anos.

A iniciativa objetiva ainda manter uma paridade entre os preços internos e externos para que não haja prejuízo do abastecimento no País e nem das exportações que neste ano deverão ser da ordem de 1.900 toneladas.

A liberação das importações e dos preços no mercado interno, no entanto, podem ser medidas inócuas caso os preços do óleo de soja no mercado internacional continuem crescendo.

Há risco de que haja falta do produto no País. Devido aos elevados preços, a importação, apesar das vantagens oferecidas e para o governo não será um bom negócio, principalmente se os preços no mercado interno estiverem com qualquer tipo de controle, por outro lado o País já exportou nesta metade de ano quase o dobro de grãos exportado no mesmo período do ano passado. Outro agravante é o fato de que no mês de julho, a indústria esmagou 100 mil sacas a menos de grãos do que no mês de junho. No mês de julho os preços da soja em grão no mercado externo estavam mais favoráveis que os de óleo, situação que hoje se inverteu.

Por outro lado, caso a importação se concretize uma maior oferta de óleo de soja no mercado interno poderá pressionar os preços para baixo, o que fatalmente empurrará o óleo brasileiro para o mercado internacional, representando bons negócios para a balança comercial brasileira.

Dados como estes, assinalados pelo “indicador rural”, nos compelem a cada dia, renovar nossa confiança neste produto brasileiro ameaçado pelo confisco, e lembrar suas múltiplas aplicações, sua utilização cada vez maior na alimentação, como por exemplo no caso da decisão do Exército Nacional, de basear grande parte da alimentação de seu pessoal, em pratos naturais de soja como sopas, farinhas, etc. obtidos a partir do grão, nas próprias cozinhas dos quartéis.

Estímulos oficiais importantes ao consumo interno, da soja, são aplicados desde o primeiro semestre de 1977, quando foi determinado que toda farinha de trigo distribuída no País deveria conter 5 por cento de farinha de soja, e quanto a conteúdo protéico da mistura cresceu em relação à usada. A mistura permitiria uma redução nas importações de trigo, aliviando o “déficit” comercial do País com o exterior”.

Senhor presidente, srs. deputados. Como é do conhecimento público, as bancadas estaduais do PMDB

do Mato Grosso do Sul, do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, estão mobilizadas para impedir que o Governo Federal adote o confisco no preço da soja, devido às perspectivas de bom preço neste produto para o ano de 1984.

O PMDB, portanto, através do espaço reservado à Liderança, vem mais uma vez a esta tribuna, para continuar desencadeando esta campanha que tem por objetivo maior impedir estemalefício à agricultura brasileira, o que é, segundo boatos correntes, uma grande possibilidade. Sabemos que o Governo Federal não tem escrúpulos quando na hora de criar novos impostos e sobretaxar produtos que já vêm sendo taxados de maneira extorsiva.

Era este meu pronunciamento, sr. presidente, srs. deputados. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do restante do horário que lhe é reservado.

O SR. RUBENS BUENO — Ocupará a tribuna, no horário restante, o deputado Paulo Furiatti,

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, por vinte minutos, ao sr. deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI — Sr. presidente, srs. deputados.

(Lê): “A profunda crise em que se encontra mergulhado o Brasil chegou ao limite máximo, ao seu ponto mais crucial. Vivemos um impasse, momentos verdadeiramente decisivos — onde semanas valem por meses, os dias se contam por semanas e as horas têm a eternidade de um dia. A tensão que permeia a sociedade cresce e anuncia-nos a proximidade de uma definitiva tomada de posição. A bomba-relógio armada por Delfim Netto e sua troupe, em aberto conluio com os agiotas internacionais que espoliam nossa Pátria, está prestes a explodir. Resta-nos saber se seremos capazes de desativá-la a tempo — os saques aos supermercados, os sucessivos quebra-quebra e a violência desenfreada que toma conta de nossas cidades são apenas o prenúncio do desastre eminente.

O Decreto-Lei n.º 2065, parido no afogadilho — fruto da teimosia e da insensatez dos que se negam a ouvir a Nação, dos que se negam a acatar a clara disposição dos brasileiros de repudiar a recessão e o arrocho salarial, firmada na postura do Congresso Nacional de rejeitar os decretos 2024, 2036 e, principalmente, o famigerado 2045, foi aprovado a toque de caixa, sem medir consequências, muito mais pelas pressões e chantagens vindas do Fundo Monetário Internacional somadas aos equívocos e ilusões de alguns poucos.

Nos dias que antecederam a votação do chamado “decretão”, foram inúmeras as afirmações do tipo “ou definimos uma política salarial ou o FMI não aprova o acordo”, “se a política salarial é boa ou ruim, não importa. Precisamos do aval do FMI”, “temos 10 dias para definir uma política salarial, ou a vaca vai pro brejo”. Diante do clima de terror criado por tais declarações — apimentadas, sem dúvida, pela estrepulência do General Newton Cruz — houve quem se acovardasse, houve quem acreditasse estar contribuindo para a Nação, estar ajudando a democracia, avalizando o monstro salarial-tributário-recessivo. Houve quem se iludisse com um arremedo de negociação, como se qualquer acordo pudesse frutificar em meio ao caldo de cultura do medo da covardia, aflorados pelo terrorismo e pelas chantagens do Fundo Monetário Internacional.

Mas o monstro aí está, e seguirá promovendo a recessão, como desejam o FMI e os banqueiros internacionais,

e, obedece, cega e fielmente, o raspoutine Delfim. Seguirá o País rumo ao caos econômico e social, em queda livre para o fundo do poço, na ante-sala de convulsão social. Permanece o arrocho salarial, o esmagamento do mercado interno, o torniquete fiscal-tributário a sangrar as empresas, o desemprego, falências e concordatas — tudo temperado por juros altos e uma descabida especulação financeira. Persiste a inflação, batendo recordes, mês a mês, sem que se vislumbre qualquer perspectiva de redução, frente às tensões altistas vindas dos elevados encargos financeiros, das constantes desvalorizações cambiais, dos crescentes reajustes dos preços dos serviços públicos e da política de exportar a qualquer preço os chamados “excedentes agrícolas”.

Mas, ao contrário do que querem fazer crer Delfim Netto e demais solícitos funcionários do FMI — como bons arautos dos interesses do capital financeiro internacional, não é este o único e nem tampouco o melhor caminho que o País tem a trilhar. Na verdade, como evidenciam inúmeras declarações vindas de todos os segmentos da Nação — inclusive, de setores do próprio governo — a recessão simplesmente não é, não foi, não vem sendo e não será caminho, saída, ou mesmo, mero lenitivo para a crise em que se debate nossa economia. Aliás, os fatos são verdades incontestes: aí está a triste realidade de três anos de política recessiva, de crescimento zero, de arrocho nos salários, de estrangulamento da atividade produtiva — demonstrando, enfaticamente, não ser este o caminho para vencermos a inflação, para reencontrarmos o equilíbrio em nossas contas externas e para saldarmos nossos compromissos com a comunidade financeira internacional. O que vemos é a inflação bater sucessivos recordes, podendo chegar no final do ano aos 230 por cento; o que vemos é o avanço incontrolável do desemprego, da fome e da miséria, afinal, são 5 milhões de desempregados, 7 milhões de subempregados, 10 milhões de camponeses sem terra e sem poder produzir; o que vemos são as astronômicas taxas de juros de 200, 300 e até 400 por cento, esmagando a empresa nacional, elevando os custos e trazendo no seu rastro falências, concordatas, enfim, a quebraadeira generalizada de nossa economia.

Não, definitivamente, não à recessão, ao desemprego e à fome.

Temos outro caminho para o País superar a crise. Antes de mais nada, é preciso que o Brasil volte a crescer, é preciso retomar o processo de desenvolvimento. Os trabalhadores querem trabalhar, os empresários querem empreender, os agricultores querem plantar. Os brasileiros querem produzir, gerar riquezas e dessa forma, a única viável, vencer a crise.

Os trabalhadores brasileiros — da cidade e do campo — demonstraram isto, ao realizarem o CONCLAT (Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras) e lá afirmaram cabalmente que repudiam a recessão e o arrocho salarial. Principalmente o CONCLAT aprovou o Programa Mínimo que os trabalhadores apresentam à Nação como saída para a crise. Em primeiro lugar, consideram os trabalhadores que que não pode mais o País persistir estrangulado por uma monstruosa dívida externa de 100 bilhões de dólares. Devemos, não negamos, mas não iremos pagá-la às custas do sucateamento de nossa economia. Mesmo porque, nas atuais condições e com a atual política econômica, tal dívida é impagável. Devemos condicionar o pagamento de nossos débitos às reais necessidades do País. Portanto, são absolutamente inaceitáveis os acordos firmados

com o Fundo Monetário Internacional.

Não é promovendo a recessão, não é alienando nossa soberania, não é vergando na honra e dignidade a meia-dúzia de agiotas e parasitas norte-americanos, que teremos condições de pagar nossos credores. O rompimento de tais acordos, a imediata declaração de moratória, ou seja, assumirmos oficialmente a suspensão dos pagamentos dos juros e do principal de nossa dívida externa — fato que já ocorre há alguns meses — são condições mínimas para recuperarmos nossa credibilidade e nossa liberdade de ação, e assim, negociarmos, em bases soberanas, com nossos credores. Negociação que condicione o pagamento de nossos débitos à adoção de um programa econômico, a nível interno, que possibilite o País voltar a crescer. Neste sentido, será indispensável \* que tenhamos um período de carência de no mínimo três a cinco anos. Mudar a atual política econômica, pondo fim à recessão e retomando o crescimento econômico é fundamental. Precisamos de uma política que desenvolva o mercado interno, que gere empregos, que acabe com o arrocho salarial, que ponha fim à especulação, financeira e às altas taxas de juros. A par da moratória da dívida externa, é inadiável uma ampla renegociação da monstruosa dívida interna. A implementação de uma reforma agrária, que dê terra a quem nela trabalha e permita ao País além de abastecer o mercado interno, manter a política de exportar o excedente agrícola.

Enfim, rompimento dos acordos firmados com o FMI, moratória, fim da recessão e mudança da política econômica, além da reforma agrária, são pressupostos mínimos para o Brasil vencer a crise.

Por outro lado, o CONCLAT soube refletir o profundo anseio democrático de nossa gente. Primeiro, ao repudiar veementemente a decretação do absurdo estado de emergência no Distrito Federal e exigir sua imediata revogação. Depois, ao apontar a necessidade do País dar passos firmes em direção à mais plena redemocratização, com a realização de eleições diretas para presidente da República em novembro de 1984, e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, em novembro de 1986.

Além disso, os trabalhadores brasileiros repudiaram firmemente aos saques, "quebra-quebra" e outros atos violentos, fruto do desespero gerado por uma política econômica suicida e das provocações das eternas "viúvas de Hitler", que, ao que parece, não aprenderam a lição do Rio Centro e persistem tramando contra a democracia. Como já ficou claro de outras vezes, a Nação rejeita as provocações destes arautos do "quanto pior melhor" e exige a punição exemplar destes "galinhas-verdes", bem como a indispensável e inadiável mudança da política econômica recessiva.

Sem dúvida, as propostas de solução para a crise lançadas pelo CONCLAT dão luz ao clamor nacional contra a atual política econômica implementada por Delfim Neto e sustentada pelo presidente Figueiredo. Os caminhos apontados pelo CONCLAT somam-se às propostas do PMDB, enunciadas pelo deputado Ulysses Guimarães, em seu discurso "Travessia", feito da tribuna do Congresso Nacional, em agosto passado.

Muito se tem falado da necessidade do diálogo, do entendimento, da negociação na busca de uma alternativa para o impasse nacional. O próprio presidente Figueiredo em recentes declarações, vêm afirmando a disposição de ouvir a Nação. Sem dúvida, não há porque não negociar, não há porque não se buscar, pelo entendimento, uma saída para a crise. E, a Nação tem claro que devemos negociar uma nova política econômica, que ponha fim à

recessão. Vamos negociar, sim. Mas não negociar o apoio à atual política do sr. Delfim Neto, suicida e catastrófica. As bases de uma ampla negociação pressupõem um clima aberto e democrático. Não há como negociar um pé-de-guerra. Portanto, não há como negociar se não forem revogadas as absurdas "medidas de emergência" em Brasília, não há como negociar, se persistir o governo legislando por decreto-lei. Vamos dialogar, sim. A nação sempre tem se manifestado aberta e disposta ao diálogo. Este é, inegavelmente, o melhor caminho para superarmos o impasse.

A mudança da política econômica, o fim da recessão e a retomada do crescimento são pontos mínimos para um amplo entendimento nacional. Tal, já é o consenso de todos os segmentos da Nação. Cabe ao governo ouvir o que já foi evidenciado em inúmeras manifestações públicas. Os trabalhadores brasileiros — operários, camponeses e profissionais liberais — no CONCLAT apresentaram à Nação um Programa Mínimo, capaz de unir os brasileiros e de tirar o país do atoleiro. Moratória, rompimento dos acordos com o FMI, adoção de uma nova política econômica que permita ao País voltar a crescer, fim do arrocho salarial, redução dos juros, reforma agrária — estas são as propostas dos trabalhadores, plenamente endossadas pelo PMDB, para a superação da crise econômica — que, se completam no campo político e institucional com as eleições diretas para Presidente da República em 1984, e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte para 1986.

Tais transformações em nossa economia e, em nosso País, são inadiáveis e urgentes. O Brasil e os brasileiros não aceitarão ver o País ser leiloado, a nossa economia sucateada e a nossa soberania vilipendiada. É inaceitável que o General Figueiredo, presidente da República, persista compactuando com a atual situação. Se a disposição para o diálogo é sincera, é necessário que seja acompanhada de posicionamentos concretos. As medidas de emergência e o episódio do decreto-lei 2065, não contribuem para resolver o problema. Pelo contrário. Assim como, o inexplicável silêncio do Presidente Figueiredo ante as descabidas ameaças, chantagens e pressões vindas de Washington, Nova York e do FMI contra o Congresso Nacional e contra nossa soberania, quando da votação dos dos recentes decretos salariais. Entre as funções do Presidente da República, está a de defensor intransigente da soberania nacional. O Brasil quer mudar, quer o fim da recessão. Não aceitaremos a invasão de nossas fronteiras econômicas por interesses alienígenas. O Brasil inteiro, todos os brasileiros, todos os segmentos da nacionalidade, sejam civis, sejam militares, resistem como podem à recessão que nos é imposta e clamam por urgentes mudanças. Se o Presidente Figueiredo assim o desejar, poderá marchar ao lado da Nação, na conquista de nossa definitiva independência nacional. Poderá fazê-lo, se quiser. Mas o Brasil e os brasileiros não dependem da vontade do Presidente Figueiredo. Se ele não se dispõe a estar à frente que, então, saia da frente e, permita à Nação trilhar o caminho que unanimemente anseia seguir."

O SR. GABRIEL MANOEL — Vossa excelência permite um aparte deputado? (Assentimento).

Vossa excelência, deputado hoje, está sendo feliz no seu pronunciamento, na coragem peculiar aos homens parlamentares do nosso Estado. Queria que apenas vossa excelência tivesse o apoio modesto deste deputado, quando se fala nos coveiros do País, quando se fala com a coragem que vossa excelência está tendo ao criticar os homens que estão fazendo a mortalha

brasileira. Vossa excelência tem o nosso apoio em gênero, número e grau.

Receba pois, neste instante, nesta tarde memorável o nosso apoio, para que o pronunciamento de vossa excelência, de um deputado paranaense sirva de alerta aos altos escalões da República, para que com seus ouvidos moucos cessem os "Delfins", cessem os que "da antiga musa canta" com os homens que estão enterrando o País, que estão levando a classe média e a classe dos menos favorecidos para o caos.

Muito obrigado pelo seu aparte e aceite os meus parabéns. Honesta e decididamente, vossa excelência hoje está tocando num ponto nevrálgico, para que o País não mergulhe num caos. Que fiquem alertas os "Delfins", os "Galveas" e sucedâneos, e que o Presidente Figueiredo abra os olhos.

Muito obrigado por este aparte.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa anuncia com satisfação as presenças em Plenário do senhor deputado federal Walter Guimarães, 2º Vice-Presidente da Câmara dos deputados, bem como do Vereador, Presidente da Câmara Municipal de Santo Antonio do Sudoeste.

A presença também do deputado federal, Olivir Gabardo, presidente do Diretório Regional do Paraná.

Consulta à Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é reservado.

Com a palavra o senhor deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL — Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

"A Proposta Orçamentária para 1984, de autoria do Governo Estadual, foi, no dia 09.11.83, analisada pelo Líder do PDS nesta Casa, deputado Luiz Alberto Oliveira, em um desempenho que justificou as próprias funções nucleares do Poder Legislativo Estadual do Paraná.

Não foi a crítica facciosa ou destrutiva, que a nada leva, mas, ao contrário, foi a contribuição orientadora no sentido de identificar o perfil político do Governo, segundo a alocação dos recursos pelos diferentes setores e atividades, para o exercício administrativo da máquina do Executivo, no próximo ano.

Esse esforço analítico quanto ao Orçamento em discussão neste Poder, no cumprimento de exigências legais que impõem esse papel à Assembléia Legislativa, ofereceu uma visão clara a propósito das limitações do Legislativo quanto à capacidade de influir na distribuição ou aplicação dos recursos públicos em favor de interesses da sociedade paranaense, encaminhados pelos representantes políticos da vontade popular, diante da capacidade de poder e de arbítrio do Executivo em fazer uso, conforme entende, desses mesmos recursos do povo.

O deputado Luiz Alberto Oliveira, foi muito feliz em sua interpretação com respeito ao Orçamento em tela, não porque tenha esgotado o assunto, o que não é o caso, mas, porque ensinou aos integrantes de ambas as bancadas nesta Casa à reflexão a respeito de muitos aspectos incluídos na referida proposta.

Faz o eminente Líder da Oposição uma análise com amplitude política desejável, sem contudo deixar de atender, satisfatoriamente, os pressupostos técnicos que, interpretativamente, indicam os rumos e os propósitos definidos pelo Poder Executivo à sociedade paranaense durante o atual período governamental 83/86.

Sentiu-se através das discussões provocadas pela fala do Líder do PDS, na apreciação de pontos fundamentais do projeto do Orçamento/84, que o Poder Executivo guarda para si, interesses próprios que, quase sempre, contrariam, na prática, os objetivos do partido político que lhe ofereceu sustentação e apoio durante a campanha eleitoral.

Com o novo Governo do Paraná, originado por meio de um processo político eleitoral, em que a vontade manifesta de profundas mudanças instrui o curso da campanha do ano passado, criou-se um clima de expectativas que a versão preliminar do Plano de Governo para o período de 83/86, não chegou a satisfazer, transferindo-se, portanto, para a Proposta Orçamentária em questão.

O Orçamento em discussão nesta Casa, por sua vez, atendeu, exclusivamente aos interesses do Poder Executivo, uma vez que foi elaborado, tal e qual o Plano de Governo preliminar, pelos técnicos e em equipe, produzindo um trabalho inspirado, outra vez, por poucos.

A desatenção aos políticos e aos integrantes do Partido político do PMDB, por parte do governo estadual, repete-se, mais uma vez, quando os ilustres integrantes da Bancada da Situação nesta Assembléia, vêm-se na desconfortável situação de defender tais intenções, quando estas, não correspondem às suas próprias expectativas e compromissos assumidos com seus eleitores.

Sabem os senhores deputados, que hajam sido Situação ontem, ou que sejam Situação hoje, que o Poder Executivo não guarda sempre fidelidade absoluta ou integral aos compromissos assumidos com a sociedade civil, através do exercício da fala ou do proselitismo político que desenvolve, pois, o pragmatismo dos números e dos interesses materiais se sobrepõem àqueles outros.

Com isso, criam situações de desconforto aos integrantes autênticos e legítimos do partido político e mesmo aos representantes políticos dessa agremiação nos diferentes níveis do Poder Legislativo, que lhe emprestam sustentação nessas Casas de Leis e no contacto com a sociedade em geral.

Porém, desta feita, os debates e as discussões travadas na tarde de 09.11.83, mais do que radicalizar posições partidárias antagônicas, nesta Assembléia Legislativa, nos seus pontos essenciais, muito mais, ainda, defenderam as fronteiras funcionais deste Poder, em que pese as suas limitações, preservando a sua própria dignidade institucional.

O risco da aventura do salto no escuro, serviu, pelo menos por ora, para um posicionamento desta Casa, mesmo em prejuízo de emendas outras propostas, criando um clima novo e propício para a aprovação de um substitutivo, que adquire sinais marcantes e históricos de novos tempos.

Novos tempos, sim, no sentido em que, os senhores deputados, demonstram o interesse de prosseguirem juntos, independentemente de partido político no poder, e, firmes na busca das prerrogativas e dos direitos do Legislativo, de intervir, decididamente, em favor da sociedade paranaense em geral.

Assim, abre-se com a discussão da Proposta Orçamentária para o exercício de 1984 nesta Casa, possibilidades para o fortalecimento do espírito de corpo da Instituição Legislativa, que se confunde, não apenas com a sua dignidade institucional, mas,

que justifica, inclusive, a sua própria existência.

O deputado Luiz Alberto Oliveira destacou o disposto no Plano de Governo, quanto ao capítulo referente ao diagnóstico da situação do Estado encontrada pelo atual Governo, fazendo referências às críticas e considerações ali contidas, demonstrando que o Paraná aplicou, segundo o Plano, cada vez mais em custeio e cada vez menos em despesas de capital.

Pois bem, a primeira proposta orçamentária do atual governo, comporta-se, de tal forma, que contraria exatamente o que se comprometeu a fazer em campanha, reduzindo, ainda mais, os investimentos da ordem de 31% para 23% do total a ser aplicado.

Diminui, com isso, o governo estadual, as possibilidades maiores de intervir, de forma útil e eficiente, em favor do aumento do índice de empregos no Paraná, objetivo de promessas de campanha e reiterado na proposta do Plano preliminar de Governo, contribuindo, através de aquecimento da economia, para ampliação da oferta de empregos.

Aí está outra incongruência entre o proposto no Plano preliminar de governo e o que indica a alocação de recursos apresentados pelo Orçamento ora em análise.

O aumento da oferta de empregos no Paraná, ainda não será desta vez, encontrará uma efetiva atenção pelo governo estadual, permanecendo por enquanto no campo das intenções, pois, a Administração tem os seus próprios interesses e imediatos, e que, nem sempre deixam de ser conflitantes com as aspirações da sociedade civil.

Vale lembrar que “a maior privação que alguém pode sofrer é não ter oportunidade alguma de cuidar de si mesmo e providenciar seu próprio ganha-pão”

Fala-se muito a respeito de participação do povo nas decisões governamentais, mas, na verdade, muito pouco se tem feito. Fala-se sim, age-se não!

Outra despesa de custeio que o eminente Líder do PDS chamou à atenção, é com relação ao enorme crescimento, na ordem de 655%, em um ano apenas, de 1 bilhão em 83, para quase 8 bilhões em 84, para atender material de consumo, oferecendo-nos, à primeira impressão, que, o atual governo do Estado, optou pela ampliação ou pelo recrudescimento da burocracia paranaense, caracterizando o próximo período governamental como a administração no papel, (ou do papel).

Outro ponto que destacou o Líder do PDS, diz respeito ao crescimento previsto das chamadas Receitas de Serviços, estimuladas pela previsão do atual governo, em aumentar a arrecadação através das aplicações em mercado de capitais, tema, por sinal, amplamente condenado pelo PMDB, em suas pregações, uma vez que contribui, ainda mais, para privilegiar a especulação financeira, em detrimento das atividades produtivas, ora reclamadas pelo empresariado nacional e paranaense.

Lembrou bem, que a retirada desses recursos da economia do Paraná, uma vez que os grandes centros econômicos e políticos do Brasil é que se utilizam basicamente dos resultados dessas aplicações, prejudica em muito o cumprimento da já difícil promessa de novos empregos veiculada pelo PMDB em suas falas de campanha.

O próprio Plano de Governo, somente se justifica, na medida em que facilite os esforços para alcançar objetivos comuns ou compatíveis entre os centros de decisão, entre o Estado e a iniciativa privada.

É bom salientar, que deve induzir a procura de uma obrigação de reciprocidade entre os diversos agentes, aproximando-os de um consenso mínimo.

Mas, não é isso que se verifica com a adoção de medidas de especulação financeira no mercado de capitais, conforme alertou o Líder da Oposição, a prática de aplicações em “over” e no “open”, por parte do regime do PMDB no Paraná, contribuirá para o aumento das taxas de juro no mercado financeiro, pela pressão que este volume irá exercer, e em flagrante prejuízo às atividades econômicas da iniciativa privada.

Não se deve perder a noção de que o Plano de Governo é simplesmente um instrumento, e por isso, ele simplesmente neutro, e como tal, se personaliza em função do regime político ao qual serve.

Também, a exigência que se faz em favor da coerência do Plano, é no sentido que ganhe com isso o próprio poder político — inclui-se aí, o Executivo —, demonstrando não só a identificação com as aspirações da sociedade paranaense, mas inclusive, demonstrando que a pretensão governamental é muito mais de cooperar do que competir com a iniciativa privada e daí, com a sociedade em geral.

Somente assim, o Plano de Governo alimentado e induzido pela programação orçamentária adequada terá alguma significação útil e sadia, provocando mudanças importantes nos mais diversos setores da sociedade paranaense, acarretando modificações no conjunto das relações sociais e políticas em nosso meio.

Alertou o eminente deputado Luiz Alberto Oliveira, que se não estivesse determinado a crescer em 302% a receita de aplicação de seus Recursos de Capital, o governo estadual poderia cumprir com rigorosa pontualidade seus compromissos com fornecedores, empreiteiras e atender convenientemente as justas reivindicações dos servidores públicos estaduais.

Pois, um outro aspecto que se observa dessa iniciativa de promover poupança, em detrimento da crítica do PMDB sobre o eventual endividamento do Estado pelo governo anterior, se não bastassem as declarações do atual Secretário de Planejamento que considerou o governo anterior parcimonioso no uso do dinheiro público, é que o Estado do Paraná encontrava-se, no mês de março, em perfeitas condições econômico-financeiras, seguramente administrável, e capaz de fazer frente aos compromissos resultantes de empréstimos levantados e aplicados em obras e serviços que contribuem presentemente, para o fluxo e realização da receita estimada.

Cabe, para efeito de comparação entre atitudes administrativas e governamentais adotadas, quando em recente estada nesta capital, o excelentíssimo sr. governador Experidião Amin, do PDS, hoje inegavelmente homem público de grande credibilidade e conceito nacionais, indagado em entrevista no Programa “Compromisso com a Verdade” do jornalista Jamur Júnior na TV Iguaçu Canal 4, sobre aplicações do seu governo em “open” e “over”, respondeu que “não trazia o exemplo para o Paraná”, “O Estado de Santa Catarina não especula”, complementou.

Aqui, porém, no Paraná “sabe quem está ganhando com a crise? ... o governo.” “Como pode? Embora muita gente não compreenda, o Paraná já está dando lucro”

Outro ponto que se observa no Orçamento para 1984, e que se torna de difícil defesa, diz respeito às despesas com manutenção de gabinetes de Secretários, pois, se tratando de recursos destinados fundamentalmente para

assessoramento técnico do secretário; comunicação social; despesas de viagem e estadia; despesas de cerimonial; trata-se de tipos de despesas: que de forma injustificável, pela sua natureza e grau de importância, alcançou um alto índice de correção para o exercício de 1984.

Na verdade, não há coerência, também neste ponto, entre a promessa de maior austeridade e o crescimento de verbas para manutenção de gabinetes, que pela sua flexibilidade de aplicação e pela sua menor prioridade poderia, perfeitamente, não merecer tanta atenção.

O agrupamento de projetos e atividades, em nome da racionalização orçamentária e administrativa nos gabinetes de secretários, trata-se antes de tudo, da consagração ou da subordinação a ela, da centralização com aumento da influência política no uso do recurso público e em detrimento da maior velocidade nessa aplicação.

Esses aspectos levantados na análise da proposta orçamentária, por certo, já explicam e dão resposta à pergunta do ilustre deputado Tadeu França, formulada ao deputado Luiz Alberto de Oliveira, com respeito ao desencontro dos resultados recentes de pesquisa de opinião pública, levadas a efeito pelo Instituto Gallup em que destaca posições de popularidade do atual governador José Richa.

O que se verifica da última pesquisa de opinião pública, e que segue-se a uma vasta aplicação de recursos financeiros por parte do Governo do Estado, em propagandas e divulgações, como forma de compensar a falta de realizações administrativas e de serviços, prometidas em campanha eleitoral e agora de difícil execução.

Na verdade, o governo do Estado do Paraná vem adotando uma posição dúbia, pois, quando adota a fala de oposição, procura com isso sensibilizar a opinião pública, demonstrando-se agradável a ela; e quando adota como procedimento administrativo, rigorosamente a orientação do governo federal com respeito à economia procura, com isso, ser simpático a este de quem nada reivindica ou exige com relação ao que o Paraná necessita e faz juz.

Sirva de exemplo, portanto, a posição do Governo do Estado com respeito à política salarial que condena publicamente os decretos-leis que regulamentam a matéria, porém, adota medidas idênticas ou semelhantes quando diz respeito à aplicação de índices de correção salarial aos funcionários públicos estatutários e aos funcionários das estatais, mantidos pelo governo estadual.

Confunde o povo. O que se depreende, disto, é que há desencontro entre a fala e a ação do governo: diz uma coisa e faz outra.

Como será no ano de 1984, quanto à promoção e divulgação do governo atual?

Os próprios recursos programados para tal fim adiantam desde logo como será.

Era só, senhor presidente."

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PDS se fará uso do horário restante.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Declino).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Havendo declinado, declaro encerrada a Hora do Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 senhores deputados.

Antes porém, a Mesa tem a satisfação de anunciar as presenças em Plenário de sua excelência o senhor Antonio Munhoz, prefeito do município de Florai, que se faz acompanhar dos vereadores Astrogildo Pereira, presidente da Câmara Municipal; José Selória, Antonio Henrique Vernillo e Wilson Munhoz, todos vereadores daquele município.

Registra, igualmente, a presença do senhor deputado federal Sebastião Rodrigues.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 182/83. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Nilso Sguarezi, subscrito por diversos senhores deputados, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei n.º 158/83 que trata da Proposta de Orçamento — Programa Anual, para o exercício de 1984. — Em votação:

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem).

Vossa excelência poderia anunciar, de que se trata o projeto?

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com prazer.

A Mesa irá ler o teor do requerimento, para conhecimento de vossa excelência:

"O deputado que o presente subscrive Requer, no uso de suas atribuições e com base em dispositivo expresso no Regimento Interno desta Casa Legislativa, preferência de votação ao Projeto de Lei n.º 158/83 que trata da Proposta Orçamentária — Programa Anual — para o exercício de 1984."

Está em votação. — **Aprovado.**

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela Ordem).

Eu gostaria que vossa excelência me informasse: na sessão de quinta-feira, estava anunciada a Proposição n.º 113/83 referente ao veto apostado ao Projeto n.º 12/83, que não foi votado e não consta na Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa informa a vossa excelência, que esse projeto que vossa excelência reclama a inclusão na Ordem do Dia, consta da Ordem do Dia, com Discussão Única, no 28.º item da Ordem do Dia, de hoje.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Muito obrigado, senhor presidente.

• Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação, aprovados:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 182/83, de autoria do deputado TADEU LÚCIO MACHADO e OUTROS, que dá nova redação à Lei nº 6.639 de 05.12.74, e dá outras providências. (Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar — FEPPA). Com PARECER FAVORÁVEL E SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J. e PARECER FAVORÁVEL da C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 182/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — A Lei nº 6.639 de 05.12.74, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 4º — Somente terá direito a aposentadoria o associado que houver feito 96 (noventa e seis) contribuições mensais para o Fundo, correspondente aos 8 (oito) anos imediatamente anteriores à concessão do benefício.

Parágrafo Único — O associado que, ao perder a condição de deputado, tiver contribuído para o Fundo pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos, mas não houver completado o tempo previsto no “caput”, terá direito à percepção, durante 6 (seis) meses, de um auxílio de valor correspondente o da aposentadoria a que teria direito se completada a carência, desde que não tenha sido eleito, nomeado ou contratado para cargo em órgão da administração pública direta ou indireta com remuneração total superior ao benefício.

Art. 5º — .....

Parágrafo primeiro — A requerimento do deputado estadual, da Legislatura em curso, será computado, para todos os efeitos legais, o tempo de exercício de mandato federal, estadual ou municipal, até o máximo de 4 (quatro) anos, desde que recolha as contribuições, mensais devidas fixadas em 14% na base dos subsídios fixos mais variáveis percebidos pelo deputado estadual por ocasião do recolhimento.

Parágrafo segundo — O Conselho Deliberativo disporá sobre o prazo e formas para o cumprimento do parágrafo anterior.

Parágrafo terceiro — Ao deputado em exercício na data da entrada em vigor desta Lei, que perdeu mandato anterior de deputado estadual, em decorrência de ato de exceção, aplica-se o disposto no artigo 27 e suas alíneas da Lei nº 6.639/74, podendo, contribuir conseqüentemente sobre 4 (quatro) anos.

a) — Contribuição compulsória dos deputados no valor de 10% do total da remuneração descontada em folha de pagamento, excluídas as ajudas de custo referentes a convocação e desconvocação.

b) — Contribuição da Assembléia Legislativa correspondente a 16% do total dos itens referidos na alínea anterior.

c) — Contribuição dos pagamentos e pensionistas, na razão de 10% do valor do benefício.

d) — .....

e) — .....

f) — .....

g) — Produto da contribuição obrigatória da Assembléia Legislativa a título de auxílio correspondente a 50% (cincoenta por cento) do valor dos encargos com aposentadorias e pensões, previstas no exercício, a partir de 1987.

Parágrafo único — .....

Art. 7º — Todas as contribuições e rendas serão recolhidas em instituições bancárias oficiais do Estado

do Paraná, em conta especial, que só poderá ser movimentada nos termos desta Lei.

Art. 8º — A aposentadoria por tempo de contribuição, consistirá em uma renda mensal, vitalícia, de valor proporcional ao tempo de mandato exercido pelo associado, ou de contribuição à razão de 1/24 (um e vinte e quatro avos) por ano, tomando-se por base o valor da remuneração do deputado estadual compreendendo as partes fixas e variáveis e quantias a outros títulos percebidos pelos deputados, excluídas as ajudas de custo referentes a convocação e desconvocação.

Parágrafo primeiro — .....

Parágrafo segundo — .....

Parágrafo terceiro — .....

Parágrafo quarto — Ocorrendo a renúncia para efeito de uma das hipóteses do parágrafo terceiro, deste artigo, o associado ficará responsável pelo recolhimento das contribuições estabelecidas nas letras “a” e “b” do artigo 6º.

Parágrafo quinto — O sócio aposentado poderá, a qualquer tempo suspender o recebimento do benefício da aposentadoria e continuar contribuindo para o Fundo em forma do artigo 6º, letras “a” e “b” desta Lei, ou dos artigos 5º e 6º da Lei 6.639/74 se optante pela mesma, assegurando-se-lhe o direito a recálculo do valor de sua aposentadoria, obedecidos os critérios levados em conta para a sua concessão, ou o tempo mínimo de um mandato completo.

Art. 9º — A pensão por invalidez será devida a associado que tornar inválido total e permanentemente para o trabalho, consistindo no pagamento mensal e vitalício de uma renda igual ao benefício da aposentadoria a que teria direito.

Parágrafo primeiro — .....

Parágrafo segundo — Na hipótese do associado não tiver completado 8 (oito) anos de mandato, perceberá o equivalente à aposentadoria mínima prevista no artigo 4º desta Lei.

Art. 10º — Os benefícios de que trata esta Lei serão reajustados sempre que ocorrer alteração na remuneração do deputado estadual.

Parágrafo primeiro — Ocorrendo a morte do associado será concedida pensão aos dependentes, como tais definidos na legislação do Instituto de Previdência do Estado, Lei nº 4766/63, correspondente a 50% do benefício a que teria direito o associado.

Parágrafo segundo — Será descontado da viúva, no pagamento do benefício previsto no parágrafo anterior os valores da pensão recebida nos termos da Lei nº 7.568 de 11 de janeiro de 1982.

Art. 11º — O sócio aposentado que vier a ser investido em mandato eletivo remunerado, à nível estadual ou federal, ou em cargo de ministro ou secretário de Estado, não perceberá, durante o exercício do mandato ou cargo, o benefício, caso em que terá direito a perceber a diferença do Fundo.

Parágrafo único — .....

Art. 12º — O deputado afastado para exercer função constitucionalmente com o mandato parlamentar continuará recolhendo a sua contribuição de acordo com o artigo 6º, letra “a”, cabendo ao órgão onde esteja desempenhando suas funções, o recolhimento de que trata a letra “b”, do mesmo artigo.

Parágrafo único — .....

Art. 21º — .....

Parágrafo único — O Conselho Deliberativo poderá arbitrar gratificações de funções e ou representações em favor dos funcionários requisitados, consoante os

encargos que lhes foram atribuídos.

Art. 22.<sup>o</sup> — A critério do Conselho Deliberativo, ou por deliberação da Assembléia Geral, se procederá ao levantamento da situação econômica financeira do Fundo, mediante cálculos atuais, sempre que tal procedimento seja recomendado.

Art. 24.<sup>o</sup> — .....

Parágrafo primeiro — Aplicações em Caderneta de Poupança. Open Market, e Over Night, independem de autorização do Conselho Deliberativo.

Parágrafo segundo — Os valores do Fundo deverão ser capitalizados à taxa de pelo menos 6% (seis por cento) ao ano, e da Correção Monetária.

Art. 2.<sup>o</sup> — O associado que esteja enquadrado no artigo 8.<sup>o</sup> da Lei n.<sup>o</sup> 6.639/74, terá reajustado o seu benefício nas bases estabelecidas desta Lei, depois de paga a última prestação de um total de 48 (quarenta e oito) mensais e sucessivas, podendo retroagir o pagamento ao início da legislatura em curso, correspondentes a 14% calculados sobre o valor da remuneração total por ocasião do recolhimento deduzido o valor das partes remuneratórias sobre as quais incidiram os recolhimentos efetuados na forma da Lei n.<sup>o</sup> 6.639/74 desde que requerido em 90 (noventa) dias da publicação desta Lei.

Parágrafo único — Para aplicação do disposto neste artigo, ou de outras alterações definidas por esta Lei, o associado referido no "caput" deverá mediante requerimento, manifestar concordância com as novas disposições, especialmente a da alínea "c" do artigo 6.<sup>o</sup>, no prazo de 90 (noventa) dias da entrada em vigor das mesmas, entendendo-se que, se deixar de assim proceder, não lhe serão aplicáveis os dispositivos desta Lei, assegurados, entretanto os direitos adquiridos.

Art. 3.<sup>o</sup> — Para fazer jus à pensão fixada nos termos desta Lei, os deputados e contribuintes facultativos deverão recolher pelo menos 48 (quarenta e oito) contribuições mensais calculadas sobre a remuneração total dos deputados, previstas nas letras "a" e "b" do artigo 6.<sup>o</sup>.

Parágrafo primeiro — É facultado aos atuais deputados e contribuintes facultativos retroagir ao início da legislatura em curso o pagamento de suas contribuições pela nova base de cálculo, pagando neste caso, apenas diferença entre estas contribuições e as que já foram pagas pelo sistema da Lei n.<sup>o</sup> 6.639/74.

Parágrafo segundo — O contribuinte facultativo em 90 dias da publicação desta lei, optará pela aplicação do "caput" deste artigo ou pelo disposto na Lei 6693/74.

Art. 4.<sup>o</sup> — As despesas com a execução desta lei correrão à conta das dotações próprias do orçamento, suplementadas quando houver necessidade.

Art. 5.<sup>o</sup> — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANTÔNIO ANIBELLI, OSVALDO ALENCAR FURTADO, TERCIO ALBUQUERQUE, SÉRGIO SPADA, SABINO CAMPOS, TRAJANO BASTOS e uma assinatura ilegível.

# SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.<sup>o</sup> 182/83

Art. 1.<sup>o</sup> — A Lei 6639, de 05.12.74, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4.<sup>o</sup> — Somente terá direito à aposentadoria o associado que houver feito 96 (noventa e seis) contribuições mensais para o Fundo, correspondente aos oito (08) anos imediatos anteriores à concessão do benefício.

Parágrafo único — O associado que, ao perder a condição de deputado, tiver contribuído para o Fundo pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos, mas não houver completado o tempo previsto no "caput", terá direito à percepção, durante 6 (seis) meses, de um auxílio de valor correspondente ao da aposentadoria a que teria direito se completada a carência, desde que não tenha sido eleito, nomeado ou contratado para cargo em órgão da administração pública direta ou indireta com remuneração total superior ao benefício.

Art. 5.<sup>o</sup> — .....

Parágrafo Primeiro — A requerimento do deputado estadual, da legislatura em curso, será computado, para todos os efeitos legais, pelo Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar, o tempo de exercício de mandato federal, estadual ou municipal, até o máximo de 4 (quatro) anos, desde que recolha as contribuições mensais devidas fixadas em 14 por cento na base dos subsídios fixos mais variáveis percebidos pelo deputado estadual por ocasião do recolhimento.

Parágrafo — O Conselho Deliberativo disporá sobre o prazo e formas para o cumprimento do parágrafo anterior.

Parágrafo Terceiro — Ao deputado em exercício na data da entrada em vigor desta lei, que perdeu mandato anterior do deputado estadual em decorrência de ato de exceção, aplica-se o disposto no Art. 27 e suas alíneas, sendo-lhe facultado contribuir sobre 4 (quatro) anos.

Art. 6.<sup>o</sup> — .....

a) — Contribuição compulsória dos deputados no valor de dez por cento do total da remuneração, descontada em folha de pagamento, excluídas as ajudas de custo referentes à convocação e desconvocação.

b) — Contribuição da Assembléia Legislativa correspondente a 16 por cento do total dos ítems referidos na alínea anterior.

c) — Contribuição dos aposentados e pensionistas, na razão de dez por cento do valor do benefício.

d) — .....

e) — .....

f) — .....

g) — Produto da contribuição obrigatória da Assembléia Legislativa a título de auxílio correspondente a cinquenta por cento do valor dos encargos com aposentadorias e pensões, previstas no exercício, a partir de 1987.

Parágrafo único — .....

Art. 7.<sup>o</sup> — Todas as contribuições e rendas serão recolhidas em instituições bancárias oficiais no Estado do Paraná, em conta especial, que só poderá ser movimentada nos termos desta lei.

Art. 8.<sup>o</sup> — A aposentadoria por tempo de contribuição consistirá em uma renda mensal, vitalícia, de valor proporcional ao tempo de mandato exercido pelo associado, ou de contribuição, à razão de 1/24 (um e vinte e quatro avos) por ano, tomando-se por base o valor da remuneração do deputado estadual compreendendo as partes fixas e variáveis e quantias e outros títulos percebidos pelos deputados, excluídas as ajudas de custos referentes a convocação e desconvocação.

Apoio: FERRARI JÚNIOR, RUBENS BUENO, NELSON VASCONCELLOS, GERNOTE KIRINUS, TADEU LÚCIO MACHADO, ERONDY SILVÉRIO, NESTOR BAPTISTA, ARTAGÃO MATTOS LEÃO, PAULO FURIATTI, ERVIN BONKOSKI, ANIBAL KHURY, AIRTON CORDEIRO, ADHAIL SPRENGER PASSOS, JORGE MAIA FILHO, GABRIEL MANOEL, TUGUIO SETOGUTTE, PÉRICLES PACHECO, CAÍTO QUINTANA, DJALMA DE ALMEIDA CESAR, ODENI MONGRUEL, AUGUSTO CARNEIRO, EDGARD PIMENTEL, WERNER WANDERER, ROBERTO REQUIÃO, MÁRIO PEREIRA, FIORI LUIZ, HERMAS BRANDÃO, JOSÉ ANTÔNIO FONSECA, AMÉLIA HRUSCHKA, NILSO SGUAREZI,

Parágrafo primeiro — .....

Parágrafo segundo — .....

Parágrafo terceiro — .....

Parágrafo quarto — Ocorrendo a renúncia para efeito de uma das hipóteses do parágrafo terceiro deste artigo, o associado ficará responsável pelo recolhimento das contribuições estabelecidas nas letras "a" e "b" do artigo sexto.

Parágrafo quinto — O sócio aposentado poderá, a qualquer tempo, suspender o recebimento do benefício da aposentadoria e continuar contribuindo do benefício da aposentadoria e continuar contribuindo para o Fundo na forma dos artigos 5.º e 6.º desta Lei, ressalvados os direitos de opção pelo critério anterior, assegurando-se-lhes o direito a recálculo do valor de sua aposentadoria, obedecidos os critérios levados em conta para a sua concessão ou o tempo mínimo de um mandato completo.

Art. 9.º — A pensão por invalidez será devida a associado que tornar inválido total e permanentemente para o trabalho, consistindo no pagamento mensal e vitalício de uma renda igual ao benefício da aposentadoria a que teria direito.

Parágrafo primeiro — .....

Parágrafo segundo — Na hipótese do associado não tiver completado 8 (oito) anos de mandato, perceberá o equivalente à aposentadoria mínima prevista no artigo quarto, desta lei.

Art. 10. — Os benefícios de que trata esta lei serão reajustados sempre que ocorrer alteração na remuneração do deputado estadual.

Parágrafo primeiro — Ocorrendo a morte do associado será concedida pensão aos dependentes, como tais definidos na legislação do Instituto de Previdência do Estado, Lei 4766/63, correspondente a 50 por cento do benefício, a que teria direito o associado.

Parágrafo segundo — Será descontado da viúva, no pagamento do benefício previsto no parágrafo anterior, os valores da pensão recebida nos termos da Lei 7568, de 11 de janeiro de 1982.

Art. 11 — O sócio aposentado que viera a ser investido em mandato eletivo remunerado, a nível estadual ou federal, ou em cargo do ministro ou secretário de Estado, não perceberá durante o exercício do mandato ou cargo, o benefício do Fundo, salvo se o total da remuneração for menor que o benefício, caso em que terá direito a perceber a diferença do Fundo.

Parágrafo único — .....

Art. 12 — O deputado afastado para exercer função constitucionalmente compatível com o mandato parlamentar continuará recolhendo a sua contribuição de acordo com o artigo sexto, letra "a", cabendo ao órgão onde esteja desempenhando suas funções, o recolhimento de que trata a letra "b", do mesmo artigo.

Parágrafo único — .....

Art. 21 — .....

Parágrafo único — O Conselho Deliberativo poderá arbitrar gratificações e funções e/ou representações em favor dos funcionários requisitados, consoante os encargos que lhes foram atribuídos.

Art. 22 — A critério do Conselho Deliberativo, ou por deliberação da Assembléia Geral, se procederá ao levantamento da situação sócio-econômica do Fundo, mediante cálculos atuariais, sempre que tal procedimento seja recomendado.

Art. 24 — .....

Parágrafo primeiro — Aplicações em cadernetas de poupança, Open market e Over Night ou semelhantes, independem de autorização do Conselho Deliberativo.

Parágrafo segundo — Os valores do Fundo deverão ser capitalizados à taxa de pelo menos seis por cento ao ano, e da correção monetária".

Art. 2.º — O associado que esteja enquadrado no artigo oitavo da lei 6639/74, terá reajustado o seu benefício na base estabelecida, depois de paga a última prestação de um total de 48 (quarenta e oito) mensais e sucessivas, podendo retroagir o pagamento ao início da legislatura em curso, correspondentes a 14 por cento calculados sobre o valor da remuneração total do deputado estadual por ocasião do recolhimento, deduzido o valor das partes remuneratórias sobre as quais incidiram os recolhimentos efetuados, desde que requerido em 90 (noventa) dias da publicação desta lei.

Parágrafo único — Para aplicação do disposto neste artigo e de outras alterações definidas por esta lei, o associado referido no "caput" deverá, mediante requerimento manifestar concordância com as alterações havidas, especialmente com a alínea "c" do art. 6.º, no prazo de 90 (noventa) dias da entrada em vigor desta lei, estendendo-se que se deixar de assim proceder deixa de optar pelas alterações havidas ficando-lhes assegurados, entretanto, os direitos adquiridos.

Art. 3.º — Para fazer jus à aposentadoria prevista por esta lei, os deputados e contribuintes facultativos deverão recolher pelo menos 48 (quarenta e oito) contribuições mensais e sucessivas calculadas sobre a remuneração total dos deputados, estabelecidas nas letras "a" e "b" do artigo 6.º com a nova redação que ora lhe é dada.

Parágrafo primeiro — Os atuais deputados e contribuintes facultativos poderão retroagir ao início da legislatura em curso o pagamento de suas contribuições pela nova base de cálculo, pagando neste caso, apenas a diferença entre estas contribuições e as que já foram pagas pelo sistema anterior.

Parágrafo segundo — O contribuinte facultativo em 90 (noventa) dias da publicação desta lei, optará pela aplicação do "caput" deste artigo ou pelas disposições anteriores.

Art. 4.º — As despesas com a execução desta lei correrão à conta das dotações próprias do orçamento, suplementadas quando houver necessidade.

Art. 5.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, respeitados os direitos adquiridos e revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

Presidente e Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 182/83.

O Projeto de Lei n.º 182/83, que pretende alterar dispositivos da Lei n.º 6639/74, que dispõe sobre o funcionamento do Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar - FEPPA.

As alterações propostas têm como finalidade agilizar o funcionamento da instituição e não fere qualquer dispositivo legal vigente.

Nestas condições, nosso parecer é pela aprovação, na forma do substitutivo anexo, que melhor atende à técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de outubro de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente e Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 182/83

O presente plano de lei de autoria do deputado Tadeu Lúcio Machado, que dá nova redação à lei n.º 6639, de 05 de dezembro de 1974, que dispõe sobre o funcionamento do Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar - FEPPA.

O aspecto legal e constitucional da matéria já foi devidamente analisado pela douta Comissão de Constituição e

Justiça, opinando-se pela sua aprovação.

Quanto ao aspecto financeiro a que é chamada a opinar esta Comissão de Finanças, não encontramos óbice algum que possa impedir a sua tramitação normal por esta Casa.

Isto posto, nosso parecer é favorável, por sua aprovação. Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1983.

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente  
GABRIEL MANOEL — Relator

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 158/83, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 117/83), PROPOSTA DE ORÇAMENTO — PROGRAMA ANUAL, para o exercício de 1984, Com parecer favorável e SUBSTITUTIVO da Comissão de Orçamento, por unanimidade (Republicadas, anexo, as alterações decorrentes) — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Para discutir) Sr. presidente, srs. deputados.

Ao examinar a Proposta Orçamentária para 84, preocupe-me com as dotações elevadas para os gabinetes e a omissão, nas designações que julgo importantes, dada a situação crítica pela qual passa a população, principalmente os meios mais carentes.

Não vi um recurso específico que garanta a alimentação escolar; o medicamento, nos postos de saúde; ajuda aos municípios, compra de vaga ao estudante carente, motivo que originou várias emendas apresentadas que, lamentavelmente, vamos perder a oportunidade, na discussão de todas essas emendas, para poder garantir a autonomia deste Poder Legislativo, dar mais independência ao Poder Judiciário, que com a emenda apresentada irá garantir recursos independentes para que esta Casa possa legislar, com mais independência, para que o Poder Judiciário seja mais autônomo. Vamos prejudicar, sr. presidente, muitas das emendas apresentadas, porque poderá ser até uma manobra do governo de que esse orçamento seja discutido por vários dias; sejam propostas as maiores dificuldades para que prevaleça o decurso de prazo. Prevalecendo o decurso de prazo, estará prejudicada esta Casa com a emenda apresentada, estará o Poder Executivo com mais autonomia, legislando por decreto e com respeito a todas os dois Poderes, vamos deixar de discutir, de encaminhar a votação de todas as emendas que apresentamos. O que não podemos, sr. presidente, srs. deputados, é deixar de fazer coerência ao que constatamos do Orçamento e da situação aflitiva que vivem muitas das entidades. Muitos estabelecimentos de ensino no passado tinham verba específica, que davam oportunidade a que cada um dos srs. deputados fizesse indicação por ofício ao governo do Estado, destinando recursos aos estabelecimentos de ensino, aos asilos, aos sindicatos, para que pudessem atender a pessoas mais carentes no interior.

Desta vez, diz o governo que nem um requerimento dos deputados será atendido neste setor, porque o Poder Legislativo terá a sua verba específica. Esquece o Executivo que esse é um Poder Legislativo, que este é um Poder que não manipula verbas, e que não terá condições de atender às necessidades de cada uma dessas entidades.

Veja, sr. presidente, no setor de ensino, a campanha nacional de escolas da comunidade, 116 escolas no Paraná, a maioria de segundo grau, onde não existe estabelecimento do Estado e que vem mantendo com muita dificuldade, onde existe um setor local composto de 100 membros, muitas vezes os pais de alunos, que dão uma pequena contribuição para manutenção desta escola, mas que conta com apoio do professor que recebe muitas vezes 50 por cento do valor de sua aula que dá nos estabelecimentos públicos deste Estado. Nesta escola da CNC ele leciona com valor de 50 por cento e passa essa

escola por muita dificuldade. Já fizemos apelo ao Governo do Estado: se não tem condições de criar o estabelecimento do Estado para atender a todos os municípios paranaenses, que ajude pelo menos com 50 por cento da despesa da campanha nacional de escolas da comunidade, cujos setores dirigidos por pessoas da comunidade, sem nenhum vencimento a Diretoria estadual da campanha sem nenhum vencimento, procurando proporcionar condições àqueles alunos mais carentes, para que possam continuar os seus estudos no pequeno município que às vezes não tem condições de se deslocar para centros maiores e na ausência desta escola, estes alunos ficarão sem poder estudar. Este é o nosso apelo, que o governo compreenda dessa dificuldade. Quanto à merenda escolar, hoje está na Ordem do Dia um convênio entre o Governo do Estado e o Ministério da Saúde.

Nós esperamos que a merenda escolar seja aprimorada, que pelo menos repita o que o governo passado vinha fazendo, dando atendimento à altura desses estudantes, principalmente na zona rural.

Nós sabemos de muitas localidades de que o aluno vai para a escola mais preocupado com a merenda, por falta de alimentação na sua casa. E é preciso que o governo se empenhe, de que neste momento em que aprovamos o Orçamento para 84, gostaríamos de ver contemplado dotações para este setor. As Prefeituras que são oneradas dia a dia com um convênio com a Secretaria de Segurança para a manutenção de viaturas, para a manutenção de prédios e muitas vezes, para despesa também de combustível.

O município que quando pleiteia qualquer benefício do Estado, tem que dar uma participação. No campo assistencial o primeiro a ser procurado é o vereador, o prefeito. Quando lá fica alguém doente, o primeiro lugar onde eles batem é na prefeitura.

Era preciso que houvesse uma destinação também para a assistência social. Mas quando falo nessas assistências, é porque eu vejo as dotações dos Gabinetes - Secretaria de Segurança, passem, srs. deputados, que em 1983, o gabinete do sr. Secretário de Segurança tinha uma dotação de 93.313.000 de cruzeiros, e em 84 foi elevada para 854 milhões de cruzeiros.

Nós precisamos sim, de mais recursos para a segurança. Mas mais recursos também para atender a comunidade. Não é recurso para os gabinetes, para as mordomias. Quando nós falamos numa dotação de 93 milhões para 854, muitos pensam que é para atender e melhorar a segurança. Eu pergunto: melhorar o quê, nos gabinetes?

Mais segurança é para modificar, disse na reunião passada o líder do governo, de que o Secretário não terá condições de melhorar mais ainda o Gabinete da Segurança, pois é muito luxuoso este gabinete. Por que tanto recurso? Por que não destinar mais recurso para remunerar melhor a polícia, os agentes; distribuir a cada município mais viaturas; distribuir armamentos, algemas, que eu tive oportunidade de ver, no mês passado, num pequeno município da minha região, quando eles faziam a prisão de um pobre coitado que lá estava embriagado, teve que ser amarrado com uma corda, porque não tinha nenhuma algema.

É para isto que se precisa de mais recurso.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa excelência permite um aparte? (Assentimento) Deputado Gilberto Carvalho, eu vejo vossa excelência expondo um caso muito sério para o Paraná. E a polícia, por intermédio dos seus agentes, na maioria homens íntegros que estão procurando extirpar a criminalidade deste

Estado. E os vemos assim, num marasmo, por falta muitas vezes de amparo, como diz vossa excelência.

Verbas para gabinetes deviam ser verbas destinadas para dar sustentáculo aos moços, aos homens que estão na rua defendendo diuturnamente a paz do povo paranaense.

Vossa excelência, deputado Gilberto Carvalho, hoje enfoca um caso muito sério para a coletividade do Paraná. Está de parabéns, e queria que vossa excelência, neste aparte — talvez inoportuno — enfocasse apenas um caso, a polícia temerosa, porque quando prende um bandido que faz parte da facção política do atual governo, então eles não sabem se vão algemá-lo se vão mandá-lo para a Justiça ou vão se calar.

Hoje, o que campeia nos valorosos policiais da Polícia Civil e Militar do nosso Estado, é apenas o medo, o medo e a apreensão por causa dos políticos que protegem muitas vezes homens sem responsabilidade. Assaltos e mais assaltos nós vemos hoje, e o que se pede são mordomias, deputado Gilberto Carvalho.

Vossa excelência hoje, mais uma vez, está de parabéns e foi feliz, e que isto sirva senão for para outra coisa, de um alerta aos governantes paranaenses, para que dêem autonomia à Polícia Civil e à Militar, e à Justiça do Paraná, e que se faça justiça à criminalidade que campeia em todos os lares de Curitiba e nas grandes metrópoles paranaenses.

Vossa excelência, deputado Gilberto hoje merece os nossos parabéns. Tomara que o vosso alerta dê mais força, que se proporcione mais condições para que a polícia, inerte, não por culpa do seu secretário, não por culpa dos seus delegados, mas culpa, exclusivamente, de uma falta de estrutura e uma falta de coragem dos políticos da Oposição, de dizerem um basta à criminalidade, um basta aos homens que assaltam e darem autonomia para a Polícia Civil, para que, quando prenderem, não aconteça o que aconteceu na cadeia de Nova Londrina, onde ficaram escondidos, onde o maior traficante de drogas, acobertado, foi resgatado da cadeia de Nova Londrina.

E onde está, sr. deputado, a voz que clamava no deserto da oposição? Roubaram o maior contrabandista, seqüestraram, srs. deputados, o maior contrabandista, o maior traficante de drogas do Paraná. E onde está a ação da Justiça paranaense? Onde está o Secretário de Segurança Pública? Onde está o governo Richa? E onde estão as oposições que clamavam sempre para que o Paraná tivesse justiça, porque dizia — não é meu pai — onde o dinheiro canta a justiça cala.

Muito obrigado.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** — Eu agradeço, nobre deputado, o aparte de vossa excelência e continuo, srs. deputados, que voto com satisfação à elevação para a coordenação e execução de policialmente civil que eleva de dois milhões, quatrocentos mil, setecentos e trinta cruzeiros para treze milhões, cento e sessenta e três mil cruzeiros. Esta é preciso que se aplique.

O PDS dará integral apoio e espera que o governo procure coibir, dar mais segurança à comunidade paranaense, mas é preciso que se destine esta dotação de gabinete da mordomia de noventa e três, para 854. Dizia um deputado, na reunião passada, que o nosso líder falou mais de 30 vezes aqui desta tribuna, sobre a palavra “mordomia”. Mas pode falar mais de 30 vezes, porque a elevação da dotação da mordomia, só na Secretaria de Segurança, foi de 815,2 por cento de 1983, para 1984. Se ele falou 30 vezes em mordomia, falou muito pouco ainda.

Mas na Comunicação Social, srs. deputados, neste momento difícil pelo qual passa a Nação, é o momento de mais ação, de menos barulho, de mais aplicação dos recursos. Quando nós vemos que em 1983, se gastou dois milhões, quatrocentos mil, setecentos e trinta cruzeiros, em 84 eleva para 13 milhões, 163 mil cruzeiros.

A Secretaria do Interior, outra Secretaria que não sei porque, também seu gabinete de 52 milhões, 354 mil cruzeiros, para 160 milhões, 407 mil cruzeiros.

**O sr. Dirceu Manfrinato** — Vossa excelência permite um aparte?

**(Assentimento)** Agradeço o aparte de Vossa excelência, mas gostaria de ressaltar que se fala em mordomias, mas gostaria que o nobre deputado não esquecesse que as responsabilidades não se atribuem somente ao Estado do Paraná. Porque observamos recentemente, quando já está no Plano de Orçamento do Governo do Estado, tivemos um novo aumento do petróleo, isso traz um reflexo, a influência de um orçamento programado pelo Governo do Estado do Paraná.

E ainda, nobre deputado, quando vossa excelência enfocava sobre o caso de um preso de uma cidade que vossa excelência representa como parlamentar, aparteado pelo deputado Gabriel Manoel que alertou e responsabilizou o governador José Richa por estes casos que vêm acontecendo no Estado do Paraná, que falta segurança; queremos lembrar que o governo do PMDB assumiu recentemente. Estamos apenas praticamente com oito a nove meses de mandato, não podemos ser responsáveis por aquilo que foi mandado pelo PDS durante vinte anos e que não tiveram esta precaução de dar tranquilidade ao povo do Estado do Paraná.

E ainda, sr. deputado, eu me recordo que só conheci, antes de 1964, assalto de bancos através de filmes americanos. Depois de 64, neste País, chegamos a ver assaltos de bancos e a criminalidade aumentando dia a dia. É isto que queríamos colocar no aparte, nobre deputado.

Nem o governador José Richa e nem o próprio PMDB são responsáveis. Estamos ainda num governo recente e estamos procurando, na verdade, trazer tranquilidade e segurança ao povo do Paraná.

Muito obrigado pelo aparte, nobre Deputado.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** — Eu é que agradeço, deputado Dirceu Manfrinato, dizendo a vossa excelência que a responsabilidade da segurança não é só do governo do Estado. Concorro com vossa excelência.

Mas é preciso que comecemos a fazer alguma coisa. Se fizermos uma consulta à opinião pública, se a insegurança e intranquilidade da família paranaense é maior em 83 ou era maior em 82, a resposta vem rápida. Vem aumentando dia a dia a insegurança, a intranquilidade em todos os setores. Na zona rural, neste ano de 83, assistimos coisa nunca vista no passado. Um trabalhador que ao sair para tomar café deixa seu trator na lavoura e desloca-se poucos metros do trabalho; quando ele volta já não o encontra, o gado de leite desaparecendo e a intranquilidade é muito grande.

É preciso que façamos alguma coisa, nós na área estadual para podermos cobrar também na área federal pela sua responsabilidade, pelo apoio, pela descentralização dos recursos que todos lutamos e pensamos em comum, tanto um partido como o outro. Mas não é porque está errado, porque existe alguma falha, que vamos parar. Vamos persistir. Temos que dar a nossa contribuição e procurar sanar as falhas existentes.

**O Sr. Nilso Sguarezi** — Vossa excelência concede um aparte?  
**(Assentimento).**

Nobre deputado Gilberto Carvalho, vossa excelência com seu zelo de sempre em demonstrar a sua alta responsabilidade parlamentar, prepara-se para vir discutir o Orçamento.

Nobre deputado, algumas afirmações vossa excelência tem efetivamente razão, mas em outras eu não posso concordar, como esta última, em que vossa excelência entende de que se agravou apenas aqui no Paraná o aspecto da insegurança.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Eu não disse que foi só aqui no Paraná. Nós sabemos em São Paulo e Rio de Janeiro como é que está.

O SR. NILSO SGUAREZI — Então se esse é o entendimento de vossa excelência, porque efetivamente a insegurança está generalizada hoje, por todo o Brasil.

Quanto a questão que vossa excelência coloca, da falta de recursos para o aspecto assistencial, veja vossa excelência que realmente este é um problema, hoje, mais de condição estrutural mesmo do nosso modelo econômico, do nosso regime político, do que propriamente circunstancial.

Esta aí a crise do governo, pela renúncia do Ministro da própria Previdência Hélio Beltrão, que insatisfeito com os poucos recursos para a Previdência, abandonou o seu cargo.

Está aí hoje enfrentando o INPS uma greve dos Anestesiologistas, que no Brasil inteiro estão se retirando pela falta de recursos para pagar condignamente esses profissionais.

Então, efetivamente, este é um assunto que afeta a Nação como um todo, porque nos últimos anos houve mais preocupação com a empresa do que com o homem; com a Nação do que com a criatura humana, de modo que há uma legislação toda de arbítrio para ser removida.

E o próprio orçamento ainda tem o seu ranso de arbítrio. Nós estamos aqui na Assembléia efetivamente limitados, como limitados estão os Estados pela carência de recursos. Vossa excelência muito bem disse: nós precisamos lutar para uma descentralização, para que os Estados e os municípios tenham mais recursos. Aí então com mais recursos é que nós poderemos aqui condicionar o orçamento, para que tenham efetivamente as dotações. Os recursos que existem são os que nós dispomos no Orçamento, e quer me parecer de que eles foram distribuídos da maneira mais adequada possível.

Quanto ao aspecto que vossa excelência estranha, como na última semana, quando discutia o Orçamento, o nobre líder Luiz Alberto Oliveira, citava alguns números de que efetivamente, dependendo da interpretação que se dê, houve um acréscimo em até mil por cento em alguns itens.

Mas senhor deputado, vamos fazer uma análise racional desta questão. No Orçamento passado havia 453 programas e projetos no todo do orçamento que foram reduzidos este ano para apenas 270 ou seja, o que foi distribuído no orçamento passado, 453 partes estão sendo distribuídos agora em apenas 270, o que equivale dizer que é evidente que nestes programas há uma distribuição maior de recursos.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Eu lamento nobre deputado, se de 400 reduziu para 200 é para que o povo não tome conhecimento deste programa.

O SR. NILSO SGUAREZI — Perfeito, então veja vossa excelência, é evidente que aumentaram, se nós

reduzirmos ainda os índices para própria inflação, nós vamos ver de que não há estranheza nenhuma, de que haja aumento dos gabinetes dos senhores secretários, porque como eu disse na última sessão, na verdade os senhores estão procurando fazer um exercício mental, de dizer que estas verbas serão atribuídas a mordomias; estas verbas que estão para manutenção dos gabinetes, por exemplo, do secretário dos Transportes, ali estão inseridos, inclusive, as verbas do Pró-safra, que sabe vossa excelência, estão sendo distribuídas no atual governo parcimoniosamente. Todos os municípios tiveram igual participação na distribuição dessas verbas para o Pró-safra.

Como em todos os outros gabinetes, existe uma série de recursos que estão alocados ali, para a manutenção dos compromissos do Gabinete.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Será que nos Gabinetes também não está a dotação, não está incluído, talvez tenha sido aumentado, com a finalidade de indenizar esse pessoal que está sendo mandado embora aí, arbitrariamente? Talvez seja para indenização desse pessoal que está sendo dispensado, principalmente da Secretaria da Saúde.

O SR. NILSO SGUAREZI — Vossa excelência sabe que isso não é afeto ao gabinete.

Aí é mais um exercício mental de vossa excelência. Não está afeto ao gabinete, mas sim à parte dos recursos humanos do Estado.

Mas eu quero dizer a vossa excelência, para citar apenas o seguinte: os recursos destinados aos gabinetes são para a manutenção das estruturas administrativas. E nesses gabinetes freqüentemente estão ali alocados recursos para a subvenção social. Por exemplo, na Educação, estão previstos os recursos para os convênios, para as transferências com os municípios. É desta verba, por exemplo, que o governo vai pagar os professores municipais que estão à disposição do Estado; saiba vossa excelência que no próximo exercício, será pago integralmente. Neste exercício foi apenas 50%. A partir de 1º de janeiro, será de 100%. E ali está colocado para a manutenção do Gabinete do Secretário, porque é o Gabinete do Secretário que vai fazer um convênio com o Prefeito municipal para transferir a ele, 100% daquele vencimento que ele vai pagar aos professores municipais que estão à disposição do Estado.

O Secretário dos Transportes como eu disse, já está até na área do Pró-Rural. Tem alocado os recursos, estão consignados no Gabinete do Secretário dos Transportes. E do Secretário do Interior, para apenas dar um exemplo, ali estão concentrados recursos para transferências para os municípios, para os seguintes projetos: área de habitação, erosão, energia elétrica, proteção ao meio-ambiente, equipamento de infra-estrutura, ~~mas~~ urbana, etc.

O SR. NILSO SGUAREZI — Tudo isso alocado no Gabinete, para ser transferido através de Convênios. Porque se procurou neste Orçamento, simplificar o aspecto administrativo. Então vê vossa excelência que na verdade, vossa excelência está fazendo conjecturas. E está fazendo um exercício mental ao dizer, numa especulação, de que tudo isso vai ser destinado à mordomia. Mas eu disse a vossa excelência ...

O SR. GILBERTO CARVALHO — Eu acho muito pouco, se botar tudo isso no Gabinete, nobre deputado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Eu disse a vossa excelência,

como temos reiterado aqui.

A prática deste governo tem sido uma prática de austeridade. Nós temos alguns números aí. Na Secretaria de Saúde, enquanto o último governo gastou 19 milhões, o atual, gastou apenas, 4 milhões e pouco para manter o Gabinete.

E quero que vossa excelência cobre, aqui, no ano que vem. Nós vamos confrontar o que eu estou dizendo, as notas taquigráficas estão registrando, e vão registrar o que vossa excelência está dizendo. Então nós vamos ter oportunidade de no ano que vem, fazermos o confronto, efetivamente, quais as mordomias e qual o índice de aumento das mordomias, como vossa excelência está dizendo, se cresceram na ordem em que vossa excelência está dizendo. Eu hoje efetivamente, não tenho dados concretos, para rebater o argumento de vossa excelência, mas convido vossa excelência na discussão do próximo Orçamento, quando eu sei que vossa excelência, pela diligência que tem, pela responsabilidade que tem do seu mandato, estará novamente aqui, discutindo conosco. Vamos fazer então uma confrontação para ver se realmente foi a esse nível, o que vossas excelências estão insinuando sejam mordomias do atual governo.

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Nobre deputado, será para mim um prazer o confronto, no final do exercício de 1984. Tomara que eu esteja errado. Tomara que aconteça tudo ao contrário, pois será a felicidade do povo paranaense.

O SR. NILSO SQUAREZI — E eu quero dizer mais a vossa excelência, nobre deputado, que na medida em que vossa excelência perceber de que esteja sendo aplicado em demasia, vossa excelência terá um aliado, não só em minha pessoa, mas de toda a nossa bancada, para não permitir que isso aconteça. Disso vossa excelência sabe: nós estamos empenhados em ter um governo austero.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Eu me preocupo, nobre deputado. Nós tivemos oportunidade de ver a bancada de vossa excelência no ano passado, quando criticava os empréstimos do governo do Estado, dizendo que o Estado estava se endividando cada vez mais, principalmente no interior. Agora, o que nós assistimos, não é só o governo do Estado, mas os municípios, ao receberem este programa com 35% financiado em dólar e que eu já estou tentando há uma semana, falar com o senhor secretário do Planejamento, para obter algumas informações, para que possa orientar os prefeitos que estão preocupados, passando dificuldades, que precisam ser incluídos neste programa, principalmente os pequenos municípios. Eles pensam em desistir, mas, desistindo perderão 65% a fundo perdido. Porém se preocupam com os 35% em dólar, que vai ser pago com dois anos de carência, em 10 anos de prazo para pagamento. Não será este prefeito, nem o futuro prefeito que vai liquidar este compromisso. A intranquilidade é muito grande. A quanto vai montar a dívida de cada um desses municípios? Se esta era uma meta do PMDB, por que criticava os empréstimos do governo?

O SR. NILSO SQUAREZI — Vossa excelência permite outro aparte? (Assentimento).

Veja vossa excelência que aí fica difícil de podermos contra-argumentar. Porque o PDS tem aqui nos cobrado,

de que este programa de auxílio aos municípios foi uma obra do senhor Saul Raiz, e agora vem vossa excelência nos cobrar que isto aí vai redundar em endividamento aos municípios, então fica difícil de nós argumentarmos. Quando é a parte boa do programa, o mérito é para vossas excelências; quando é a parte onerosa, o demérito é para nosso governo. Aí realmente fica num nível difícil de levarmos a uma discussão em frente.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Eu quero saber apenas qual é a responsabilidade do município neste empréstimo.

O SR. GABRIEL MANOEL — Vossa excelência permite um aparte? (Assentimento).

É obra do Saul Raiz, porque ele dava dinheiro sem retorno para os prefeitos.

Agora, meu pai dizia que quem não tem competência não se estabelece. Porque, vossa excelência faz muito bem de estar apreensivo, porque 35% do dinheiro revertido em dólar, daqui há cinco anos deputado Gilberto Carvalho, é uma barbaridade que as prefeituras terão que pagar. É pior do que a dívida do Galveas, do Delfim, somadas, em proporção para as prefeituras.

Vossa excelência se recorda muito bem deputado, e o nobre líder do governo fala em Saul Raiz, ele devia pensar um pouco, porque todo o dinheiro aplicado em benefício do próprio povo, pelo governo Ney Braga, pelo governo Jaime Canet, não tem retorno. Foi aplicado a fundo perdido pelo Saul Raiz e pelo governador Jaime Canet e do grande governador Ney Braga.

Não vemos por que falar em Saul Raiz.

Eu queria apenas dizer a vossa excelência que o nobre Líder do PMDB peca pela falta talvez, de achar que nós, homens que temos apenas o curso primário, não possamos entender da química da distribuição de verbas.

Mas, como pode deputado Gilberto Carvalho, verba de gabinete ser aplicada em Pró-safrá.

Como pode vir, deslavadamente, o Líder da Bancada Oposicionista dizer que estas verbas vão ser aplicadas em Pró-safrá deputado Gilberto Carvalho? É querer nos fazer de burros e de cegos.

Não pode, é contra a lei. A verba destinada tem que ser aplicada em duas destinação. Não se pode fazer químicas em verbas.

Agora, vem o Líder da Bancada da Maioria, dizer que uma verba de gabinete, e dizer deslavadamente, na frente de magistrados, que uma verba de gabinete pode ser manipulada.

Pode ser, mas para fazer demagogias.

Verba de gabinetes deputado Gilberto Carvalho, não pode ser aplicada em Pró-safrá, porque é verba destinada e não se faz química com o dinheiro do povo.

Não se faz química com a vontade da Maioria que, acidentalmente, assumiu o poder, deputado Gilberto Carvalho.

Permita que eu tome um pouco do seu tempo. Isto é uma aberração. É querer dar a nossa bancada e principalmente para vossa excelência que está nesta tribuna, com a devida vênia, eles querem nos dar o diploma de burro.

Como pode na frente de magistrados, de juizes, dizer que uma verba destinada a gabinete, possa de dar ao Pró-safrá? A não ser com uma demagogia que

vai ser a tecla dos inoperantes; vai ser a tecla dos derrotistas; vai ser a tecla dos homens que não hão de saber governar o Paraná.

Quando se fala em Saul Raiz, que dava dinheiro às prefeituras, sem retorno, hoje vossa excelência fala com justiça de 35% de dinheiro em dólar, deputado Gilberto Carvalho, e nós não podemos nos calar, pois quem cala consente.

E onde está o programa desta gente que ontem clamavam por justiça e, hoje vossa excelência tem propriedade e quero lhe dar os meus parabéns; quero dizer a vossa excelência que responso ao nobre Líder do PMDB, que contra a força não tem argumento; contra a verdade não tem resistência. E a verdade está conosco.

Eles que dão dinheiro para o povo, que dão dinheiro para as prefeituras, sem retorno.

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Vossa excelência colocou muito bem. Verba de gabinete para outro na mesma dotação, o governo transfere por decreto. E outra dotação, burocratizando cada vez mais e, cada mudança vindo para este Plenário para ser alterado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa excelência permite um aparte? (Assentimento).

Eu agradeço o aparte de vossa excelência e dou inteira razão, não só a vossa excelência, mas também ao nobre deputado Gabriel Manoel.

Compreendo muito bem o posicionamento do nobre deputado Nilso Sguarez.

Sua função de líder é defender o indefensável; é procurar jogar uma cortina de fumaça sobre uma verdade.

E cometeu mais uma heresia o nobre deputado líder desta Casa, quando defendeu as vultuosas verbas consignadas aos gabinetes das secretarias.

Chegou ao cúmulo de afirmar que esta é a verba da Secretaria dos Transportes, por exemplo, verba de gabinete, despesa de gabinete, Representação, Pronto Pagamento, etc., etc., se constituía num "fundo" para a execução do plano Pró-Rural, ora o Pró-Rural é uma lei específica; é um programa criado através de uma lei, examinada, votada por esta Casa, com dotações orçamentárias específicas; agora, tentar convencer esta Casa de que qualquer Secretário pode lançar mão de verbas de gabinete, verbas de custeio de um programa específico é uma heresia. Nós não podemos absolutamente aceitar isso, embora compreendamos o papel do Líder do governo.

Eu estava lendo aqui nos Anais da Casa, discurso feito no dia 13 de novembro de 1979, pelo nobre deputado Nelson Friedrich. Não é discurso, foi um aparte que ele ofereceu ao Relator do Orçamento da então Oposição MDB, o nobre deputado Antônio Facci, quando aquele senhor deputado fazia críticas à Proposta Orçamentária. No Orçamento de 1980, fez um trabalho, elaborou um trabalho digno de registro, que o deputado Antônio Facci, como vossa excelência bem há de lembrar, era um "expert" em matéria orçamentária. Discutia com conhecimento de causa, e o nobre deputado Nelson Friedrich ofereceu naquela oportunidade, deputado que hoje é secretário do Interior, responsável, co-responsável pela elaboração dessa Proposta Orçamentária que a Casa aprecia hoje, naquela oportunidade ele disse ao deputado Antônio Facci: "Ouvindo o seu pronunciamento deu-me vontade de ir embora, deu-me vontade de sair dessa Casa, fazer uma auto-crítica e abandonar esta

luta, porque, ilustre deputado, a humilhante posição em que se coloca o Legislativo faz com que este Poder passe a ser tudo, menos Poder; passe a ser efetivamente um desdobramento do Executivo", e ele vai por aí em frente, tecendo críticas à então bancada da Arena.

Cortaram o apoio incondicional à Proposta Orçamentária de 1980 e no final ele diz: "quando vossa excelência, deputado Antônio Facci, demonstra o poder de resistência e uma persistência ímpares, fazendo emendas a cada Legislatura que participa, vindo à tribuna, mostrando o quadro, radiografando a realidade. Mais uma vez o trabalho de vossa excelência choca-se com a parede da subserviência, do entreguismo, da passividade e da omissão dos senhores deputados da situação".

Isso quem falou foi o atual secretário do Interior do governo José Richa, co-responsável pela elaboração dessa Proposta Orçamentária.

Eu não quero mais tomar o tempo de vossa excelência. Espero depois ir à tribuna, para discorrer sobre a dotação orçamentária destinada à subchefia da Casa Civil, centro de comunicações, alvo das mais ácidas críticas nos governos anteriores,...

O SR. GILBERTO CARVALHO — Disseram que vão para dois milhões e duzentos, nobre deputado.

O Sr. Erondy Silvério — Exatamente.

Nós assistimos um cotejo dos senhores deputados do PMDB, criticando acerbamente esta verba de Comunicação Social, inclusive, fazendo, levantando, embora subjetivamente até suspeitas quanto ao emprego dessa verba, quanto à lisura, à honestidade do emprego dessa verba.

E o que é que nós vemos agora?

É preciso que o PMDB venha mostrar o que o governo está fazendo no Paraná, destinando 95 milhões de cruzeiros que vão ser utilizados, no ano que se aproxima, para divulgação dos atos governamentais. Eu não sei mais se é divulgação, ou se é outra coisa. Aí, subjetivamente, ele questiona a honestidade, a honorabilidade do governo Ney Braga, que não pode, em nenhum momento, questionado porque é um homem de mãos limpas que sempre dirigiu este Estado com vistas ao interesse do povo.

Aí ele questiona, quando ele diz aqui: "eu não sei se é para divulgação ou outra coisa", "porque 95 milhões de cruzeiros para divulgar os atos do governo é, efetivamente, estarrecedor". Eu pergunto, ainda, consignar-se 2 bilhões e tantos milhões de cruzeiros nessa mesma verba, subchefia da Casa Civil, setor de Comunicação Social?

Eu não vou chegar a tanto, levantar dúvidas sobre a boa ou má aplicação dessa enormidade, dessa montanha de dinheiro; são 2 bilhões, 2 bilhões e tantos milhões - 200 ou 300 milhões - de cruzeiros que se leva lá para divulgar os atos do governo.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Talvez tenha uma destinação, nobre deputado.

Nós vemos o credenciamento dos desempregados em cada esquina. Talvez seja para atender esses desempregados, essa verba.

O Sr. Erondy Silvério — Eu não chego a tanto. Quero

abordar o assunto com seriedade. Quando cresce a onda de criminalidade no Estado, principalmente na Capital, quando nós vemos viaturas da Polícia Militar, dos Módulos Policiais, não poderem se movimentar por falta de combustível, quando nós vemos um armamento ultrapassado, munição velha nas mãos dos homens que têm que zelar pela segurança do povo; nós ficamos efetivamente, tristes, quando se destina uma importância tão fabulosa para "endeusar" uma administração que não mostrou nada, nem programa de governo. A única coisa que esta administração mostrou até agora, foi ontem o que disse ontem, o nobre deputado, 1.º secretário desta Casa, que teceu loas, louvores a um secretário de Estado porque jogou macadame, pedras irregulares numa estrada vicinal de um município vizinho da região Metropolitana de Curitiba.

Fico realmente apreensivo. Fico realmente ...

**O Sr. Nilso Sguarezi** — Vossa excelência concede um aparte?

**O Sr. Erondy Silvério** — Devolvo a palavra a vossa excelência para que vossa excelência possa atender o nobre líder do PMDB que não respeitou nem o aparteante, já quis interromper. A verdade dói, pois é indismantível.

O que essa gente demagogicamente pregou aqui há tantos e tantos anos está fazendo e pior, de maneira pior, essa verdade, efetivamente, dói, porque hoje é um governo de incompetentes. Talvez, seja o longo jejum do Poder. Essa gente não está preparada, efetivamente, para governar. Isso não são afirmações minhas, são afirmações do presidente Nacional do PMDB; que o PMDB não estava se saindo bem nos governos porque desacostumou-se, no longo período, por cerca de 20 anos, em que esteve afastado dos postos executivos. Veja vossa excelência, o Estado de São Paulo; veja vossa excelência a onda de criminalidade na Capital paulista, a capital do Brasil, greves; veja vossa excelência que essa gente não estava, realmente, preparada para o Poder.

Eu agradeço o aparte, não vou me alongar mais a fim de que vossa excelência possa dar o aparte ao nobre líder para que ele conteste, me chame de mentiroso, que diga que não foram ditas essas palavras que estão aqui nos Anais da Casa, que não se vão gastar dois bilhões e tantos milhões de cruzeiros para divulgar atos do governo. É isso que eu quero ouvir.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** — Agradeço o aparte de vossa excelência, e como as notas taquigráficas registram, nós esperamos que possamos, no final de 1984, confrontar e analisar com o deputado líder do governo, tudo ao contrário na aplicação dessas verbas de gabinete. Eu peço ao nobre líder do governo que aguarde por alguns instantes, para que eu possa lhe conceder o aparte, porquanto restam poucos minutos, e eu quero analisar algumas emendas, e em seguida, concedo o aparte a vossa excelência.

Mas, senhores deputados, nós lamentamos e esperamos que o governo que se diz um governo participativo, um governo democrático, um governo que não vai atender indicação dos deputados nas verbas de assistências sociais, que no ano passado e nos governos passados, atendia aquele que visitava o interior, e conhecia o problema de cada comunidade,

de cada entidade assistencial de cada escola, e oficiava ao senhor governador, pedindo a destinação de pequenos recursos para essas entidades, porque nós sabemos que este povo no interior, que cria as vezes uma entidade, e recebe uma pequena ajuda do governo do Estado, cinco, dez mil cruzeiros, põem cem em cima, procurando ajudar à comunidade, é um incentivo maior. E nós apresentamos umas emendas que vão todas por terra, porque é um Poder que ainda é muito limitado.

Prevalece o decurso de prazo, e se o Orçamento não for aprovado até o dia 30, é considerado aprovado, conforme a Mensagem do Governo.

Nós apresentamos uma emenda, pedindo ajuda para a Campanha Nacional de Escola da Comunidade de São Pedro do Ivaí: dois milhões de cruzeiros. É uma escola que tem seis turmas de alunos de segundo grau, e que luta com dificuldade, não tem recurso. Está com dois meses de atraso no pagamento dos professores, porque não tem recurso para manutenção, e não existe escola do Estado.

É um município criado há muitos anos e que antes recebia ajuda e este ano não recebeu nada para atender essa comunidade.

Na mesma situação está o município de Bom Sucesso. Para lá também para a Campanha Nacional de Escola da Comunidade, nós estamos pedindo dois milhões de cruzeiros.

E mais novecentos para 116 escolas somadas no Paraná, para que a Secretaria da Educação possa destinar algum recurso para atender todas as escolas e dar condições de sobrevivência, para que não fechem essas escolas, porque a informação há poucos dias, da Secretaria da Educação, é que não pretende criar nenhuma escola de segundo grau, em 1984. Pelo menos então, que ajude as que já existem.

Apresentamos também uma emenda, pedindo ajuda para a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, do município de Marumbi, que está lá com creche, clube de mães, dando atendimento e que, não recebeu recursos do governo do Estado, esperando que em 1984, possamos receber alguma coisa.

Nas mesmas condições, a Sociedade São Vicente de Paula, de Jandaia do Sul, também a PBI de Borrazópolis. Nas mesmas condições o Centro de Obras, Centro de Triagem, obras sociais do Vale do Ivaí, o hospital construído, com recursos, o pouco recurso que nós tínhamos e pudemos destinar para aquele município. E do governo passado, do governo Ney Braga, do governo Jayme Canet Júnior, nós pudemos concluir, e vem atendendo toda a região do Vale do Ivaí, e o Norte do Paraná, que é um Hospital Psiquiátrico, que atende a área rural e a área urbana, que mantém em seu hospital, 140 pacientes diariamente.

Estamos pedindo também, uma ajuda para que possa, não para manter o hospital, mas para que possa suprir aquele pouco recurso que recebe do INAMPS, para atender o trabalhador rural, que não dá para pagar nem a alimentação do doente, quanto mais o medicamento.

Nós estamos pedindo uma pequena ajuda para que possa suprir a deficiência, porque está lutando com dificuldade para cobrir.

Há poucos dias, o diretor do hospital me telefonava, dizendo que ia propôr o cancelamento do convênio com o INAMPS, para atender o trabalhador rural. Eu

fiz um apelo para que mantivesse esse convênio, mesmo com prejuízos, porque aquela entidade não visa lucros, quer dar apenas bom atendimento à comunidade.

E até que seja possível, que tome prejuízo nessa área rural, mas o pouco que dê em outros setores, que ajude para manter esse hospital.

Pedimos também, uma ajuda para o Lar São Francisco de Assis, de Jandaia do Sul, um abrigo de menores que vai dar atendimento à região, comandado por uma entidade, com a participação do vigário da Paróquia. Também as obras sociais da Paróquia de Marumbi. Pedimos também, mais uma ajuda para a Prefeitura de Quinta do Sol, onde existe um grande número de "bóias-frias" e estes procuram constantemente a Prefeitura, que às vezes não tem recursos para atender com medicamentos os casos mais urgentes, uma pequena ajuda de dois milhões de cruzeiros e meio. A Prefeitura de Fênix está nas mesmas condições. Estou pedindo, também, para a Prefeitura do Município de Marumbi e a Prefeitura de Cambira. E, por último, estamos fazendo um apelo para que ajude a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jandaia do Sul, que vem atendendo grande número de estudantes, que às vezes, não têm recursos para saldar suas mensalidades no fim do mês.

Espero que o governo, mesmo vendo rejeitada essas emendas, que tome conhecimento, não só a minha, mas de todos os deputados, deputados do PMDB e da nossa bancada do PDS; que analise essas emendas e procure verificar a necessidade de cada uma dessas entidades, para que receba o atendimento através das verbas que o governo tem, específicas para assistência social. Talvez das verbas dos gabinetes, já que essas verbas não são para mordomias, que atenda essas entidades, porque é muita verba, 800 por cento no ano, dá para destinar para muitas localidades, para muitas entidades.

Concedo o aparte ao nobre líder do governo.

**O Sr. Nilso Sguarezi** — Nobre deputado, efetivamente não pretendia mais me inserir no discurso de vossa excelência, mas, dadas as palavras do eminente deputado Erondy Silvério, sempre colocadas com aquela sagácia, fruto dos longos anos de exercício parlamentar, eu, efetivamente, tenho que discordar do espírito do aparte do nobre deputado, como do espírito do aparte do nobre deputado Gabriel Manoel.

Veja vossa excelência, o deputado Gabriel Manoel falou que nós estamos no Poder acidentalmente. Então, fica difícil, como eu tenho dito, se nós considerarmos que houve um acidente há um ano atrás, no dia 15 de novembro. E a população brasileira, citou, inclusive, os magistrados que estão presentes, que dirigiram com honradez o pleito. Não acredito que tenha sido um acidente o 15 de novembro de 1982, mas, sim, um ponto de consciência que a sociedade brasileira resolveu assumir e ter o destino desta Nação em suas mãos.

E quanto ao despreparo dos atuais dirigentes do PMDB que estão no Poder, eu fico me interrogando se é um despreparo maior do que os atuais homens do PDS que dirigem esta Nação. Porque se existe violência, se existe criminalidade, se existe insegurança, isto deve atribuir ao despreparo dos homens do PMDB que chegaram há um ano no governo, ou aos homens

que estão há vinte anos dirigindo esta Nação?

Então, efetivamente, parece-me que os apartes colocados aqui não passam do fruto de um revanchismo e de inconformismo. Porque, se se considerar que houve um acidente em 16 de novembro, não se está partindo contra o PMDB, mas, está-se chamando à responsabilidade o povo brasileiro. E, entre o povo e o Governo, entre o Governo do Estado e o povo do Paraná, fico com o povo do Paraná. Entre o Governo da União, e o povo brasileiro, fico com o povo. Acho que nós merecemos esta oportunidade que nos foi dada.

Os srs. estão há 20 anos no governo, tiveram tempo suficiente para provar. E nós estamos há apenas oito ou nove meses no governo, e querem nos cobrar e dizer que estamos despreparados para o Poder. Talvez sem treino, mas falta de preparo é uma grande dúvida se somos nós ou vossas excelências os mais despreparados.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** — Espero, nobre deputado, que o governo do PMDB do Paraná, demonstre ao povo paranense que o povo tinha razão. Espero que isto aconteça. Democracia é alternância no Poder. Havia descontentamento, mas se o PMDB continuar como está, não haverá incentivo nenhum para que mude nada em qualquer outro setor, porque eles estão vendo que mudou para pior e não para melhor.

**O Sr. Erondy Silvério** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Eu agradeço a vossa excelência que me dá esta oportunidade de responder ao nobre líder do governo. Primeiro, não tenho revanchismo político. E reconheço que o nosso Partido foi derrotado, fruto de erros exatamente da política do governo federal, que nós nunca apoiamos nesta Casa. Eu, por exemplo, nunca apoiei, e por isso não quero ser debitado pelo que se faz errado, lá em cima; em segundo lugar, nobre deputado, nobre líder, eu agradeço as bondosas referências que ele faz a meu respeito. Mas ele é que está "saindo melhor que a encomenda", porque ele procurou tumultuar o que nós dissemos. Eu não disse que em nove meses este governo é responsável por tudo que de errado está aí. Eu disse apenas que a Proposta Orçamentária do Governo beneficia alguns órgãos da administração, em detrimento de outros; eu disse também que estou inconformado de se entregar, nas mãos do governador, dois bilhões e meio de cruzeiros para que ele faça "oba-oba" nas estações de rádio e televisão, e pela imprensa. É com isto que eu não me conformo, com essa proposta orçamentária, quando nós temos setores da administração, muito mais carentes, necessitando efetivamente do calor, do apoio do governo, principalmente no terreno financeiro. Foi isso que eu falei, mas, habilmente, o nobre deputado Nilso Sguarezi que não tem condições de desmentir isto que eu estou falando, eis que está aí, impresso no orçamento, procura efetivamente levar a discussão por outro lado, procurando jogar sobre os ombros do governo federal, a responsabilidade, pela incompetência do atual Governo!

**O SR. GILBERTO CARVALHO** — Vossa excelência coloca muito bem, nobre deputado.

E encerrando o encaminhamento da votação deste orçamento, eu quero louvar a Comissão de Orçamento, que acatou as emendas, naquela comissão as quais espero ver aprovadas e que possa o Poder Legislativo em 1984 e o Poder Judiciário, administrarem com seus recursos próprios, com mais independência. E esperamos adquirir no próximo orçamento, talvez, uma oportunidade de ver esse Orçamento, mais esmiuçado. Espero que os programas sejam ampliados para que possa o legislador e o povo, tomar conhecimento, ao receber

uma dotação orçamentária, e ter uma esperança quanto sua aplicação, e não aguardar o fim do ano para ver o que vai acontecer. É isto que nós esperamos para o próximo orçamento. E vamos, aqui, cumprir com o nosso dever, como sempre, como disse o deputado Erondy Silvério ex-líder de nosso partido e do governo passado nesta Casa, nós sempre viemos a esta tribuna também, para criticar os erros na área federal, porque nós viemos aqui para esta Casa com muita independência. Não viemos comandados por grupos, fazendo uma campanha de casa em casa, uma campanha defendendo os interesses do povo, mas não podemos aceitar, se existem as falhas na área federal, que continuem na área estadual.

Muito obrigado, sr. presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Em discussão o Projeto de Lei n.º 158/83.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Para discutir, concedo a palavra ao sr. deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. presidente, nobres srs. deputados.

Ouvimos hoje, por parte da Bancada Opositora na Assembléia Legislativa, judiciosas análises a respeito da lei mais importante que esta Assembléia vota no presente exercício. Pronunciamento longo, fruto de um trabalho bem elaborado do eminente deputado Odeni Mongruel, vice-líder da nossa bancada.

Pronunciamento igualmente sério feito pelo ilustre vice-líder Gilberto Carvalho. Estes dois pronunciamentos somaram-se aos apartes do ex-líder Erondy Silvério e do ilustre deputado Gabriel Manoel. Mais ainda, sr. presidente e srs. deputados, complementaram o pronunciamento que esta liderança fez na semana passada e no qual nós demonstramos que não estamos vivendo o tão decantado regime da democracia participativa e popular, mas sim o regime do mandonato José Richa com o PMDB no Governo.

Foi possível demonstrar, sr. presidente e srs. deputados, que o atual Governo do Estado não é o governo da austeridade administrativa, mas pelo contrário, é o governo que mais gasta em comunicação social na história político-administrativa do Paraná.

Disse bem o deputado Erondy Silvério, de setecentos milhões de cruzeiros para dois bilhões e duzentos, somente na verba de comunicação social na sub-chefia da Casa Civil. O que provavelmente o deputado Erondy Silvério poderia aduzir, é que a estas despesas somam-se as despesas dos gabinetes dos Secretários. Em 1983, no Orçamento feito pelo PDS para a manutenção de verba de representação e de comunicação social no gabinete dos diversos Secretários, nós tínhamos cinco bilhões de cruzeiros. E no governo austero do sr. José Richa esta verba se eleva srs. deputados, para quinze bilhões de cruzeiros, num Orçamento a mais de quase 300%.

Além da verba de comunicação social e em todas as rubricas de despesa de gabinete de Secretário, há lá a possibilidade do Secretário de Estado fazer a sua propaganda e a propaganda da sua Pasta.

Mais ainda, nós estamos votando apenas o Orçamento da Administração direta. Não votamos aqui o Orçamento da Copel, da Sanepar, do Badep e das outras entidades paraestatais. Nós estamos vendo permanentemente na televisão

anúncios, os mais ridículos possíveis.

Enquanto o PMDB, na campanha eleitoral, dizia que ia dar eletrificação rural mais barata, hoje a Copel transforma-se no grande anunciante do Estado do Paraná, fazendo propagandas como aquela que o menininho corre de uma linha de alta tensão.

Ora, sr. presidente e srs. deputados, este é o governo sério, este é o governo que o Secretário do Interior, que o atual Secretário do Interior, ex-deputado Nilton Friedrich, denominava o governo Ney Braga de um governo não honesto porque gastava setecentos milhões em comunicação social.

Como pode sua excelência, o sr. Secretário do Interior, ter autoridade para participar deste governo, se eles estão exorbitando na verba de comunicação social e em todos os campos, em todos os setores? É o Banco do Estado a anunciar, é a Sanepar a dizer que corre água pelos canos como se isto fosse uma grande realização do atual governo, quando nós sabemos que obras da Sanepar estão sendo paralizadas por falta de capacidade gerencial, administrativa e financeira, mas sobra recursos para o governo "austero" do senhor José Richa tentar iludir a opinião pública, com a Comunicação Social nunca tão antes manobrada neste Estado, como está ocorrendo no governo do senhor José Richa.

Mas vamos ver, senhores deputados, senhor presidente, se o governo José Richa cumpre a promessa, por exemplo, de resolver um grave problema social no Paraná: o problema do "bóia-fria". Aonde está na Lei de Meios, a possibilidade, o instrumental financeiro para que o governador José Richa transforme em ação a promessa do palanque eleitoral?

Será, senhor presidente, senhores deputados, que esta Casa não readquiriria conceito junto à população se não aprovasse uma emenda, se aprovasse uma emenda de autoria da bancada do PDS, tirando novecentos milhões de cruzeiros da verba de Comunicação Social e passando para um fundo de apoio ao desenvolvimento de cooperativas para iniciar a solução do problema do "bóia-fria" do Paraná.

Isto, senhor presidente, senhores deputados, foi o que vossas excelências prometeram ao Paraná no palanque, mais do que no palanque, vossa excelência deputado Trajano Bastos, quando líder do PMDB nesta Casa, em 1981, vossa excelência fazia um discurso em nome da sua bancada, justificando a apresentação de uma emenda. Dizia, naquela ocasião, vossa excelência, de que era preciso tirar trezentos milhões da verba de Comunicação Social (era de setecentos milhões a verba de Comunicação Social). Vossa excelência e a sua bancada queria tirar trezentos milhões para desapropriar terras no Paraná, para solucionar o problema do "bóia-fria". Pois bem, eu espero que a bancada ilustre do seu partido continue com o compromisso com o povo e não fique apenas como a bancada do Partido do Governo, esquecidos que do prometeram na campanha e esquecidos do que diziam aqui nesta mesma Casa de Leis.

Estão aqui, senhor presidente, senhores deputados, os Anais da Assembléia Legislativa. O deputado Erondy Silvério lembrou bem o pronunciamento do atual Secretário de Estado Nilton Friedrich. Mas poderíamos lembrar também, novamente, os pronunciamentos do atual Secretário de Transportes, que dizia que no Governo do PMDB seria diferente; que ele assumia em nome do seu partido um compromisso de fazer um orçamento sério, um orçamento que fosse mais do que um rol de intenções; um orçamento que discriminasse efetivamente quais as obras que o governo faria. É de sua excelência, o deputado do PMDB, da Oposição, e do atual secretário

governista Deni Schwartz, a explicação de que era possível discriminar no Orçamento estrada por estrada, ponte por ponte; que a Secretaria dos Transportes faria isso. Dizia naquela ocasião o deputado Deni Schwartz como exemplo do que afirmamos, gostaria de deixar assinalado nos Anais desta Casa que contamos com os mesmos vícios dos orçamentos anteriores. E assim, para citar um exemplo, na folha 413, Secretaria dos Transportes, Departamento de Estradas de Rodagem, vemos meramente uma listagem de obras, com uma verba destinada à construção destas obras, sem justificar quais os valores para cada uma delas. Agravado este fato por termos, nestas relações, obras praticamente prontas, outras em andamento e obras ainda a ser iniciadas.

Pois bem, sr. presidente, srs. deputados, peguemos o Orçamento, vejamos na página da Secretaria dos Transportes, quais as obras que o Secretário que disse que isto era possível neste plenário, trouxe para que o Poder Legislativo do Paraná ficasse ao menos informado do que pretende o governo José Richa.

Nada, sr. presidente, srs. deputados. Mudou o deputado. Mudou o PMDB. Não mudou o Secretário "made in USA", o Secretário Belmiro Valverde Castor, que apresenta um Orçamento à apreciação da Assembléia igual ao Orçamento que apresentava quando era Secretário do Governo da ARENA do Sr. Jayme Canet Júnior.

Por isto, sr. presidente, srs. deputados, é lícito deduzir de que este governo do sr. José Richa será o governo da frustração paranaense. Mais ainda, os srs. parlamentares do PMDB precisam ouvir isto e ter consciência de que vão aprovar, pela maioria que possui nesta Casa, um Orçamento que eleva as despesas de consumo em 755%, enquanto que as despesas de capital, isto é, aquelas despesas para executar obras públicas, crescem apenas 35%. É a demonstração de que não é um governo austero, de que é um governo que vai gastar o dinheiro do povo do Paraná em mordomia, em comunicação social e não em construção de obras tão importantes para a correção dos rumos do nosso desenvolvimento.

Por isto, sr. presidente, srs. deputados...

O sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento)

Sinceramente não queria interromper a apreciação que vossa excelência faz, em nome de nossa bancada, à Proposta Orçamentária do Governo do Estado. Tudo o que disséssemos aqui ao nosso companheiro de bancada cairia no vazio, porque vossa excelência realmente está fazendo uma radiografia na Proposta Orçamentária do Governo do Estado.

Mas veja vossa excelência como mudam os homens. Vossa excelência perguntou quem havia mudado, se o PMDB, se o Secretário? Mudam os homens quando chegam no Poder. E o Secretário dos Transportes, sem nenhuma crítica pessoal ao nobre deputado Deni Schwartz que considero um homem de bem, um homem que é realmente bem intencionado, trabalhador, mas ele dizia aqui, na discussão da Proposta Orçamentária, que no Governo do PMDB jamais chegaria a esta Casa um Orçamento que não especificasse, detalhadamente, cada obra rodoviária; que não contivesse trechos indefinidos. Esta era a proposta que ele fazia, de transformar o Orçamento do Estado num programa de Governo e não numa listagem de intenções.

No entanto, veja vossa excelência que na Proposta Orçamentária referente à Secretaria dos Transportes, todas as obras são indefinidas, todas. Então esta gente usou demagogia, mentiu ao povo do Paraná, subiu nos palanques e prometeu o irrealizável. Não estou condenando o Governo de não definir as obras que porventura pretenda realizar na Proposta Orçamentária, pois as definições serão

de acordo com a demanda que cada obra exige em cada município, eu admito isto, mas porque nos criticaram duramente no passado, porque mentiram ao povo nos palanques e hoje estão fazendo exatamente o que se fazia, por que? Porque nós estávamos certos. Nosso governo estava certo. Está aí o Paraná, um Estado grandioso, e se o sr. José Richa eliminou um "deficit" de oitenta bilhões em seis meses, é que não existia o débito. Ele foi desafiado a provar o "deficit" de oitenta e dois bilhões na Proposta Orçamentária e não o fez, para dali a alguns meses vir dizer ao povo do Paraná que esse "deficit" estava eliminado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — É que o do odontólogo José Richa confundiu "deficit" com operações de crédito.

O Sr. Erondy Silvério — Vem o Secretário das Finanças e diz que aumentou a arrecadação do Estado. Aumentou quantitativamente, percentualmente, pois ela não teve o aumento real, porque tivemos no período de março a setembro, quando daquela entrevista do governador José Richa, a uma cadeia de emissoras de televisão, nós tivemos uma inflação no período de 74,3% e a arrecadação do Estado subiu apenas 60%.

Não foi um crescimento físico da arrecadação. Foi um crescimento percentual e isto não é aumentar arrecadação. Aumentar é o aumento vegetativo da arrecadação, porque o governo anterior arrecadava na ordem de 13 a 14 milhões; ele arrecada 22, quer dizer, alguém daquela arrecadação.

Eu agradeço o aparte de vossa excelência. Só lembrei deste detalhe que talvez tivesse passado despercebido a vossa excelência de que as obras não estão definidas como foi promessa aqui de toda bancada do PMDB. Estão aqui nos Anais, estes aqui não mentem. Tudo que se falou, tudo que se criticou, tudo que se mentiu ao povo na campanha eleitoral, está se repetindo agora nas mãos da Maioria do PMDB.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Agradeço e incorporo com muito prazer as judiciosas colocações que vossa excelência faz, mas me permite, eminente deputado Erondy Silvério e nobres senhores e senhores deputados, a analisar os números de 1983 e de 1984, para fazer a comparação lógica de que este governo do PMDB, é o governo da mordomia no Paraná. Isto fere o ouvido, e eu sei, de alguns companheiros do governador José Richa.

Vossa excelência, deputado Erondy Silvério, compulsando os dados do Orçamento de 1983 e de 1984, há de verificar de que há um crescimento da receita da ordem de 147%, e aí nós poderíamos analisar item por item das receitas de 1983 e de 1984, para chegarmos por exemplo a estarecedora conclusão, eminente deputado, de que o governo popular do PMDB vai aplicar 82 bilhões de cruzeiros em "open market" e "over night" para ter um lucro de seis bilhões de cruzeiros, com o dinheiro do povo do Paraná que sabe vossa excelência que esse dinheiro do "open market" é dinheiro que o investidor aplica e que.. sai do Estado do Paraná, e em consequência disso vai haver um aumento da pressão de juros que o PMDB combate tanto; vai haver mais desemprego, porque o Estado não investindo em obras, nós não teremos a ativação da economia do Paraná. Veja vossa excelência, eles que criticavam o governo passado, porque aplicara em Open 26 bilhões de cruzeiros; aplicam no Orçamento de 1984, 80 bilhões de lucro que eles terão com a aplicação em Over e eOpen Market, crescendo esta receita do Estado do Paraná em 201%. Isto é, cresce mais a agiotagem peemedebista oficializada do que a Receita paga pelos contribuintes aos cofres públicos, que é da ordem dos 147%.

Mas lembrou bem vossa excelência a descarada mentira do governador José Richa, de que havia um déficit orçamentário. Ele começou dizendo que havia um déficit de 45 milhões; depois, passou para 80, para chegar no famoso programa de televisão, a afirmar que o déficit havia chegado a 100 bilhões e ele havia reduzido a três bilhões. Não é nada disso, Paraná, ao contrário, eram operações de crédito, que esta Assembléia autorizou o governo, em 1983, a realizá-las, no valor de 45 bilhões de cruzeiros. E quando o governador José Hosken de Novaes entregou o governo ao sr. José Richa, já havia contratado operações de crédito, no valor de 25 bilhões de cruzeiros. E o governo José Richa, se não quisesse fazer as operações de crédito, eram simplesmente reduzir as despesas e não fazê-las. Pelo contrário, sr. deputado Erondy Silvério, ele fez todas e para este ano, ele propõe como operação de crédito, aquilo que denomina de déficit orçamentário, sabe quanto, eminente deputado? Cento e oito bilhões, duzentos e oitenta e seis milhões de cruzeiros, num crescimento do déficit orçamentário para o odontólogo José Richa, da ordem de 140%. Isto demonstra, evidentemente, sem se falar dos empréstimos para obras desnecessárias, como a construção de uma Usina no Rio Iguaçu, quando o Paraná tem excesso de energia, e eles vão endividar o Paraná em um bilhão de dólares, inutilmente, desnecessariamente. Representa este dado, representa que o governador José Richa no Orçamento próprio do Estado, é o governo que está endividando o Paraná em 140% em apenas um exercício, sr. deputado.

Lamentavelmente nós verificamos que é mentira, ou era de ontem, ou é de hoje, é de se perguntar: quando o PMDB mentiu. Se mente hoje com os números do Orçamento, que é a prova de que o PMDB faria o Governo da Mordomia, ou se o PMDB mentia ontem quando não era Governo. E irresponsavelmente criticava aqueles homens que com dedicação construíram a grandeza do nosso Estado. O povo do Paraná realmente ofereceu um crédito de confiança ao PMDB porque entendia que a Mensagem de mudança era a mais apropriada para aquela hora eleitoral. Mas lamentavelmente o Paraná todo já sabe, nós mudamos para pior; nós mudamos, sr. deputado, para um governo que aumenta a verba de comunicação social, que aumenta a verba da mordomia e que diminui a verba de investimentos para o Paraná. Como fazer as obras? Como mudar, mudar para vivificar no Paraná o estágio do mordonado José Richa?

Como mudar para melhor se este Governo endivida o Paraná e não faz obras?

Como mudar se nós agora quando propomos emendas que propiciam a geração de empregos para o povo do Paraná, a maioria Peemedebista prefere ficar com o Governo, votar a Proposta Orçamentária do Governo, do secretário "Made in USA", Belmiro Valverde Castor, ao invés de votar com aquilo que prometeram no palanque e dos Anais da Assembléia Legislativa?

Mas vamos continuar a análise de outros números e contra os números não há argumento, nenhum malabarismo verbal é possível...

O sr. Odeni Mongruel — Vossa excelência me permite um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — ... fazer com que os números que estão expressos no Orçamento possam ser mudados.

E antes de conceder o aparte ao eminente deputado Odeni Mongruel, eu me permito analisar item por item dos gabinetes dos secretários, das verbas de representação, das verbas de mordomia das verbas de representação, das verbas de

comunicação social.

Veja vossa excelência, em 1983, no gabinete da Governadoria, nós tínhamos 98 milhões destinados à manutenção do gabinete do Governador, para o ano de 1984, a soma ascende à 284 milhões de cruzeiros, mas não é só isso, na verba da Diretoria Geral da Casa Civil, a verba que no ano passado era de 327 milhões, este ano sobe para 926 milhões, quase um bilhão! Quase um bilhão de cruzeiros para que o sr. diretor geral, joinha, Max Rosemann, possa dispor brilhantemente de uma verba de um bilhão para a sua representação de almoço, de jantar no Palácio Iguaçu.

Provavelmente com seu apurado gosto, com o seu brilhantismo, conhecido do Paraná todo, do brilho das suas jóias, ele provavelmente saberá usar um bilhão de cruzeiros do sofrido povo do Paraná para os jantares, os almoços, as recepções, as flores, as despesas de hospedagem.

Espero que sua excelência seja realmente uma jóia como diretor geral da Casa Civil.

E a Secretaria de Estado de Planejamento?

Do Secretário que vai às Bahamas?

Que vai ao exterior?

Que vai aos Estados Unidos, endividar o Estado em dólares, fica em quanto?

Para o ano passado era 181 milhões, para o ano de 1984, quando é?

Trezentos e sessenta e quatro milhões!

E da Diretoria Geral que é outra verba da manutenção do diretor geral e para pagar a despesa de Comunicação Social, nesse ano era de 322 milhões, vai para 933 milhões de cruzeiros.

Mas, srs. deputados, a Secretaria de Estado das Finanças do todo-poderoso Erasmo Garanhão, a verba era de 370 milhões, mas sua excelência para contratar o tratador de cavalo, para fazer com que esta Casa se sentisse humilhada no episódio da substituição do Léo de Almeida Neves, do Banco do Estado, sua excelência, o "todo-poderoso" Garanhão desse Estado, o Garanhão do governador José Richa, a verba vai para 763 milhões, e a verba do gabinete do diretor geral era de 103 vai para 284.

Só mais um dado antes que eu conceda o aparte, e da Secretaria de Estado, por exemplo, eminente deputado, da Secretaria de Estado do Interior, do deputado Nelton Friedrich, este mesmo que criticava tanto o governo, sabe quanto que vai a verba?

Qual é o crescimento da verba do gabinete de sua excelência do Secretário do Interior e do Diretor Geral?

Vai de 114 milhões para 823 milhões, num crescimento de 821!

Eu concedo o aparte ao nobre deputado.

O Sr. Erondy Silvério — Agradeço a vossa excelência, inclusive, a gentileza do nobre deputado Odeni Mongruel que teria precedência no aparte, mas cedeu-me a vez. Depois que eu via a verba destinada ao gabinete do companheiro Nelton Friedrich de 114 para 800 milhões, eu quero fazer um apelo a vossa excelência que poupe a bancada do PMDB do constrangimento de ouvir essas acusações que vossa excelência está fazendo da incompetência de um Governo, porque essa bancada tem se mostrado digna, operosa, está certamente envergonhada porque eu não ouvi nenhum aparte do outro lado, contestando as afirmações que vossa excelência está fazendo, o que é contristador para o Paraná. Deputado, eu faço um apelo para que vossa excelência encerre a exposição da matéria, digo, encerre a discussão da matéria após conceder o aparte ao nobre deputado Odeni Mongruel para que

não aumente o constrangimento de uma bancada valente, de uma bancada que veio para esta Casa bem intencionada sem servir ao povo do Paraná, que está cabisbaixa, envergonhada de ter que votar uma Proposta Orçamentária dessa natureza.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Agradeço o aparte de vossa excelência e concedo o aparte ao eminente deputado Odeni Mongruel.

O Sr. Tadeu França — Concede-me um aparte?

O Sr. Odeni Mongruel — Eu agradeço a atenção de vossa excelência em me conceder este aparte. Gostaria, inicialmente, de destacar aqui a intervenção do deputado Erondy Silvério, fazendo referências justas e precisas da bancada da situação nesta Casa. Ainda no pronunciamento de vossa excelência, deputado Luiz Alberto, no último dia 9, quando analisou, com aptidão política suficiente, a Proposta Orçamentária do Governo José Richa, vossa excelência não deixou de dar a devida sustentação técnica e interpretativa dessa proposta Orçamentária e eu dizia a respeito desse momento da sua fala que, muito mais do que radicalizar posições de bancadas neste plenário, vossa excelência, de maneira inteligente, e oportuna, pinçou aspectos e pontos marcantes da Proposta Orçamentária que nos uniu neste plenário e que fez com que, efetivamente, inaugurássemos, aqui sim, verdadeiramente, um tempo novo. A posição da bancada que vossa excelência lidera e a posição da bancada da situação, naquela memorável tarde do dia 09, foram um ponto marcante na história e na tentativa sempre marcante de cada um e de todos nós em fortalecer o Poder Legislativo.

Ficou muito claro, deputado Luiz Alberto, a nitidez das fronteiras funcionais da Assembléia Legislativa; ficou clara a intenção dos ilustres deputados do PMDB em darem a sua cota de contribuição, de colaboração, de solidariedade aos propósitos do Poder Legislativo no sentido de que todos nós saíssemos daqui fortalecidos. E eu dizia, momentos antes, quando analisava o discurso de vossa excelência, de que, indiscutivelmente, nós estávamos inaugurando, nesta Casa, um novo tempo. Vossa excelência trouxe assuntos que muito mais nos uniram do que propriamente tenha radicalizado posições neste plenário.

Mas gostaria de, voltando a um dos pontos marcantes que vossa excelência está sempre a denunciar à sociedade paranaense de um modo geral, é essa dicotomia, é esse desenlace que se verifica na ação governamental e, aliás, reconhecida por tantos companheiros do PMDB, por deputados ilustres que foram eleitos pelo voto do povo e que tudo estão fazendo aqui dentro para serem coerentes já que eles não têm envolvimento mais estreito que os responsabilize, eu creio nisso, com o atual governo que se implantou no Palácio Iguaçu. Estou querendo dizer, e digo agora, deputado Luiz Alberto, desse desencontro entre atitude administrativa e a fala política, do Governo do Estado do Paraná. Veja bem, vossa excelência, é e bom que, acima de tudo o funcionalismo público, os servidores desse Poder Legislativo, acompanhem essa linha de raciocínio, quando diz que não há generosidade, e muito menos eficácia administrativa na consecução de meios que possibilite a implantação de certos benefícios ao funcionalismo, isto é exatamente a verdade.

Voltamos ao mês de julho, deputado Luiz Alberto Oliveira, quando era fixado o INPC à época, na ordem de 55,6%, o Governo do Estado “inaugurava” a chamada semestralidade, oferecendo, porém, ao funcionalismo público estadual, apenas 35%.

Ora, senão vejamos um cálculo elementar: há uma diferença de 20.6 durante seis meses e atinge exatamente 123%. Isto é mais do que recurso suficiente para compor uma folha de pagamento, que poderá no futuro, rotulada ou não, de 13.º mês ao servidor público estadual. Mas, veja bem, deputado Luiz Alberto, o que realmente gerou a possibilidade teórica da composição dessa nova folha de pagamento foram duas coisas paradoxais entre si: de um lado, o processo inflacionário violento, que atinge a casa dos 160, 170 ou mais por cento, do ano de 1983. De outro lado, a chamada poupança compulsória, que foi imposta ao servidor público estadual, no sentido de que, com mais sacrifício, economizasse dinheiro para fazer jus, ao final do ano, a contemplação de uma gratificação natalina, ou gratificação especial, comumente chamada lá fora, de 13.º mês. E eu lembrei, quando falei sobre isso, do ensinamento de São Lucas: “Para quem poupar é sofrer”.

Então, não houve absolutamente mérito. Não houve generosidade e nem eficácia administrativa.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Se vossa excelência me permitir, dialogar com vossa excelência, eu tenho em mãos o projeto de lei do governador José Richa. É a gratificação natalina, que realmente ele terá os recursos em razão do que ele deixou de dar ao funcionalismo público do Paraná, conforme cossa excelência explica bem. Mais ainda eminente deputado, é o apelidado 13.º salário, porque somente irá essa gratificação incidir sobre o vencimento básico. Se nós perguntarmos a um professor, a um juiz de direito, nós sabemos o quanto é importante para o vencimento dos funcionários, dos três poderes, as gratificações, os adicionais, até aqueles direitos pessoais do tempo de serviço, o governador José Richa inaugura, quase subtraí isso, do funcionalismo público estadual.

Na verdade ele está dando essa gratificação de natal, com “a mão de gato”. Ele está dando a gratificação de natal com a poupança obrigatória que ele fez. Mais deputado, para o orçamento de 1984, qual é a verba para pessoal? Se a verba de comunicação social cresceu 300%, se a verba de mordomia cresceu 818%, a verba de pessoal quanto cresceu? Cresceu apenas 98%, quanto nós sabemos que temos uma inflação da ordem de 150% ou mais.

Então isso significa que o governador José Richa não será o bom governador para o funcionalismo público estadual, apesar das promessas, promessa cumprida, gastaram fortuna em campanha de comunicação social, espalharam cartazes que são cartazes mentirosos, falaram em 13.º salário e dão uma gratificação de 1/3. Só se for o 13.º salário, “meia sola do governador” do Estado. Mas nunca aquilo que o funcionário, que o trabalhador brasileiro tem, em razão de lei votada pelo Congresso Nacional.

O Sr. Odeni Mongruel - Vossa excelência me concede mais um aparte? (Assentimento).

Deputado Luiz Alberto, eu gostaria agora de destacar deste quadro de atitudes dúbias, do governo, que administrativamente é um, e politicamente é outro, veja bem, vossa excelência, ninguém é mais parecido com os tecnocratas que traçam a política econômica da União, do que a equipe do governador José Richa.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Concordo integralmente com vossa excelência.

**O Sr. Odeni Mongruel** — Veja bem excelência, quantas vezes nós pagamos ônus, neste Plenário, de pertencermos ao mesmo partido político que dá sustentação ao governo da União. Muitas vezes nós nos sentimos, aqui, constrangidos porque a crítica nos é por demais pesada. As coisas contecem na política econômica, sem que nós tomemos conhecimento prévio a respeito dessas medidas. Há indiscutivelmente, uma desatenção absoluta no Poder Legislativo e nós mesmos, com orientação de vossa excelência, dessa tribuna, nos colocamos, anteriormente, contrários a alguns decretos-leis que objetivavam regulamentar a política salarial neste País. E nós, inclusive, fomos buscar, deputado Luiz Alberto, a justificativa não só nas suas orientações, mas no que está escrito na carta do nosso partido político.

E veja bem vossa excelência, essa política econômica traçada de forma autoritária pelos decretos-leis e que o governo do PMDB critica ostensivamente, pelo rádio, pelo jornal e pela televisão, ela é aplicada, na íntegra, apenas não no que se refere a valores porque a atitude do PMDB ainda é mais mesquinha neste sentido. Os índices são menores na correção dos salários do servidor público estadual, ligado à administração direta ou indireta, mantida pelo governo do Estado.

Então, ninguém é mais parecido com os tecnocratas do governo federal, que do os tecnocratas do governo do PMDB no Paraná.

E, veja bem vossa excelência, a enorme diferença que existe entre os homens que compõem o secretariado, este secretariado que caracteriza o governo do Paraná, como sendo dirigido por um grupo de anônimos, e não por quem foi legalmente constituído para exercê-lo, que é justamente o governador José Richa. A enorme diferença que se encontra e que se vê, aqui, nesta Assembléia, nas diferentes repartições públicas, entre os nossos companheiros do PMDB e os homens que estão ocupando a administração do Estado.

Então, quando vossa excelência aponta o crescimento desmesurado de verbas de gabinete, que pela sua natureza, sua flexibilidade, sua pouca importância, não deveria ter recebido tamanha atenção. Nós concluímos deste Plenário, no constrangimento dos deputados do PMDB, que isto nada mais é do que acertos definidos antes de 15 de novembro de 1982.

Então, ao governo de anônimos, paga-se agora, através de uma programação orçamentária, recursos suficientes para que os elementos que dirigem os diferentes setores da administração estadual, possam, agora, sentirem-se satisfeitos com o que fizeram na campanha do ano próximo passado.

Então, quero, deputado Luiz Alberto Oliveira, mais uma vez salientar aqui, que este Governo está acima de tudo, mostrando que há uma certa coerência na incoerência. Se vossa excelência verificar os três compromissos basilares do PMDB assumidos em campanha...

**O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA** — É a coerência com a verdade.

**O Sr. Odeni Mongruel** — ... assumidos em campanha, as promessas da campanha, preliminar sempre preliminar plano de governo — e a proposta orçamentária, não há absolutamente nada em comum com estes três compromissos. Então, há uma incoerência absoluta. Mas, como a incoerência vem se repetindo seguidas vezes, em atitudes do governo do Estado do Paraná, o que constrange os nossos deputados, companheiros desta bancada lutadora do PMDB, é indiscutivelmente a conclusão a que chegamos sem qualquer esforço intelectual mais aprofundado. Há incoerência na coerência adotada pelo governo neste sentido, ou seja, as propostas formalizadas teoricamente, jamais são exercitadas, na prática, de forma a ter as mesmas respostas. Gostaria apenas, encerrando a minha participação, deputado Luiz Alberto Oliveira, citar que vejo na intervenção de vossa excelência, a demonstração inequívoca de que a atual bancada de oposição, com o aprendizado que auferiu ao longo dos anos em que foi situação, cumpre neste

momento uma determinação de lei, cumpre uma determinação nuclear do Poder Legislativo que é a análise da proposta orçamentária.

Se nós vamos conseguir despertar o debate, a discussão salutar para que encontremos juntos medidas no sentido de corrigir aquilo que entendemos não estar de acordo com as aspirações; mais legítimas da sociedade paranaense, somente o resultado final é que vai nos oferecer esta resposta.

Mas, é indispensável deputado Luiz Alberto Oliveira que deixemos marcado aqui, o último aspecto que encaro de maior importância: o plano de governo é bom para aqueles que não sabem é um instrumento de intervenção do Estado na sociedade global.

Este plano de governo é um plano neutro. O plano não define o comportamento político do governo.

O que define o comportamento político do governo acima de tudo é a locação de recursos.

E é bom que se diga deputado Luiz Alberto Oliveira, que se o grande problema da sociedade brasileira, e em particular da sociedade paranaense nos dias de hoje, é justamente o desemprego, que esta intervenção do Estado, através do plano preliminar proposto, gere novas oportunidades de emprego, proporcionando reaquecimento da economia do Estado.

O que não é possível senhores deputados, é que o Plano de Governo leve, inclusive, o próprio Poder Executivo a competir com a iniciativa privada.

O que se espera do plano é que seja o agente uma expressão de inteligência do governo, que proponha uma cooperação com os setores produtivos do Estado.

Mas, pelo que nós estamos sentindo com a aplicação vultosa em "over night", eu vejo isto sim, o exato momento que se privilegia a especulação em detrimento da atividade produtiva, que o Governo do Estado do Paraná, pois este sim, é que está tendo lucro com a crise. É o que diz uma propaganda veiculada nas emissoras de televisão, justamente de uma empresa ligada ao governo do Estado pela administração indireta.

É indispensável, finalizando, que o governo do Estado proponha uma cooperação com a iniciativa privada, e que não parta para uma competição, pois não é isso que nós desejamos e não é isso que a sociedade espera.

Muito obrigado.

**O LUIZ ALBERTO OLIVEIRA** — Eu agradeço o aparte de vossa excelência, e gostaria apenas de ler uma rubrica orçamentária a respeito da verba de manutenção de gabinete de Secretário.

Porque o eminente líder do Governo afirmou que as verbas não se destinam à representação, à viagens, à estadias.

Pois bem, eu estou procurando aqui no Orçamento e encontro à página 112, detalhamento do programa de trabalho das unidades, administração direta, recursos do tesouro, código, administração e planejamento, administração, supervisão e coordenação superior, manutenção do gabinete do Secretário, e este enunciado deste programa repete-se em todos os outros gabinetes com leves modificações.

Diz este enunciado: manutenção do gabinete do Secretário; assessoramento técnico-administrativo ao Secretário; desempenho de atividades cerimoniais e de comunicação social; além de realizar acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas entidades vinculadas, e ampliar os canais de comunicação com a comunidade.

Ora, sr. presidente e srs. deputados, onde há nova técnica orçamentária?

Não, a verba é para manutenção das despesas de cerimonial e de comunicação social mesmo.

Verba para pagamento de professoras primárias, que os municípios pagam para o Estado, sai dos recursos do salário-educação, da Fundação Educacional do Estado do Paraná, cujo orçamento sequer, estamos analisando nesta tarde.

Verbas do Pro-safrá são recursos que vêm do governo Federal acoplados aos recursos do Estado. Não verba de gabinete de Secretário. Se assim fosse, nós poderíamos dizer, que além de endividador do Estado, além do Governo dar mordomia, o governo do Sr. José Richa é o governo do engodo, aquele que quer subtrair ao conhecimento da opinião pública a sua proposta orçamentária, proposta esta que, lamentavelmente, não encontra correspondência com o Plano de Ação Governamental em estudos preliminares pelo Paraná afora e por esta Casa. Por isto, nós chegamos à conclusão de que realmente, o governo do Sr. José Richa, é o governo da negação, é o governo que não encontra os meios necessários para fazer aquilo que prometia fazer no Paraná. E é por isto que nós, desta tribuna, desejamos fazer justiça à Comissão de Orçamento desta Casa, presidida pelo ilustre deputado Artagão Mattos Leão e cujo parecer é de autoria do eminente deputado Anibal Khury. São os homens do PMDB mesmo, que no parecer apresentado, chegam à conclusão de que este orçamento é uma farsa, de que este orçamento não correspondem aquilo que pregavam na campanha e que não passa, em última análise, de um rol de intenções, e nunca uma lei instrumentatória, séria, para o desenvolvimento do Paraná. São os deputados do PMDB, que aliados aos deputados do PDS, fizeram aprovar um Substitutivo que reduz de trinta, para quinze por cento, a possibilidade de sua excelência o governador do Estado dispor de créditos suplementares, eles que no governo passado criticavam tanto porque o governo Ney Braga tinha vinte e cinco por cento; o governo José Richa, propõe à Assembléia Legislativa trinta por cento e recebe um puxão de orelha dos srs. deputados, que dizem que esta Casa quer saber da suplementação orçamentária para 1984, e por isto dá ao Poder Executivo, apenas quinze por cento. E agradeço, igualmente, à Comissão de Orçamento, por ter aprovado proposta do PDS no sentido de que os orçamentos das empresas estatais sejam referendados por este Poder. Nós sabemos, sr. presidente srs. deputados, de que apenas um terço dos recursos e dos investimentos públicos para 1984, nós estamos analisando nesta tarde os outros dois terços que o Governo fará aplicar através das empresas paraestatais — não estão nesta Proposta Orçamentária. E louvo a atitude da Comissão de Orçamento que aceitou proposta do PDS no sentido de que sua excelência o Governador do Estado não precise, não tenha mais autoridade legal de baixar o orçamento das estatais, por decreto, mas sim, ouvidos os legítimos representantes populares, que são os nobres srs. deputados desta Casa. Igualmente louvo a emenda do eminente deputado Roberto Requião, que tira do "todo poderoso Garanhão" do sr. José Richa, a possibilidade de movimentar a seu bel prazer, as verbas orçamentárias do Estado do Paraná. Estas emendas somadas à emenda que obriga este Poder a votar abertamente o seu orçamento próprio neste Plenário, significa um avanço em termos do processo orçamentário do Estado do Paraná.

Nisto anda bem a bancada do PMDB, como andaram bem os eminentes deputados do PDS, que não negaram o seu apoio a estas propostas que certamente significam um passo a mais no restabelecimento das

prerrogativas e do prestígio do Poder Legislativo.

Desejo também, em nome da minha bancada, dizer que não iremos votar por emenda, porque se desta forma procedêssemos sr. presidente, poderíamos inclusive paralisar por dois ou três dias a votação do processo orçamentário. Não queremos fazer isto porque entendemos que a bancada do PDS não deve deixar de possibilitar, mesmo denunciando, mesmo apontando as incongruências, as inverdades, as mentiras do PMDB do Paraná, o PDS não terá a responsabilidade de negar, pela primeira vez na história política administrativa do Paraná, a aprovação de um orçamento por esta Casa.

Que sua excelência o governador José Richa tenha em suas mãos a sua proposta orçamentária. Nós não iremos nos valer do recurso regimental e constitucional, daqui discutir todas as emendas. Porque poderíamos, inclusive desta forma, perder algumas conquistas já analisadas e oferecer obstáculos a algumas emendas apresentadas, que resolvem situações graves no Estado do Paraná, como é a emenda que possibilita a magistratura do nosso Estado, perceber aquilo que percebe a magistratura no plano federal.

Diz a nossa Constituição, tão criticada às vezes pelos homens do PMDB, que à Magistratura Estadual aplicam-se os dispositivos da Lei Orgânica Federal. Se é justo que se estabeleçam os mesmos impedimentos para os juizes, para os Conselheiros do Tribunal, para os desembargadores do Estado do Paraná, é justo também que se pague as mesmas vantagens à magistratura estadual.

Em razão disto, sr. presidente, e srs. deputados, retiro da Mesa, após já deferido por vossa excelência nos termos regimentais, a possibilidade de votar em destaque emenda por emenda, as 1.024 emendas do Orçamento. Emendas estas, que possibilitavam dar mais emprego ao Paraná, solucionar o problema do "bóia-fria", dar recursos para pagar o 13º salário; em nome de que este Orçamento sirva ao governador José Richa, não para mordomia, mas para que ele possa através da Lei de Meios, ter a oportunidade de realizar aquilo que todo o paranaense quer: um governo sério, austero, de obras, de justiça social, de democracia efetiva, não da demagogia barata, rota e cansada que tem-se constituído o governo do PMDB no Paraná. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa considera como retirado o requerimento de autoria do sr. deputado Luiz Alberto Oliveira, líder do PDS, subscrito por outros 19 srs. deputados.

Está em discussão o projeto de lei nº 158/83.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Para discutir, concedo a palavra ao sr. deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Sr. presidente, srs. deputados.

A bancada do PMDB não pretendia fazer uso da palavra, nesta oportunidade sobre o citado assunto. E pretendia fazê-lo na próxima segunda-feira. Mas alguns assuntos abordados pelo ilustre líder da bancada do PDS obriga, faz com que um representante da bancada do PMDB venha à tribuna e manifeste, mesmo que rapidamente, a posição e o sentimento da bancada peemedebista em função das observações propostas pelo líder da bancada do PDS porque, quem ouviu o discurso do eminente deputado Luiz Alberto Oliveira e que tenha chegado ao Paraná recentemente ou que não conheça a História do Paraná, por certo, precisaria ouvir alguém da bancada

do PMDB fazer algumas observações a respeito de alguns pontos.

Falou o ilustre líder em emendas propostas pelo PDS: um plano para salvar a situação do "bóia-fria" do Estado do Paraná. E o PMDB pergunta: quem foi que criou a figura honrada, mas sofrida do "bóia-fria" do Estado do Paraná? Teria sido o PMDB ou o governo representado por vossas excelências senhores deputados da bancada do PDS?

Antes da famigerada Revolução de 1964...

**O Sr. Gilberto Carvalho** — Vossa excelência me permite um aparte, nobre deputado?

**O SR. FERRARI JÚNIOR** — Nós tínhamos no Estado do Paraná imensos cafezais onde famílias inteiras trabalhavam, ganhavam o seu sustento, naquele mesmo local sustentávamos seus filhos, educavam as suas famílias, e o homem do campo vivia no seu "habitat natural", vivia na lavoura construindo esse "gigante verde amarelo". Mas aí surgiu o governo salvador, acabou com os cafezais, acabou com a lavoura brasileira, acabou com a mão-de-obra na lavoura, tirou o homem do campo, jogou-o na cidade, e esse governo pós 1964 criou a figura do "bóia-fria", — repito uma figura respeitada mas sofrida.

E, durante vinte anos, senhor presidente, senhores deputados, não encontraram uma fórmula para salvar a situação do "bóia-fria", não encontraram em vinte anos. Mas vem o ilustre líder da bancada do PDS, na discussão de um orçamento proposto pelo PMDB, e diz que apresentou uma emenda para salvar o "bóia-fria" do Paraná. Olha! Está aí o resultado, gente. É tão fácil salvar esta situação: basta uma emenda, uma emenda. Está aí, "eureka" resolve a situação do Paraná.

Desemprego, uma emenda para minorar o desemprego no Estado do Paraná. Claro, esta que é uma onda terrível de desemprego, todos nós sentimos, todos nós lamentamos. Mas desde quando existe este desemprego? Será que o Governo que existia neste Estado do Paraná e que existe neste País não tem ou não teve uma fórmula até agora para empregar o trabalhador brasileiro? Será que o problema do desemprego, senhor presidente, senhores deputados, vai ser resolvido por uma emenda ao Orçamento do governador José Richa...

**O Sr. Tadeu França** — Concede-me um aparte deputado?

**O SR. FERRARI JÚNIOR** — É incrível e falava o ilustre deputado Erondy Silvério, chamava a atenção do deputado líder da bancada do PDS e dizia: a bancada do PMDB está ali cabisbaixa, constrangida, e pedia, ilustre deputado Erondy Silvério, para que o líder da sua bancada resumisse o seu pronunciamento e o encerrasse. Que razão vossa excelência estarmos cabisbaixos, estarmos constrangidos diante das propostas apresentadas pelo líder da bancada do PDS, que faria o uso da palavra por uma hora para salvar a situação do Estado do Paraná, discutindo o orçamento proposto pelo senhor José Richa.

**O Sr. Tadeu França** — Vossa excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Estamos acompanhando atentamente o seu pronunciamento. Na realidade quando vossa excelência tão bem analisa o posicionamento do líder do PDS, deputado Luiz Alberto de Oliveira, vossa excelência focaliza muito bem atitudes que revelam um absoluto norteamento por um apologismo do prejulgamento. Quando o líder do PDS descrevia jantares flores, ele revelava ter alimentado no passado um convívio muito próximo com as mordomias, para conhecê-las e descrevê-las tão bem.

De outra sorte nós deduzimos também que este mesmo prejulgamento pretende projetar numa dimensão

de futuro um comportamento habitual do passado; ou, pelo menos, não teríamos como interpretar de outra forma.

Falava-se que o PMDB postulava a Reforma Agrária, a terra para os sem-terra. E, de fato, o PMDB prossegue postulando. E, em cima de uma frase do deputado Odeni Mongruel, a coerência sobre a incoerência, no plano de Governo do PMDB. Plano este que vem sendo sistematicamente cobrado em todos os pormenores, como se já estivéssemos ao final de um governo. Plano este prejudicado, insistente, constantemente de uma forma injusta. Mesmo assim, embora não tenha sido o governo estadual do PMDB, o responsável pelos quatrocentos mil "bóias-frias" que passaram a proliferar durante o governo da antiga Arena e do PDS. Exatamente o mesmo partido do Governo Federal, responsável pelo caos social em que estamos. Apesar desta incoerência, — incoerência esta que só parece ter sido descoberta neste ano pelo PDS, em especial o líder da bancada.

No plano de Governo Richa, doze mil e quatrocentos famílias estão apontadas como um objetivo de um trabalho de reassentamento fundiário, num cenário nacional, em que os grandes latifúndios prosperam, asoberbam-se, sob a custódia de um governo que gerou, através de todos os descabros econômico-financeiros, a política que veio degenerar no surgimento dos "bóias-frias".

Afirmava — e vossa excelência lembrou muito bem, o deputado Erondy Silvério, que a bancada do PMDB permanecia em silêncio. De fato estávamos em silêncio, deputado Ferrari Júnior, mesmo porque depois de haver recebido o Ofício 1040/83, em que o Secretário de Estado da Indústria e Comércio, Francisco Simeão, contesta todas as acusações formuladas pelo líder do PDS desta Casa contra ele, culmina apresentando na íntegra documentos de lideranças nacionais do PDS como José Sarney, como o Governador do Maranhão, Luiz Alves Coelho Rocha, que parabenizam o empresário atacado sordidamente pelo líder do PDS nesta Casa. Depois de todo um arrazoado que não vamos apresentar aqui por ser muito longo e porque não pretendemos tomar mais tempo do seu brilhante pronunciamento, arrazoado este que culmina por uma decisão do Secretário de Estado de processar por difamação a calúnia o deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, e o deputado Airton Cordeiro, uma vez que proferiram, segundo expressão do próprio Secretário, "deslavadas mentiras" que representariam graves prejuízos ao titular daquela Pasta, inclusive deixando bem clara a pecha de ladrão, quando afirmou que ele pagava conta de suas empresas particulares com recursos do Governo do Estado.

Depois desta decisão, nós temos que permanecer em silêncio porque após uma confirmação da justiça, é que nós teremos condições de voltar a levar a sério as acusações formuladas pelo líder do PDS da tribuna desta Casa, até lá o silêncio oportunamente não deixará de ser também um excelente procedimento.

Sr. deputado Ferrari Júnior, era o que tínhamos a afirmar neste aparte, nós o agradecemos e enfatizamos a sua postura coerente, sensata, equilibrada, em especial a disposição de fazer flutuar a verdade, para que acima de tudo entendamos que o Paraná, Estado asfixiado pelas rédeas de um Governo Federal responsável pelo latifúndio, pelo "bóia-fria", pelo desemprego, é uma coerência de fato em cima da incoerência. A incoerência é o modelo econômico que aí está e a coerência é a tentativa heróica de alguma coisa realizar pelo bem-estar do paranaense.

Muito obrigado, senhor deputado.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Muito obrigado, brilhante deputado Tadeu França, que vem indiscutivelmente reforçar este nosso modesto pronunciamento, que nada mais é, que uma tomada de posição até por parte da bancada do PMDB, contra uma onda de inverdades que são jogadas ao ar, praticamente impunemente.

Criticou-se, por exemplo, o Secretário do Interior, o ex-deputado Estadual atual deputado federal Nelson Friedrich eu não tive o prazer de conviver com o deputado Nelson nesta Casa, mas inúmeros deputados aqui tiveram este prazer.

Nelson Friedrich, segundo alguns deputados da outra legislatura, foi um dos mais brilhantes deputados estaduais entre tantos deputados brilhantes que por aqui passaram e que por aqui vivem ainda hoje e este Secretário do Interior, a exemplo do Secretário dos Transportes, deputado Deni Schwartzt recebe também críticas por parte, eu não diria da totalidade da bancada do PDS mas principalmente do seu líder, falando que esses deputados ontem na posição de deputados de oposição, deputados do MDB tinham um postura e hoje tem um postura diferente, principalmente no que se refere a verbas grandiosas destinadas aos seus gabinetes ou as suas secretarias.

Procuramos saber, por exemplo, das verbas do Secretário dos Transportes, Deni Schwartz, uma verba que o eminente líder da bancada do PDS se reportava e me explicava o Secretário, não tenho outra fórmula, é um dinheiro que nós pedimos para, se necessário, por nós aumentarmos os portos de Paranaguá e Antonina, com recursos do Governo do Estado do Paraná, justamente os portos de Paranaguá e Antonina, que foram citados pelo ilustre líder da bancada do PDS, que fez uma proposta, de que esses portos passassem ao domínio da União, que fossem retirados do povo do Paraná e passassem ao domínio da União, está aí o grande paranaense a defender as coisas do Paraná, então é fácil criticar-se os dois ex-deputados que têm uma passagem extraordinária por esta Casa e que se transformam em grandes secretários do governo José Richa.

O SR. FERRARI JÚNIOR — O deputado Odeni Mongruel quis falar sobre os tecnocratas do governo federal, falando sobre o orçamento num aparte solicitado, dizendo inclusive que existem tecnocratas no governo Richa, idênticos aos tecnocratas do governo do general Figueiredo. Ora, aí, só pode o ilustre deputado, naquele momento, só poderia estar brincando. Porque o PDS faliu; o PDS deixou de existir. Quem disse isso? Foi o sr. Oscar Alves, deputado federal, do PDS, ex-secretário de Saúde e do Bem-Estar Social do Estado do Paraná, quando propunha à imprensa nacional, a criação de um partido alternativo, para salvar a Nação brasileira.

Esta proposta partiu de um ilustre deputado federal do PDS. O que ele quis dizer, em outras palavras, que o seu partido, que o seu Governo, faliu; não conseguiu, absolutamente, chegar onde pretendia.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Ferrari Júnior, primeiramente, uma correção que eu quero fazer. Vossa excelência falou que fazia um modesto pronunciamento, eu quero corrigir, para um brilhante pronunciamento. E dizer da missão difícil que a sua liderança lhe delegou, de ir à tribuna, nesta tarde, quando se discute a Lei mais importante do Estado do Paraná, para o próximo ano, no exercício de 1984.

Em primeiro lugar, vossa excelência deve ter tido muito trabalho, a exemplo do que tiveram nossos companheiros Luiz Alberto Oliveira, deputado Odeni Mongruel e Gilberto Carvalho, que se debruçaram sobre a Mensagem do sr. governador do Estado, para daí tirar

o seu pronunciamento e fazer as análises que foram feitas nesta tarde, aqui nesta Assembléia.

Vossa excelência, evidentemente, não vem respondendo as principais inquirições que foram feitas pelos deputados que se referiram exaustivamente a respeito do assunto Orçamento. Nós até votaríamos com a Mensagem original, sr. deputado Federra Júnior, desde que vossa excelência nos desse as normas que iriam compatibilizar as promessas eleitorais com o Programa do seu Partido de Governo, que ainda está sendo discutido, do sr. José Richa, com o Orçamento para 1984. Nós precisamos de argumentos sólidos, e eficazes, e diretos, para que vossa excelência possa justificar, em nome do seu partido, porque está é a missão de vossa excelência, hoje na tribuna; e justificar na discussão do Orçamento, da Lei maior e mais importante, repito, tudo aquilo que o PMDB tenha pregado, como partido coerente que é, de acordo com o pensamento de vossa excelência.

E gostaria que vossa excelência dissesse a nós, por favor, ou algum dos elementos de sua bancada, das colocações feitas, através da Secretaria de Planejamento, para que o Orçamento seja compatível com as esperanças do povo do Paraná. E este o pedido que eu faço a vossa excelência pedindo desculpas por lhe roubar preciosos minutos desse seu pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Agradeço o aparte de vossa excelência, nobre deputado Luiz Gabriel Sampaio, sempre é um prazer ouvi-lo para nós é uma alegria vossa excelência apartear nos, porque somente aprendemos com isto; nós que estamos começando e vossa excelência é mais antigo nesta Casa. Mas devo dizer, que eu não falo em nome da bancada do PMDB, primeiro. Eu falo como um membro do PMDB. O próprio deputado Roberto Requião, observava — e eu percebia que ele fazia esta observação.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa excelência é vice-líder do seu Partido.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Eu percebia que o deputado Roberto Requião fazia esta observação ao deputado Márcio, para falar em nome da bancada do PMDB com total categoria, eu não vejo outro capacitado a não ser o deputado Roberto Requião.

Então nós estamos falando em nosso nome e na condição de vice-líder — uma condição que nos foi dada — e para nós é uma honra muito grande, pelo líder de nossa bancada, deputado Nilso Sguarezi.

Mas, sabe, vossa excelência, deputado Gabriel Sampaio, se nós fôssemos folhear o Orçamento, e analisar todos os números — e vossa excelência sabe mais do que nós, precisaríamos atravessar a noite e quem sabe mais alguns dias, para abordarmos todos os assuntos e debater.

Mas eu apresentaria a vossa excelência apenas um assunto que mais me tocou, do que me tocou profundamente, das críticas formuladas pela Liderança da bancada do PDS. Criticou-se o aumento da verba da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, no Governo José Richa. O eminente líder da bancada do PMS, de acordo com o seu pronunciamento ele é contra, este aumento de verba para o Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná.

Ora, mas como é que nós poderemos nos posicionar contra uma situação destas? Se nós sabemos que a violência está cambiando — e sabe vossa excelência muito bem, deputado Gabriel Sampaio, vossa excelência lá no norte do Paraná, como nós, sabe que hoje, se fizer uma pesquisa e procurar saber qual o maior anseio da população do Paraná, vossa excelência há de impor e dizer conosco — segurança. O trabalhador quer segurança. O ilustre deputado

Gabriel Sampaio quer segurança para a sua família; nós queremos segurança para as nossas famílias.

Todos os deputados querem segurança. Vão cobrar durante o governo Richa, vão cobrar com firmeza, com dureza, especialmente, a nobre bandada do PDS que faz oposição ao governo do PMDB. Esta bancada vai cobrar e deve cobrar, muito certo, o problema de segurança do Estado do Paraná.

E como é que nós podemos criticar a falta de segurança no Estado do Paraná se nós nos colocamos contra a verba para ser gasta na segurança?

O SR. PRESIDENTE (Adhail Sprenger Passos) — Peço escusas ao nobre deputado que está na tribuna, para comunicar à Casa que se acha à Mesa um requerimento do deputado Nilso Sguarezi, requerendo na base do Regimento Interno a prorrogação por mais duas horas a duração da presente sessão. Está em votação. — **Aprovado.**

Devolvo a palavra a vossa excelência, nobre deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Nós falávamos com o Secretário

Mussi da Segurança e ele reclamava na condição de Secretário, não ter verba. A sua secretaria não tem verba para compra de armamento para a Polícia do Estado do Paraná combater a criminalidade. Inúmeras cidades no Estado do Paraná e, acredito que inúmeras cidades representadas pelos senhores deputados do PDS, com prefeitos do PDS, cidades não têm se quer viaturas para a polícia combater a criminalidade.

Mas, o que ocorre, não tem verba e quando o governo coloca verba, o que acontece? Ouvem críticas de uma parte da bancada do PDS.

Dizia ainda o ilustre líder do PDS. O Governo Richa analisando o Orçamento é o governo do engodo; é o governo da negação.

O governo do engodo, o governo da negação, um governo que se propõe, embora com dificuldades, se propõe a oferecer 13º salário ao funcionalismo público estadual, reajuste semestral. Alguém vai me dizer, o aumento proposto pelo Governo Richa não é aquele que o funcionalismo público estadual estava esperando.

Eu concordo, contudo é muito melhor propor no início do governo o 13º salário, ou o reajuste semestral, no início de governo do que passar 20 anos prometendo e concedendo coisa nenhuma ao funcionalismo público do Estado do Paraná.

Em linhas gerais eu já dizia no início deste pronunciamento, nós não pretendemos nos alongar, mesmo porque outras matérias haverão de ser votadas no dia de hoje.

O Sr. Odeni Mongruel — Vossa excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Eu começaria o meu aparte que vossa excelência generosamente me concede, repetindo aqui respeitosamente o nobre deputado Gabriel Manoel. As notas taquigráficas não mentem jamais.

Vossa excelência aludiu de que teria dito eu de que os tecnocratas do governo são, pertencem ao meu partido, se comportam de forma assemelhada aqueles que integram a legenda do Partido Democrático Social.

Não foi isso que eu disse e nem algo parecido com isso.

O que eu falei deputado, foi justamente de que há uma identidade muito forte entre as atitudes, o comportamento dos tecnocratas que traçam a política econômica do Governo Federal e a conduta dos tecnocratas que assessoram o governo José Richa.

Eu não fiz qualquer referência nem ao meu partido, nem ao partido do PMDB neste aspecto.

Porque, vejo uma enorme diferença entre os senhores. A bancada dos deputados do PMDB age de forma coesa, de

forma a respeitar as propostas da agremiação partidária.

O governo não faz isso nobre deputado. Vossa excelência sabe mais do que eu. Vossa excelência sabe que os deputados que compõem a ilustre bancada da situação não são ouvidos. Sirva de exemplo o que ocorreu quando da destituição do eminente homem público Léo de Almeida Neves. Todos os senhores agiram de forma coerente, solidária. Exercitaram a fraternidade e pediram ao governo que fosse mantido.

Mas, entre um pedido de todos os deputados que compõem a bancada do PMDB nesta Casa e o interesse direto e imediato do Poder Executivo, numa forma de conduta que só diz respeito a ele, Poder Executivo, e que não é muito diferente do Executivo histórico, que tivemos nesse País, faz dos srs. diferenciados entre si, e veja bem, deputado, o comportamento do governo do Estado, no plano administrativo é energeticamente igual à política econômica do governo da União, nada faz de diferente o governo que procura, entre aspas, a austeridade, quer dizer não investe em despesas de capital, não aumenta suficientemente o seu funcionalismo público, aplica no mercado de capitais, promove a recessão, prejudica a abertura de novas oportunidades de emprego, então, o que é que há de diferente, entre os tecnocratas da política econômica do Governo Federal e o comportamento administrativo do Governo do Paraná, não há absolutamente nada.

Não se faz nesse aspecto qualquer relação, eu não fiz, entre os deputados do PMDB que compõem a Situação nesta Casa e o comportamento do Chefe do Poder Executivo, e dos seus companheiros que compõem o que eu já disse, repetindo por força de expressão o governo de anônimos, o governo que se entende e que se compreende historicamente que está agora recebendo as benesses do apoio político eleitoral de 1982, basta que se olhe a locação de recursos junto aos chamados gabinetes de Secretários de Estado, foi isso que nós dissemos, nem de longe queríamos nós trazer ao PDS que paga historicamente um grande preço, trazer ainda mais a imagem dos tecnocratas do Governo Estadual, já nos bastam os tecnocratas do Governo Federal.

Muito obrigado.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Muito obrigado a vossa excelência por seu aparte, se houve este engano de minha parte que vossa excelência corrija, porque vossa excelência é brilhante, eu o considero brilhante e por certo não cometeria este erro.

Mas, sr. presidente, srs. deputados, vou concluir o meu pronunciamento dizendo apenas que a nossa presença nesse local foi para marcar uma posição, pelo menos pessoal de críticas formuladas pela bancada do PDS, ou por parte da bancada do PDS, ao governo do Estado do Paraná, ao governo José Richa, falou-se por exemplo em mordomia, termo que o líder Luiz Alberto agosta muito de utilizar, eu vou trazer para uma das próximas sessões um demonstrativo da Secretaria dos Transportes, por exemplo, que foi citada no pronunciamento do eminente líder e vamos mostrar aos srs. deputados da Casa o que é mordomia. Vamos analisar os gastos efetuados pelo ex-Secretário dos Transportes do Governo do PDS, inclusive do austero ex-governador Hosken de Novaes na época da campanha política e vamos analisar os gastos efetuados pela Secretaria dos Transportes até o presente momento, gastos de telefone, viagens, estadias, combustíveis e outros gastos normais, como a Secretaria gasta. Então vamos mostrar com números o que é efetivamente mordomia, então apenas para mostrar que nós não admitimos que não estamos cabisbaixos e quanto ao Orçamento muito menos

Nós estamos, isto sim, firmes na certeza de que o PMDB fará um grande governo, de que José Richa fará um grande Governo e que os paranaenses não se arrependirão de terem levado ao governo do Estado do Paraná.

— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Encerrada a discussão, em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Para encaminhar) Sr. presidente, sr. deputados.

Rapidamente para rebater as colocações do deputado Ferrari Júnior que negou aparte a este deputado, o que não tem sido o comportamento pessoal desta liderança, negar aparte ao deputado Ferrari Júnior, e para responder as suas colocações, e respondo às suas colocações dizendo a ele e ao deputado Tadeu França, dizendo que emendas como as que apresentei para solucionar, para iniciar o processo da solução do “bóia-fria” no Paraná, que realmente não foi invenção do PDS, do PMDB e nem muito menos do desenvolvimento agrícola do Paraná, mas isto sim, fruto de uma Legislação Federal que visava apoiar o homem do campo e que criou como consequência a situação trágica do “bóia-fria” não é novidade por parte deste deputado. Igualmente assim o fez o eminente deputado Nelson Friedrich. O nosso líder Erondy Silvério deve estar lembrado que, quando o Secretário Nelson Friedrich era deputado, afirmava que nós não podíamos esperar as soluções de Brasília, mas precisávamos começar a mudar o modelo econômico através do Paraná. E naquela ocasião sua excelência, o Secretário Nelson Friedrich apresentava uma emenda tirando 378 milhões do gabinete do Secretário de Planejamento para iniciar, no Paraná, o processo de reforma agrária. Ora, o PMDB, na Oposição, pode fazer isso; é aí verdade; aí a emenda é boa. Quando o PMDB está no governo e nós apresentamos vêm nos criticar alegando responsabilidade do plano federal. Não; os senhores assumiram um compromisso com a sociedade paranaense; os senhores receberam um milhão e seiscentos mil votos e os srs. precisam responder às expectativas criadas no Paraná.

Por outro lado, sua excelência o deputado Ferrari Júnior é useiro e vezeiro em praticar injustiças com relação ao comportamento deste deputado; tenta desviar o tom dos discursos dizendo que eu não quero segurança pública no Paraná. Ora, como é que o governo José Richa pretende ampliar as condições de segurança no Paraná? Com a verba de mordomia? Comprando buquê de flores, ou pagando recepção, hospedagem, banquete porque a verba do gabinete do Secretário de Segurança é verba de representação. Não é verba para compra de equipamento, muito menos de material para armamento; muito menos para compra de equipamento como carro; veículo ou telefone. Não, deputado, vossa excelência deveria ter o cuidado de ler o enunciado do programa para não vir a essa tribuna dizer tamanho desatino. Vossa excelência, na verdade, quer resolver o problema da segurança pública com a verba da mordomia.

Por outro lado, o deputado Odeni Mongruel tem toda razão; o governador José Richa colocou como Secretários de Estado seus verdadeiros tecnocratas que têm desmentido este Poder e a bancada do PMDB. Está aí o exemplo do sr. Garanhão. Ainda agora ele manda para esta Casa um verdadeiro “panamá”, um “panamá” na Coordenação da Receita Estadual. Ainda há pouco discutíamos a possibilidade de oferecer melhor remuneração aos funcionários da Assembléia Legislativa. São quantos funcionários efetivos?

Trezentos e trinta e oito funcionários efetivos, concursados, com mais de vinte anos de função nesta Casa. E o todo-poderoso Erasmo Garanhão, o tecnocrata que o governador José Richa importou de Brasília, porque lá em Brasília ele estava dando sustentação a esse modelo econômico que os srs. criticam; ele, o presidente do Banco do Estado; o secretário de Indústria e Comércio, do Maranhão, trouxe até um tecnocrata da Vale do Rio Doce que fazia negócios com ele, lá no Maranhão. O governo José Richa tem trazido, isto sim, tecnocratas, e o pior é que não são nem tecnocratas paranaenses; são tecnocratas importados de Brasília, e eles sim co-responsáveis por essa situação de Brasília.

Portanto, tem razão o deputado Odeni Mongruel: o Governo do sr. José Richa é o Governo dos tecnocratas; dos tecnocratas que sequer são paranaenses. Por outro lado, o deputado Ferrari Júnior pratica mais uma injustiça com este deputado quando disse que eu defendi a passagem do patrimônio dos portos de Paranaguá e Antonina para as mãos do Governo Federal. Vossa excelência, mais uma vez, está equivocada; o que defendi, na verdade, foi que o governador José Richa cumprisse a legislação porque havia um decreto estabelecendo que o diretor superintendente dos portos devia ser um engenheiro, com curso de especialização em Portos e Navegação. E o sr. José Vicente Elias, para acomodar a Aliança PP-PMDB, foi nomeado ao arripio de Decreto governamental, e solicitei na ocasião, que o Governo Federal, através da Portobrás, acionista e repassador de recursos para os portos de Paranaguá, tivesse o cuidado de exigir do governador do Estado o cumprimento da lei, foi isto que solicitei. Não a transferência do patrimônio do Paraná para a esfera federal. Essas eram as explicações que eu deveria dar. E lamentar que o deputado Ferrari Júnior demonstre desconhecimento da Proposta Orçamentária. Sua excelência tenta iludir a opinião dos srs. deputados, mas não traz sequer um dado para comprovar as suas assertivas.

Por outro lado, o deputado Tadeu França, trouxe uma carta ao conhecimento deste Plenário. Uma carta do secretário de Indústria e do Comércio. Não sei se a carta veio de Curitiba ou se veio do Maranhão. Não sei, porque não pude ler a carta. Ele apenas anunciou a esse Plenário, sem o mínimo conhecimento de ética parlamentar e dos direitos parlamentares, de que o sr. Francisco Simeão Neto iria processar o ilustre deputado Airton Cordeiro e a mim, porque denunciemos aqui em plenário o quê?

Que o secretário da Indústria e do Comércio do Estado do Paraná é inidôneo. Por favor eminente deputado, processarmos porque denunciemos ao Paraná, no exercício da missão fiscalizatória de oposição, de que o Secretário da Indústria e do Comércio não paga conta, e tem os seus bens penhorados? Essa é a democracia do PMDB? Será que ele teve, esse rapaz que não tem origem, que ele vai acovardar o deputado Airton Cordeiro e a mim com ameaça de processo? Saiba sua excelência e o seu secretário dos trambiques do Maranhão, que Deus poupe ao deputado Airton Cordeiro e a mim o sentimento do mesmo, e nós haveremos de denunciar permanentemente os corruptos que estão a enganar tantos, como é o caso ao secretário Francisco Simeão.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está em votação o Projeto de Lei nº 158/83.

O SR. NILSO SQUAREZI — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Para encaminhar, concedo a palavra ao sr. deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. presidente. Na verdade, não era nosso propósito falarmos, mas, o líder do PDS passou da conta. Sua excelência passou da conta porque é incoerente. Grita com o nobre secretário das Finanças, que tem um “panamá”, sr. presidente, e a sua bancada aprova por unanimidade nas Comissões da Casa esse projeto. O sr. deputado Francisco Escorsin pede Regime de Urgência para esse projeto.

Vamos dar um basta, a enganação desse tipo, sr. presidente. Não é possível que nós sentemo-nos aqui e ouçamos tanta besteira nesta Casa. Por favor, srs. deputados, sejam coerentes, mas principalmente com vossas excelências mesmos. Não se enganem a si próprios, porque aí nós abaixamos a cabeça de tristeza.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está em votação o projeto.

Para encaminhar, concedo a palavra ao sr. deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. presidente. Eu não aceito a generalização do nobre líder do PMDB nas acusações que faz à nossa bancada. O nobre deputado Francisco Escorsin, secretário dessa Mesa, também assinou uma proposta imoral, da 1ª Secretaria desta Casa, na contratação de uma Empresa de Assessoria. Mas, eu não compactuei naquela oportunidade, e nem agora.

Se está tramitando a Mensagem do Governo nas Comissões Técnicas, ela não veio ao Plenário, para que pudéssemos emitir a nossa opinião e consignar o nosso voto. Portanto, devolvo a grosseria de se tentar atingir toda uma bancada, como fez o nobre líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE — Em votação.

O SR. TADEU FRANÇA — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Apenas para ilustrar que as acusações feitas contra o deputado Ferrari Júnior são totalmente improcedentes. Na realidade, o que ele realizou, foi afirmar taxativamente, e é muito lógico que, quando se tenta tolher o orçamento a qualquer secretaria, está-se limitando, evidentemente, a sua esfera de ação.

Esclarecemos ao líder do PDS, deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, que o chamado tecnocrata Erasmo Garanhão, como ele o qualifica, passou pelo bastismo do voto popular por várias vezes. Foi vereador, foi candidato a deputado estadual, acompanhou José Richa e todo o PMDB na campanha vitoriosa nas urnas a 15 de novembro. Enfatizamos, ainda, que a acusação do líder do PDS — E não deve ter memória curta — não foi de que o Secretário da Indústria e Comércio não pagava contas, porque tinha os bens penhorados. Foi, sim, a afirmativa de que a Secretaria da Indústria e Comércio do Paraná transformou-se num verdadeiro balcão de negócios, o sr. Francisco Simeão; foi de que ele paga contas das suas empresas particulares com dinheiro público; foi afirmativa de que ele exposta dólares, e dez mil ele embolsa. Acusações graves e que

merecem sim, respostas que, segundo decisão — eu peço ao líder da minha bancada que remeta uma cópia desse ofício, para que o líder do PDS possa, mais de perto, sentir a reação do brio ferido, de um secretário que não pode aceitar, de forma alguma, a difamação e a calúnia abjeta e vil.

— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Está em votação.

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Para encaminhar) Sr. presidente, srs. deputados.

Não era meu propósito discutir a matéria orçamentária, nem fazer o encaminhamento de votação, por entender que a liderança do nosso partido, ao estudar detidamente a matéria, colheu todos os subsídios necessários para, neste Plenário, ao lado dos vice-líderes, poder fazer as críticas que o PDS imagina que devem ser feitas.

Tomo conhecimento, com muita surpresa, sr. presidente e srs. deputados, da decisão do secretário de Estado da Indústria e do Comércio, de processar o deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, e a este deputado. E, me permito informar, ao deputado que trouxe a esta Casa a notícia deste processo, de que, certamente, quando não era deputado, combatia a excepcionalidade, o arbítrio, os atos institucionais, certamente também combatia aqueles que investiam contra o Poder Legislativo.

Tomo a liberdade de informar a sua excelência e a todos os deputados, que amanhã, estarei encaminhado à Presidência da Casa, as respostas do secretário Francisco Simeão, sobre o pedido de informações sobre a viagem às Arábias, e sobre o “telex” que sua excelência encaminhou ao Banco Central; entre as resposta sobre o custo da viagem com informação formal a esta Casa e a solicitação para a compra de dólares no Banco Central, existe uma diferença de dez mil dólares. Processo merece sim, este cidadão, sem autoridade cívica, sem autoridade política, sem autoridade moral e pessoal para ocupar o cargo de secretário de Estado, porque mentiu aos 58 parlamentares desta Casa!

Abrimos mão, sr. presidente, neste momento, das nossas imunidades parlamentares, para receber o processo de alguém que não tem nenhuma condição para ocupar um cargo importante de um governo que se diz democrático.

Nós combatemos o AI-5 e o arbítrio e lamentamos que, do outro lado, hoje, estejam aqueles que também combateram a excepcionalidade, mas, hoje, querem investir contra este Poder, utilizando-se de subterfúgios, de sofismas, de inverdades de um secretário que se notabilizou pelo seu conceito, mau conceito lamentavelmente.

Obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Está em discussão, o projeto.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Para encaminhar, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao sr. deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Sr. presidente, o ilustre líder da bancada do PDS, Luiz Alberto Martins de Oliveira, pretende, no meu modo de ver, com o seu tradicional discurso, com o seu discurso repetitivo, criar um regime de terror,

tentando intimidar este deputado, e, quem sabe, outros deputados da bancada do PMDB.

Falou, o ilustre líder, criticou, o ilustre líder, a posição do governo do Estado do Paraná, e ele liderou o movimento de 1.200 emendas aproximadamente, 1.200, mil e tantas emendas que salvariam o Estado do Paraná. Que pena, que lástima que esse deputado não tenha, durante os anos em que é deputado, liderado um movimento com tantas emendas salvadoras, e só, agora ele o faz!

Disse ainda do Secretário Francisco Simeão, criticou-o, entre outras coisas, porque veio do Estado do Maranhão. Deve ter a sua dose de razão o ilustre líder. Isso não tira, absolutamente, a condição de alguém ser secretário do Estado do Paraná, porque, o próprio líder da bancada do PDS apoiou, recentemente, um candidato a governador do Estado do Paraná, Saul Raiz, que, não obstante tenha sido prefeito de Curitiba, foi importado, para disputar o governo do Estado do Paraná pelo seu partido.

O Sr. Airton Cordeiro — É nascido em Curitiba e foi prefeito da Capital, deputado. Vossa Excelência não conhece a História do Paraná!

O SR. FERRARI JÚNIOR — É o regime de terror que quer impor, a bancada da Minoria! (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está em votação o Projeto de Lei nº 158/83. — Aprovado.

EM REDAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — da Proposição nº 62/83, Emenda Constitucional, que acresce o parágrafo único, com redação que especifica, ao art. 123, da Constituição Estadual. (Direitos e Garantias Individuais).  
Aprovado.

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — da Proposição nº 69/83, Emenda Constitucional, que assegura o direito de todos a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e por apelo e apoio a iniciativas populares, conforme especifica. (EQUILÍBRIO ECOLÓGICO). — Aprovado.

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — da Proposição nº 94/83, Emenda Constitucional, que acresce parágrafo único, com redação que especifica ao art. 38 da Constituição do Estado. (Dotações Orçamentárias PODER LEGISLATIVO).  
— Aprovado.

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 145/82, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná, a "DOM PEDRO ANTONIO MARCHETTI FEDALTO". — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do projeto de Lei nº 158/82, de autoria do ex-deputado RENATO BERNARDI, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao "Dr. JUSTINIANO CLÍMACO DA SILVA", deputado Constituinte do Paraná. Com parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 39/83, de autoria do deputado RUBENS BUENO, que dispõe sobre o controle de Agrotóxicos e outros Biocidas a nível estadual e dá outras providências. Com pareceres da CCJ e CSP, FAVORÁVEIS ao projeto e pareceres da CEMA e CA, FAVORÁVEIS ao SUBSTITUTIVO GERAL da CEMA, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emenda ao Substitutivo Geral de autoria do sr. deputado Osvaldo Alencar Furtado, nos seguintes termos:

## PROJETO DE LEI Nº 39/83 EMENDA

### EMENDAS AO SUBSTITUTIVO DA LEI DOS AGROTÓXICOS

#### ARTIGO 1.º — ALTERAÇÕES PROPOSTAS

"ARTIGO 1.º — INCLUSÃO DO PRAZO, FICANDO A REDAÇÃO DA SEGUINTE FORMA:

§ 3.º — A indústria importadora, produtora ou manipuladora de agrotóxicos ou biocidas, postulante do cadastramento previsto nesta lei apresentará, obrigatoriamente, ao cadastrá-lo, mediante requerimento dirigido à Secretaria da Agricultura, NO PRAZO DE 90 DIAS, os seguintes documentos: "

OBSERVAÇÃO — Com a inclusão do prazo neste parágrafo, fica anulado o § 5.º, evitando-se a redundância desnecessária.

§ 3.º/ LETRAS "E" e "F" que passarão a ter a seguinte redação:

E — Certidão de classificação TOXICOLÓGICA, expedida pela Secretaria de Saúde e pela Surehma, do Ministério da Saúde, obedecendo as normas e critérios QUE CONSTAM DO ANEXO I DESTA LEI.

F — Deverão ser fornecidos os dados contidos no ANEXO II DESTA LEI.

Para que se proceda a classificação TOXICOLÓGICA DO AGROTÓXICO ou Biocida em questão.

EM SUBSTITUIÇÃO AO 5.º (ANULADO COM A INCLUSÃO DO PRAZO NO § 3.º).

PROPÕE-SE A SEGUINTE REDAÇÃO:

Caso a indústria produtora ou manipuladora de agrotóxicos e outros biocidas não dispuser de todos os dados exigidos nesta lei, as Secretarias da Agricultura e da Saúde e Surehma, poderão firmar convênio com Universidades ou Centros de Pesquisas Oficiais ou Privados, Nacionais ou Internacionais, com ônus repassados para a Empresa interessada na comercialização.

ARTIGO 7.º — Que o seu conteúdo passa a caracterizar o artigo 8.º e que este 7.º tenha a seguinte redação:

ATENÇÃO: ESTA É A EMENDA MAIS IMPORTANTE:

ARTIGO 7.º — Fica proibido o uso de AGROTÓXICOS ORGANOCLORADOS em todo o Território Estadual. PARÁGRAFO ÚNICO — Faz-se exceção a esta proibição nos seguintes casos:

- Pelo prazo único de três anos, a contar da publicação desta lei, os princípios ativos do DODECACLORO e ALDRIN usados como isca formicida;
- A utilização na lavoura, quando constatada a presença de pragas resistentes aos demais defensivos e em níveis de incidência que justifiquem sua aplicação, devidamente autorizada sob a orientação da SECRETARIA DA AGRICULTURA, por tempo determinado, em área previamente definida.
- A aplicação pelos órgãos públicos competentes, em campanhas de saúde pública de combate a vetores transmissíveis de moléstias, de produtos cuja fórmula contenha DDT ou BHC.

OBSERVAÇÃO: É fundamental a inclusão deste artigo, numa situação em que o leite materno contém DDT, análises da Surehma indicam a presença de Organoclorados nos legumes e verduras. Os

Organoclorados têm poder residual, isto é, ficam retidos no solo e no corpo humano provocando transformações genéticas que ainda não é possível, sequer, fazer uma previsão.

Se está em votação a terceira lei dos AGROTÓXICOS do País (a primeira é do Rio Grande do Sul e a segunda, de Mato Grosso), os Organoclorados não podem deixar de ser proibidos.

**ARTIGO 7º (QUE SERÁ ENTÃO O 8º) – § 2º – QUE SEJA INCLUÍDO PRAZO PARA AMARRAR A DEFINIÇÃO SEM ESCAPATÓRIA, COM A SEGUINTE REDAÇÃO:**

§ 2º – Apresentada a impugnação, dela será notificada a firma cadastrada, que poderá oferecer-lhe defesa, no prazo de 15 dias como prevê o Código Civil, após o que, será o respectivo expediente submetido à decisão da SEAG, juntamente com outros órgãos oficiais ligados ao setor.

**ARTIGO 17 – Inclusão da letra I – Penalidade para a reincidência.**

I – Em caso de reincidência para aqueles que transgrediram esta lei, o valor da multa prevista nas letras A, B, C, D, E, F, G, H, será cobrado em dobro.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1983.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

Apoio: ANIBAL KHURY, ANTÔNIO ANIBELLI,  
PAULO FURIATTI, SÉRGIO SPADA e ACIR  
MEZZADRI.

Em votação a Emenda. – **Aprovada.**

Em votação o Substitutivo Geral. – **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 78/83, de autoria do deputado HOMERO OGUIDO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO MISSIONÁRIA E EDUCATIVA DE SANTA ANA, com sede na cidade de Londrina. Com parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. – **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 81/83, de autoria do deputado HERMAS BRANDÃO, que declara de utilidade pública a CRECHE SÃO JUDAS TADEU, com sede nesta Capital. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 107/83, de autoria do deputado RUBENS BUENO, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE ROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA - APMI”, com sede foro no município de Araruna. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 114/83, de autoria do deputado NESTOR BAPTISTA, que dispõe sobre obrigatoriedade a partir da vigência desta lei, execução cantada dos Hinos Nacional, à Bandeira e do Estado, nos estabelecimentos de Ensino de 1º e 2º Graus, no Estado. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.E., por unanimidade. – **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 127/83, de autoria do deputado JORGE MAIA FILHO, que declara de utilidade pública o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE MARILÂNDIA DO SUL - SOS, com sede e foro no referido município. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. – **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 132/83, de autoria do

PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 97/83), que dá nova redação ao art. 259, da Lei n.º 1934, de 23/06/54. Normas para concessão da Medalha “Policial-Militar”. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. – **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 166/83, de autoria do deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de utilidade pública a LOJA MAÇÔNICA LUZ INVISÍVEL N.º 33, de jurisdição da Grande Loja do Paraná, com sede nesta Capital. Com parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. – **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n.º 41/83 (Mensagem n.º 30/93, ex-Proposição n.º 28/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo Aditivo ao convênio n.º 19/80, celebrado entre o Estado do Paraná e o Ministério da Saúde, com a interveniência do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, objetivando aprimorar a coordenação e a execução das atividades e o desenvolvimento dos serviços básicos de saúde. – **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n.º 42/83, (Mensagem e ex-Proposição n.º 10/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termos Aditivos de 30/11/82, e os Termos de Cooperação Técnica e Financeira de 01/02/82, firmados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução do PROSAFRAS, no exercício de 1.982. – **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n.º 43/83, (Mensagem n.º 45/83, ex-Proposição n.º 42/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova convênio de cooperação n.º 06/83, de 11/02/83, celebrado entre os Estados do Paraná e São Paulo, através de suas secretarias dos Transportes e o Departamento Hidroviário, objetivando a manutenção da Linha Mista de Passageiros e Cargas, entre as localidades de Iguape, Guaraqueçaba e Paranaguá. – **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n.º 54/83, (Mensagem n.º 56/83, ex-Proposição n.º 58/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termos Aditivos firmados em 29/12/82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução do “PROSAFRAS”, no exercício de 1982. – **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n.º 84/83, (Mensagem e ex-Proposição n.º 92/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo Aditivo n.º 01, de 11/5/83, ao convênio n.º 114/82, celebrado em 12/05/83, entre o Estado do Paraná e o Ministério do Interior, com a interveniência da Sudesul e Sucepar, objetivando execução do Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - Pronoroeste.. – **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n.º 85/83 (Mensagem n.º 87/83, ex-Proposição n.º 90/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 04/6/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução do “Prosafras”, no exercício de 1.983. – **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 79/82, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que dispensa o Presidente, o Secretário e o Tesoureiro da Associação dos Professores do Paraná das atividades normais de seus cargos públicos, conforme específica. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.R.H., e C.E., por unanimidade. Em regime de urgência. — Em discussão.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR  
N.º 79/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O Presidente, o Secretário e o Tesoureiro da Associação dos Professores do Paraná, sem prejuízo financeiro e funcional, ficam dispensados das atividades próprias de seus cargos de funcionários públicos.

Parágrafo único. A carga horária a que a cada um desses diretores está obrigado a cumprir no serviço público estadual, deverá ser aplicada, exclusivamente, em proveito da entidade acima mencionada.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1982.

(a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

O art. 105 do Estatuto do Magistério (Lei Complementar 07/76), determina:

O Estado assegurará:

.....

III — estímulo à vida associativa e recreativa dos Professores ou Especialistas de Educação, através de suas associações de classe.

A Associação dos Professores do Paraná - APP, em volta da qual se unificaram recentemente as três entidades do pessoal do magistério de âmbito estadual, têm, indubitavelmente prestado grandes serviços aos mestres deste Estado.

É um dever do Estado estimular tais atividades. E a lei diz: ATRAVÉS DE SUAS ASSOCIAÇÕES DE CLASSE. O Governo, dispensando os três principais diretores da entidade de suas funções no Estado, estará concretizando o estímulo à vida associativa e recreativa do professorado.

Aliás tal gesto, com justiça, o Governo tem feito com diretores de outras entidades de funcionários públicos, de grande porte, a exemplo da Associação dos Servidores Públicos do Paraná.

É de se notar, por fim, que a APP, agora unificada, congrega mais de 22 mil associados, atendidos através de 23 núcleos espalhados nos diversos pontos do Estado. A Diretoria é o ponto equidistante e de equilíbrio entre todos os núcleos associativos.

O volume de trabalho, portanto, que cabe à Diretoria executar, é enorme, impossível de ser efetuado só nos fins de semana ou nos intervalos das aulas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N.º 79/83

PARECER:

1. A iniciativa do nobre deputado Airton Cordeiro, visa amparar, por lei, os direitos dos dirigentes da Associação dos Professores do Paraná de obter dispensa das atividades próprias de seus cargos em benefício da entidade de cuja administração participam.

2. Não existe aí tentativa de inovação mas não somente o atingimento de situação igual aos demais dirigentes de Associações congêneres, que por diversos atos já usufruem essa prerrogativa, não como uma concessão, mas como forma de dar melhor atendimento às entidades que dirigem.

3. Assim, não obstada a iniciativa por qualquer dispositivo de ordem legal ou constitucional, não há como sofrer reparos, restando e tão somente a opinião favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente  
CAÍTO QUINTANA — Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS  
PROJETO DE LEI N.º 79/82

PARECER:

O nobre deputado Airton Cordeiro, através deste Projeto de Lei, visa dispensar o Presidente, o Secretário e o Tesoureiro da Associação dos Professores do Paraná, das atividades normais de seus cargos públicos.

Na justificativa, o ilustre autor esclarece que o governo já tem dispensado das atividades aqui reivindicadas, os diretores de outras entidades de funcionários públicos.

A Comissão de Constituição e Justiça já se pronunciou sobre a matéria, emitindo parecer favorável.

Diante disso, esta Comissão não vê nenhum impedimento que possa obstar a tramitação normal do presente plano de lei, razão pela qual opinamos favoravelmente ao mesmo.

Sala das Comissões, em

(aa) ODENI MONGRUEL — Presidente e Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 79/83

PARECER:

Dispensar o presidente, secretário e tesoureiro da Associação dos Professores do Paraná, das atividades próprias de seus cargos de funcionários públicos, é o objetivo da presente iniciativa.

Submetido à apreciação das Comissões de Justiça e Recursos Humanos, onde mereceu parecer favorável, vem agora o Projeto a esta Comissão de Educação, a fim de ser uma vez mais analisado sob o enfoque das peculiaridades que envolvem a Educação.

Cumprido, todavia, salientar que a medida parece estar em perfeita consonância com o espírito da lei própria do Magistério, conforme se depreende dos termos da justificativa.

Em tais circunstâncias, só nos resta ratificar a opinião dos órgãos que anteriormente se manifestaram.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) ADHAIL SPRENGER PASSOS — Presidente  
ODENI MONGRUEL — Relator

O SR. NILSO SGUAREZI — Para encaminhar, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Para encaminhar, concedo a palavra ao sr. deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. presidente, esse projeto de autoria do deputado Airton Cordeiro, de 82, nós vamos votar favoravelmente, e amanhã, em segunda discussão.

O deputado Adhail Sprenger Passos está encarregado pela bancada para fazer encaminhamento, porque, sr. presidente, já existe um decreto governamental regulando esta matéria, mas não impede que votemos favoravelmente, e transformaremos isso em lei, apenas o encaminhamento é para justificar as razões porque quando o PDS não tinha maioria não aprovou este projeto de lei. Amanhã, faremos a justificativa detalhada desse projeto.

Votamos favoravelmente ao mesmo.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Em votação.

Os srs. deputados que aprovam, permaneçam como estão. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 53/83, de autoria do deputado RUBENS BUENO, que dá nova redação ao art. 43 da Lei n.º 7074, de 02/1/79 (Honorários de Advogados em ações fiscais em favor do Estado). Com pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 50, de 17/05/83).

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 53/83

## PARECER:

O projeto de lei em pauta, de autoria do nobre deputado Rubens Bueno, tem como finalidade alterar a redação do art. 43 da Lei n.º 7074, de 02 de janeiro de 1979, para devolver ao advogado patrocinador de ações em geral e de execuções fiscais em favor do Estado a parte de cinquenta por cento dos honorários, que pela redação anterior reverterão à receita pública.

Trata-se de justa e antiga reivindicação dos advogados do Estado, defendida inclusive pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, que se manifestou através de brilhante parecer exarado pelo Conselheiro, Dr. Alir Ratcheski, que se encontra anexo.

Nestas condições, não havendo ofensa a qualquer dispositivo de ordem constitucional e em consonância com o disposto no Art. 99, § 1.º, do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, não vemos qualquer óbice a opor quanto a legalidade do projeto.

Somos, portanto, pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente  
ANIBAL KHURY — Relator

# COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 53/83

## PARECER:

O projeto de lei em tela, visa dar nova redação ao artigo 43 da Lei 7074, de 02 de janeiro de 1979.

A solução de "jure condendum" que se pretende adotar com a reversão da totalidade das importâncias relativas às condenações na verba de honorários de advogados, devidas nas ações em geral e nas execuções fiscais, atinge imediatamente aos advogados, sem distinguir vínculo a cargo público.

A medida é de inteira justiça e vem ao encontro das aspirações da classe dos advogados.

Com relação ao aspecto financeiro, ela não acarretará alterações significativas e vem corrigir aquilo do que privou dos profissionais pelo exercício da profissão.

Sala das Comissões, em 07 de novembro de 1983.

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente  
HOMERO OGUIDO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 131/83, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 102/83), que concede aos Pensionistas do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado, gratificação especial, estabelecendo ainda que nenhuma pensão paga pelo IPE será inferior ao salário mínimo regional, conforme especifica. Com pareceres Favoráveis da C.C.J., C.R.H., e C.F., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado.**

# PROJETO DE LEI N.º 131/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º — Os pensionistas do Instituto de Previdência do Estado perceberão exclusivamente no mês de dezembro de cada ano, a título de gratificação especial, um salário mínimo regional, independentemente do valor da pensão.

Art. 2.º — Nenhum pensionista do IPE, poderá perceber pensão com valor inferior ao salário mínimo regional.

Art. 3.º — Para atender os encargos financeiros decorrentes da execução desta lei, o Poder Executivo utilizar-se-á dos mecanismos previstos no artigo 7.º da vigente Lei Orçamentária, modificado pelo art. 9.º da Lei n.º 7.722, de 1.º de julho de 1983.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 131/83:

A iniciativa tem origem na Mensagem Governamental n.º 130/83 e visa conceder aos Pensionistas do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado, gratificação especial, conforme especifica.

Medida das mais justas, visto como os servidores ativos já foram beneficiados com idêntica medida, o Projeto consagra expressiva vantagem principalmente aos mais necessitados entre aqueles pensionistas, tendo em vista a determinação de que nenhuma pensão paga pelo IPE será de valor inferior ao de um salário mínimo regional.

Quanto ao aspecto formal, mostra-se irrepreensível o presente Plano de Lei, obediente que é aos ditames regimentais.

Dada a inexistência de vícios de ordem constitucional, opinamos favoravelmente à APROVAÇÃO do projeto.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Presidente  
ARTAGAO MATTOS LEÃO - Redator

# COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 131/83

Oriundo de mensagem governamental, o projeto de Lei em análise pretende conceder aos Pensionistas do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, nos mesmos moldes do que foi concedido aos servidores da ativa, gratificação especial a ser paga ao mês de dezembro de cada ano, no valor equivalente a um salário mínimo regional.

O projeto mereceu parecer favorável nas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, nesta última com a ressalva do relator no que se refere ao "quantum" que julga insuficiente.

Nesta Comissão de Recursos humanos, opinando sobre o mérito da matéria temos a dizer que, se bem que a iniciativa seja das mais meritórias, realmente ao valor fixado para a gratificação especial dos pensionistas do IPE, está bem abaixo do que seria de se esperar e o nosso parecer, além de uma pura e simples aprovação da matéria, deve conter um apelo ao excelentíssimo senhor governador, para que dentro do próximo exercício fixe, para a gratificação em questão, valores que, realmente venham a atender os justos anseios dos pensionistas do Estado.

Nestas condições, com a ressalva apresentada, somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em

(a) ODENI MONGRUEL — Presidente e Relator

# COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 131/83.

O presente projeto de lei, tem por finalidade conceder

aos Pensionistas do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado, gratificação especial a ser paga no mês de dezembro de cada ano, no valor equivalente a um salário mínimo regional.

Em seu aspecto legal e constitucional, a matéria analisada pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, recebendo parecer FAVORÁVEL.

Quanto ao aspecto financeiro a que é chamada a opinar esta Comissão de Finanças, temos que de acordo com a Mensagem que acompanha a presente proposição, os recursos financeiros são previstos no próprio bojo do Projeto de Lei, não havendo qualquer impedimento de ordem financeira que possa obstar a sua tramitação.

Entretanto, relativamente ao "quantum" estabelecido no projeto considerarmos insuficiente, devendo este pormenor ser analisado com mais profundidade pela Comissão de Recursos Humanos.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua Aprovação.

Sala das Comissões, em 24 de outubro de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI - Presidente

EZEQUIAS LOSSO - Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 174/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem nº 106/83), que limita contratação de empréstimos internos pela Administração Direta e Indireta do Estado, até 1.000.000 (hum milhão) de O.R.T.N.s. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em discussão.

PROJETO DE LEI Nº 174/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, através da Administração Direta e ou Indireta, autorizado a contrair empréstimo até o valor equivalente a 1.000.000 (hum milhão) de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional ORTN's - prestar fiança ou aval, conceder contragarantia de fiança, de aval ou de qualquer outra garantia prestada por entidades da Administração Indireta do Estado, até o valor equivalente a 2.000.000 (dois milhões) de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional O.R.T.N.'s, em operações junto à Caixa Econômica Federal, através do Fundo de apoio ao Desenvolvimento Social - F.A.S., destinados a dar suporte aos seguintes programas:

- I - Segurança Pública
- II - Justiça
- III - Saúde
- IV - Educação
- V - Obras de Infra-Estrutura.

Art. 2º - Para garantia do principal e acessórios, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar parcelas do Fundo de Participação dos Estados, durante o prazo de vigência dos contratos de financiamento autorizados por esta lei.

Art. 3º - O Poder Executivo consignará nos orçamentos anual e plurianual do Estado, durante o prazo que vier a ser estabelecido para os financiamentos, dotações suficientes à amortização do principal e acessórios resultantes do cumprimento desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data a partir desta data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 174/83.

O projeto de lei em questão, oriundo de Mensagem Governamental, objetiva a autorização legislativa para que o Poder Executivo, através de sua administração direta e indireta, contraia empréstimos até o valor de 1.000.000 (hum milhão) de ORTN's e preste aval ou fiança, e conceda contragarantia a empréstimos contraídos por entidades da Administração Indireta do Estado até o valor equivalente a 2.000.000 (dois milhões) de ORTN's, em operações junto à Caixa Econômica Federal, através do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social- F.A.S., destinados a dar suporte a programas de Segurança Pública, Justiça, Saúde, Educação e Obras de Infra-Estrutura.

A iniciativa se ajusta no elenco das competências do Poder Executivo, obedecido o disposto no inciso XIV, do Art. 47 da Constituição do Estado, combinado com o inciso VII do Art. 21, ainda da Carta Magna Estadual, que condiciona operações de tal natureza ao referendado do Poder Legislativo.

Se nada há que opor quanto aos aspectos constitucionais, quer nos parecer que, visto pelo lado prático, o projeto de lei demonstra o cuidado do governo do Estado em se cercar dos instrumentos necessários para a continuidade das operações administrativas, tanto na área da administração direta, como na da indireta, em obediência ao conhecido axioma de que é "preciso prever, para prover"

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Presidente  
ANIBAL KHURY - Relator.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei nº 174/83.

Encaminhado por sua excelência o senhor governador do Estado, através de Mensagem Governamental nº 106/83, visa o presente projeto de Lei conceder autorização legislativa para que o Poder Executivo, seja pela sua administração Direta ou pela sua Administração Indireta, possa contrair empréstimo interno até o valor de 1.000.000 (hum milhão) de ORTN's - equivalentes nesta data, a CR\$ 5.385.840.000,00 (cinco bilhões, trezentos e oitenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil cruzeiros), bem como, possa prestar aval ou fiança, conceder contrapartida de fiança, de aval ou de qualquer outra garantia prestada por entidades da administração Indireta do Estado até o valor de 2.000.000 (dois milhões) de ORTN's - equivalente, nesta data, a CR\$ 10.771.680.000,00 (dez bilhões, setecentos e setenta e um milhões, seiscentos e oitenta mil cruzeiros).

Tais recursos serão obtidos em operações junto à Caixa Econômica Federal, através do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social- F.A.S., e são destinados à aplicação e a dar suporte a programas de obras públicas de Infra-Estrutura, Justiça, Segurança, Pública, Saúde e Educação constantes nos orçamentos anuais e plurianuais do Estado.

Sob o ponto de vista tanto legal, quanto constitucional, o presente projeto de lei, mereceu por parte da douta Comissão de Constituição e Justiça, a necessária apreciação e recebeu o devido parecer favorável.

Convém ressaltar que é extremamente louvável tal iniciativa do Executivo Estadual, pois visa evitar solução de continuidade na ação administrativa do governo, se faça ele tanto na área da administração direta, como na área da administração indireta.

Quanto ao aspecto financeiro que cabe a esta Comissão

de Finanças analisar, consideramos os seguintes aspectos:

1º — O Projeto de Lei prevê em seu artigo 2º que para a garantia do principal e acessórios, poderá o Poder Executivo fazer uso de parcelas do Fundo de Participação de vigência dos contratos de financiamentos autorizados por esta Lei ;

2º — Em seu artigo 3º, o Projeto de Lei prevê que o Poder Executivo consignará nos orçamentos anual e plurianual do estado, durante o prazo estabelecido para os financiamentos, as dotações necessárias para a amortização do principal e acessórios resultantes do cumprimento desta lei;

Vemos que o projeto de lei, traz, já, a necessária previsão de recursos orçamentários para a devida cobertura dos financiamentos. Como não encontramos nenhum óbice à sua tramitação, manifestamos o nosso parecer FAVORÁVEL. Portanto, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07 de novembro de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI — Presidente e Relator

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Para discutir, senhor presidente?

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Para discutir, concedo a palavra do senhor deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Senhor presidente, senhores deputados. Por ocasião da votação do pedido de regime de urgência feito pelo deputado Nilso Sguarezi, na condição de diligente líder do governo nesta Casa, sua excelência comprometeu-se com o plenário em trazer aos conhecimentos da Assembléia Legislativa a relação de obras que seriam construídas com os recursos que o governo do estado pretende obter junto à Caixa Econômica Federal, no valor de um milhão de ORTN's e empréstimo direto e mais dois milhões de ORTN's através de avais que o Poder Executivo concederá para entidades de administração indireta deste Estado.

Naquela ocasião afirmávamos que votaríamos favoravelmente, ao contrário do que sempre procedeu a bancada do PMDB nesta Casa, que votou sistematicamente contra quaisquer pedidos de empréstimos internos ou externos, para que os governos anteriores pudessem realizar o seu plano de obras.

Assim sendo, consulto vossa excelência se no bojo deste processo, deste projeto de lei, existe a relação das obras que serão construídas com empréstimo que o governo José Richa pretende obter para endividar ainda mais o Estado do Paraná.

Se realmente há uma relação de obras, ou se somente existe o enunciado da lei, onde se pretende aplicar em serviços de infra-estrutura, de Justiça, de Segurança e de Saúde Pública, sonhando, entretanto, ao conhecimento deste Poder e da opinião pública do Paraná, a possibilidade de saber onde serão aplicados os recursos advindos de mais um empréstimo que o Governo José Richa pretende obter para o nosso Estado.

Esta é a consulta que formulei a vossa excelência, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa pede escusas ao orador e solicita que repita a consulta porque me passou despercebida.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — O líder do governo nesta Assembléia prometeu trazer, em caráter oficial, ao Poder Legislativo, as informações de quais obras seriam construídas no Estado do Paraná, com um empréstimo da ordem de 15 bilhões de cruzeiros, que o governo José Richa pretende obter junto à Caixa Econômica Federal, através do FAS. Recursos do Governo Federal que o PMDB permanentemente critica nesta Casa. Consulto à Mesa se existe esta relação, ou se o líder do governo não pode cumprir com a promessa que fez a esta Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa lamenta não poder satisfazer e dar a resposta que vossa excelência solicita, por quanto somente o líder do governo poderia fornecê-la.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela ordem) Vossa excelência poderia ter recebido oficialmente e ter mandando entranhar no bojo do projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A presidência não recebeu nada. Está em discussão. Em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela ordem) Desejo declarar que a bancada do PDS vota contra este pedido de empréstimo, tendo em vista que são mais 15 bilhões de cruzeiros que não se sabe onde será aplicado no Estado do Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está em votação o Projeto de Lei 174/83. — Aprovado.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 178/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem nº 120/83), que altera dispositivos da Lei nº 7.051, de 04/12/78, que dispõe sobre a Estrutura da Receita do Estado - CRE, e dá outras providências. Com parecer FAVORÁVEL e EMENDA da CCJ e pareceres FAVORÁVEIS da CF e CRH, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

#### PROJETO DE LEI Nº 178/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1º — Ao funcionário ocupante de cargo da estrutura do Grupo Ocupacional TAF, que hover completado a condição temporal prevista para a aposentadoria voluntária, fica assegurada a incorporação aos seus proventos, da média aritmética das quotas produzidas nos últimos 3 (três) meses, desde que protocolize o pedido no prazo de 60 (sessenta) dias da publicação da presente lei.

Art. 2º — Ao funcionário estável, ocupante do cargo da estrutura do Grupo Ocupacional TAF, que, na data desta lei, preencher os requisitos dos artigos 6º, 7º e 8º da Lei nº 7.051, de 04 de dezembro de 1978, será assegurado enquadramento nas classes de AF-1-A, AF-2-A e AF-3-A, respectivamente.

Art. 3º — As vagas existentes, por ocasião da publicação da presente lei, bem como as originadas pelo disposto nos artigos 1º e 2º precedentes, serão providas mediante promoção a ser efetuada em caráter excepcional,

independentemente do cumprimento dos critérios estabelecidos nos artigos 54 e 60 da Lei nº 7.051, de 4 de dezembro de 1978, na forma a ser estabelecida por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º — os artigos 7º, 8º e 9º e seu § 4º, o artigo 76 e seu parágrafo único, o parágrafo único do artigo 99 e o artigo 122 da Lei nº 7.051, de 4 de dezembro de 1978, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º — A série de classes de Agente Fiscal 2 (AF-2), privativa de quem possua grau universitário completo, é composta de três (3) classes, com a seguinte simbologia:

- I — AF.2-A;
- II — AF.2-B;
- III — AF.2-C.

Art. 8º — A série de classes de Agente Fiscal 3 (AF-3), privativa de quem possua escolaridade de segundo (2º) grau completo, é composta de três (3) classes, com a seguinte simbologia:

- I — AF.3-A;
- II — AF.3-B;
- III — AF.3-C.

Art. 9º — Ressalvado o disposto no artigo 5º, item IV, artigo 131 e demais disposições aplicáveis à série de classes de AF-4, o Grupo Ocupacional TAF é constituído de 1.361 cargos, com as seguintes especificações:

- I — 363 cargos da série de classes AF-1, com atribuições referentes às atividades de tributação, fiscalização e arrecadação, de grande e média complexidade, a nível de execução, inclusive encargos de gerência, chefia ou assessoramento, análise e estudos econômico-tributário;
- II — 634 cargos da série de classes AF-2, com atribuições referentes às atividades de tributação, fiscalização e arrecadação, de complexidade média e a nível de execução, inclusive assessoramento intermediário e chefias de Postos Fiscais e Agências de Rendias;
- III — 364 cargos da série de classes AF-3, de atividades relacionadas com a tributação, fiscalização e arrecadação, de complexidade mais simples.

§ 4º — O detalhamento das atribuições dos cargos descritos nos itens I, II e III deste artigo será feito por ato do Poder Executivo.

Art. 76 — O cálculo para a integração do prêmio de produtividade na aposentadoria será feito com base na média aritmética dos valores percebidos a título de quotas, no período compreendido entre o terceiro (3º) mês anterior ao preenchimento da condição temporal até o mês anterior à protocolização do pedido de aposentadoria.

Parágrafo único — Para o funcionário que, após a vigência desta lei, tiver tempo de serviço acrescido e com ele completar a condição temporal para a aposentadoria, o prêmio de produtividade de que trata este artigo será calculado com base na média aritmética dos valores percebidos no período compreendido entre o terceiro (3º) mês anterior à data de averbação que lhe assegurar o direito, até o mês anterior à protocolização do pedido de aposentadoria.

Art. 99 — ...

Parágrafo único — Nas hipóteses deste artigo, o pagamento do prêmio de produtividade será atribuído com base na média aritmética dos percentuais de quotas produzidas nos três (03) meses anteriores à data do afastamento, a qual não poderá ser inferior à média dos valores percebidos, que serão reajustados sempre que houver alteração nas tabelas de vencimento do funcionalismo público estadual,

e a gratificação de 2/3 (dois terços), do “quantum” do vencimento independerá de média aritmética e acompanhará o respectivo vencimento.

Art. 122 — Os funcionários da CRE, circunscritos à hipótese do item I do artigo 121, farão jus à percepção das vantagens de exercício, definidas no § 2º do artigo 44, calculadas com base no vencimento do cargo efetivo da estrutura da CRE, a que tiver direito; e aqueles circunscritos à hipótese do item II, calculadas com base no vencimento do cargo em comissão, ressalvada a hipótese de opção pelo cargo efetivo”.

Parágrafo único — A nova redação dos artigos 7º e 8º da Lei nº 7.051, de 04 de dezembro de 1978, dada por este artigo, vigorará somente após o cumprimento das formalidades previstas nos artigos 2º e 3º da presente lei, respeitada a situação dos atuais ocupantes dentro das respectivas séries de classes, que, todavia, ficarão sujeitos ao grau de escolaridade quanto aos acessos futuros.

Art. 5º — No primeiro concurso que se realizar após a vigência desta lei, para provimento de cargos de classe inicial da série de classes de Agente Fiscal-3, 20% (vinte por cento) das vagas serão reservadas para acesso.

§ 1º — Poderão concorrer ao acesso de que trata este artigo os atuais servidores de órgãos da administração direta, integrantes da Secretaria das Finanças, que detinham essa condição em 1º de janeiro de 1983, seja qual for o seu regime jurídico, desde que possuam a escolaridade exigida pelo artigo 8º da Lei nº 7.051, de 04 de dezembro de 1978, com a redação dada por esta lei.

§ 2º — Para os fins deste artigo:

I — não se aplica o disposto nos artigos 88 a 95 da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, e 68 a 70 da Lei nº 7.051, de 4 de dezembro de 1978;

II — os servidores candidatos ao acesso submeter-se-ão ao referido concurso público, em igualdade de condições com os demais candidatos, inclusive quanto à inscrição, mas serão classificados em listas separadas;

§ 3º — Se o número de aprovados e classificados na lista de candidatos ao acesso for insuficiente para o preenchimento, as vagas remanescentes reverterão para a lista geral.

§ 4º — Os candidatos ao acesso que lograrem aprovação, mas excederem ao quantitativo de vagas a eles destinados, serão colocados na lista geral, observada a ordem de classificação.

Art. 6º — Fica criado na estrutura da Coordenação da Receita do Estado (CRE) um (1) cargo, de provimento em comissão, de Delegado Regional da Receita, Categoria “D”.

Art. 7º — Ficam revogados os §§ 1º e 2º do artigo 21, o artigo 50 e seus parágrafos, bem como o Anexo V, todos da Lei nº 7.051, de 04 de dezembro de 1978, e demais disposições em contrário.

Art. 8º — Ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 4º — a presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 178/83

O presente Plano de Lei, encaminhado a esta augusta Casa de Leis por sua excelência o sr. governador do Estado, através da Mensagem nº 120/83, objetiva alterar dispositivos da Lei nº 7051, de 04 de dezembro de 1978, dispondo sobre a estrutura e organização da Coordenação da Receita do Estado, adotando também outras providências referentes aos funcionários integrantes do Grupo Ocupacional Tributação, Arrecadação e Fiscalização (TAF).

Colhe-se dos termos da justificativa palaciana que a medida em exame é o resultado de estudo conjunto das Secretarias de Estado das Finanças, do Planejamento e de Recursos Humanos, visando aprimorar o mecanismo arrecadador do Estado do Paraná.

A proposta governamental, sensível à necessidade de se corrigirem distorções existentes nos citados organismos e de se promover a equiparação promocional aos demais órgãos estaduais, oferece neste Projeto o instrumento hábil para se atingir tal objetivo.

Enseja ainda a proposição uma melhor seleção de pessoal, ao exigir maior escolaridade para galgar postos de gerência e administração, a que são atribuídas tarefas de maior complexidade, proporcionando, assim, aos servidores a devida profissionalização e oportunidade de ascensão na carreira.

Formalmente, a matéria apresenta-se irretocável situando-se seu objetivo objeto na esfera de atuação do Poder Executivo, inexistindo, dessa forma, nenhum óbice à aprovação do presente Projeto de Lei.

O parecer é, pois, favorável ao Projeto, com a emenda ao artigo 2º, que em anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de outubro de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Presidente

HERMAS BRANDÃO - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Emenda ao Projeto de Lei nº 178/83.

O Art. 2º passa a ter a seguinte redação.

Art. 2º. — Ao funcionário estável, ocupante do cargo da estrutura do Grupo Ocupacional "TAF", que, até 31 de janeiro de 1984, preencher os requisitos dos artigos 6º, 7º e 8º da Lei nº 7051, de 04 de dezembro de 1978, será assegurado enquadramento nas classes de AF. 1-A, AF. 2-A e AF. 3-A, respectivamente.

Parágrafo Único — O funcionário enquadrado na Classe AF. 2-A, que esteja cumprindo estágio probatório terá seu enquadramento efetivado na Classe AF-1 — A se preencher os requisitos do artigo 6º da Lei nº 7051 de 04 de dezembro de 1978, ao adquirir a condição de estável.

Sala das Comissões, em 25 de outubro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR -

Presidente e Relator.

#### COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei nº 178/83

Oriundo de Mensagem Governamental o presente Projeto de Lei tem por finalidades alterar dispositivos da Lei nº 7.051 de 04.12.78, que dispõe sobre a estrutura e organização da Coordenação da Receita do Estado — CRE — bem como adotar outras providências pertinentes aos funcionários integrantes do grupo Ocupacional Tributação, Arrecadação e Fiscalização (TAF).

Sobre o Projeto houve o pronunciamento favorável das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

No âmbito desta Comissão de Recursos Humanos, chamada a opinar sobre o mérito da matéria, temos que de acordo com a justificativa apresentada pelo Chefe do Poder Executivo, na Mensagem nº 120/83 que encaminhou o Projeto à apreciação desta Casa, a Proposição visa atender a reivindicação do funcionalismo do órgão arrecador

do Estado, bem como aprimorar o mecanismo fisco arrecadador pertinente ao regime jurídico destes mesmos servidores.

O projeto está devidamente justificado, e portanto em condições de ser apreciado por esta Casa com a Emenda apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Assim o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) ODENI MONGRUEL — Presidente e Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei nº 178/83

1 — O sr. governador do Estado, envia ao Poder Legislativo a Mensagem Governamental nº 120/83, que pretende introduzir modificações em dispositivos da Lei nº 7051, que dispõe sobre a Estrutura da Coordenação da Receita do Estado (CRE), adotando, ainda, medidas pertinentes ao funcionalismo integrante do Grupo Ocupacional Tributação, Arrecadação e Fiscalização (TAF).

2 — Examinando pela Comissão de Constituição e Justiça, recebeu parecer favorável, pela sua irretocabilidade quanto ao aspecto formal, sendo adicionada, por aquela Comissão, emenda modificativa ao artigo 2º, do Projeto de Lei.

3 — Encontra-se o procedimento, sob regime de urgência, reiteradamente requerido e com a aprovação do plenário desta Casa de Leis.

4 — No que concerne à competência de exame reservada a esta Comissão de Finanças, ressalvado o incontestável mérito, somos que merece a aprovação desta Assembléia, anotando-se entretanto a não previsão no bojo do Projeto, de como fluirão e à que conta, as despesas correrão antes do instrumento a ser aprovado.

5 — Salvo a observação alinhada no item 4 desta nossa manifestação, exaramos nosso parecer favorável ao Projeto e à Emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 07 de novembro de 1983.

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente

HOMERO OGUIDO — Relator

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos srs. deputados Nilso Sguarezi e Luiz Alberto Oliveira, líderes do PMDB e PDS, com apoio de diversos srs. deputados, constante do expediente, solicitando a suspensão do Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 178/83, bem como sua consequente retirada da Ordem do Dia de 16 de novembro, 5 (cinco) sessões, a fim de melhor adequar as disposições ali contidas. — **Aprovado.**

Fica portanto, suspenso o Regime de Urgência, bem como a retirada da Ordem do Dia por cinco sessões, do Projeto de Lei nº 178/83.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 187/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem nº 121/83), que altera dispositivos da Lei nº 7547, de 10/12/81, que dispõe sobre estrutura do Quadro do Pessoal do Tribunal de Justiça e dá outras providências. Com parecer e Emenda FAVORÁVEL da CCJ, e pareceres FAVORÁVEIS da CRH e CF, por unanimidade.

#### PROJETO DE LEI Nº 187/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica transformado o cargo de provimento

em comissão de chefe do Cerimonial, símbolo DAS-5, em supervisor do Centro de Processamento de Dados, com o mesmo símbolo, passando a integrar a Tabela I, do Anexo I, do Anexo da Lei nº 7.547/81.

Art. 2º — Ficam extintos os cargos de provimento em comissão de eletrotécnico, símbolo 3-C; de supervisor de Transporte e Manutenção, símbolo 3-C e de zelador, símbolo 4-C, previstos nas Tabelas I, dos Anexos III, II e IV, da Lei nº 7.547/81.

Art. 3º — Os cargos de secretário jurídico de desembargador, constantes da Tabela I, do Anexo I, da Lei nº 7.547/81, passam a denominar-se secretário de desembargador.

Art. 4º — Os cargos de provimento em comissão de diretor de departamento, diretor de gabinete do presidente e de secretário do presidente, previstos na Tabela I, do Anexo I, da Lei nº 7.547/81, passam a ter a simbologia constante do Anexo desta lei.

Parágrafo único — O cargo de supervisor da assessoria de recursos, previsto na Tabela I, do Anexo I, da Lei nº 7.547/81, passa a denominar-se diretor de assessoria de recursos, com a simbologia constante do anexo desta lei.

Art. 5º — Fica transformado um cargo de provimento efetivo de desenhista, nível PJ-TJ-8, em um cargo de provimento efetivo de arquiteto de nível PJ-TJ-5, ficando resguardado ao ocupante daquele cargo o direito de optar pelo novo, no prazo de trinta (30) dias, desde que comprove ter o nível profissional exigido para o mesmo.

Art. 6º — Os cargos de provimento em comissão de assessor judiciário, assessor patrimonial, assessor econômico e financeiro, assessor jurídico-administrativo, e assessor especial, do presidente, constantes da Tabela I, do Anexo II, da Lei nº 7.547/81, passam a integrar a Tabela I, do Anexo I, da mesma lei, com a simbologia DAS-5.

Art. 7º — O art. 14, da Lei nº 7.547/81, passa a ter um parágrafo único, com a seguinte redação:

Parágrafo único. Os vencimentos do extinto cargo isolado de provimento efetivo de diretor secretário do Tribunal de Justiça ficam fixados de acordo com a Tabela E, do Anexo V, da Lei nº 25, de 23 de abril de 1963, no seu valor atual correspondente que será reajustado na mesma proporção e oportunidade em que o forem os do funcionalismo em geral”.

Art. 8º — Fica incluída na Tabela III, do Anexo VI, da Lei nº 7.547/81, a gratificação de produtividade correspondente a Programador de Computador, no valor de Cr\$ 47.338,00.

Art. 9º — A vantagem prevista ao art. 4º, da Lei nº 7.547/81, será atribuída em dobro aos ocupantes de cargo de assessor jurídico, em face da incompatibilidade com o exercício da advocacia, prevista no art. 82, da Lei nº 4.215, de 27/04/1963.

Art. 10 — A vantagem de que trata o parágrafo único do art. 12, da Lei nº 7.547/81, integrará os proventos de inatividade dos seus beneficiários.

Art. 11 — Fica extinta a gratificação de função de chefe de setor prevista na Tabela II, do Anexo VI, da Lei nº 7.547/81.

Art. 12 — Fica suprimida do art. 12, da Lei nº 7.547/81, a alínea C, do inciso II.

Art. 13 — Os níveis 4, 5, 6, 7 e 13 da Tabela XII, do Decreto nº 1.165 de 08 de junho de 1983, passam a ter os seus valores idênticos àqueles constantes da Tabela XIV, do mesmo Decreto, referente ao pessoal efetivo da Assembléia Legislativa e Tribunal de Contas.

Art. 14 — Os cargos de provimento efetivo de Assistente de Administração e de Economista nível PJ-TJ-5 e 6, existentes na Tabela II, do Anexo I, da Lei nº 7.547/81, passam a ser, respectivamente, níveis PJ-TJ-4 e 5.

Art. 15 — Fica revogada a Lei nº 6.508, de 13 de dezembro de 1973, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 4.766, de 14/12/73, na parte pertinente ao Pessoal Suplementar do Poder Judiciário.

#### EMENDA Nº 1

AO PROJETO DE LEI Nº 187/83.

Inclua-se onde couber:

Art. 1º — O Quadro de Pessoal efetivo da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado, passa a ser o constante do Anexo I, da presente Lei

Art. 2º — A denominação e classificação dos cargos — o grupo ocupacional a que pertencem, bem como a respectivas séries de classes, passam a ser as constantes dos Anexos II, III, IV e V.

Art. 3º — Os atuais ocupantes do cargo de Consultor Legislativo “A”, ficam classificados no cargo de Consultor Legislativo CL-1, Classe A — Referência I;

I - os ocupantes dos cargos de Consultor Legislativo “B” e “C” Consultor Administrativo “A” e Secretário de Comissão “A”, ficam classificados no cargo de Consultor Legislativo CL-I — Classe B — Referência I;

II - os ocupantes dos cargos de Consultor Administrativo “B”, Secretário de Comissão “B e C”, ficam classificados no cargo de Consultor Legislativo CL-I Classe C — Referência I;

III - os ocupantes dos cargos de Assessor Legislativo “A” e “B”, Assessor Administrativo “A” e “B” e Assistente de Comissão “A” e “B”, ficam classificados no cargo de Consultor Legislativo CL-I — Classe D — Referência I;

Art. 4º — Os atuais ocupantes do cargo de Médico e Dentistas, ficam classificados da seguinte forma, e nos termos do Anexo III.

I - os ocupantes do cargo de Médico “A”, ficam classificados no cargo de Médico I — Classe A — Referência I;

II - os ocupantes do cargo de Médico “B”, ficam classificados no cargo de Médico I — Classe B — Referência I;

III - os ocupantes do cargo de Médico “C”, ficam classificados no cargo de Médico I — Classe C — Referência I;

IV - os ocupantes do cargo de Dentista “A”, ficam classificados no cargo de Dentista I — Classe A — Referência I;

V - os ocupantes do cargo de Dentista “B”, ficam classificados no cargo de Dentista I — Classe B — Referência I.

Art. 5º — os atuais ocupantes dos cargos de Taquígrafo “A” e “B”, ficam classificados nos cargos de Taquígrafo TA-3 — Classes A e B — Referência I, respectivamente os ocupantes do cargo de Auxiliar de Comissão, ficam classificados no cargo de Auxiliar de Comissão AC-3 — Classe A Referência I, nos termos do Anexo IV.

Art. 6º — Os atuais ocupantes dos cargos de Oficial Legislativo “A”, “B”, “C” e “D”, ficam classificados nos cargos de Oficial Legislativo OL — 4 — Classe A, B, C e D — Referência I, respectivamente nos termos do Anexo V.

Art. 7º — Os atuais ocupantes dos cargos de secretário de Comissão “A”, sem formação universitária permanecerão nesta situação com seus vencimentos calculados na Classe — C — Referência I — de Consultor Legislativo, extinguindo-se

os respectivos cargos ao vagarem

Art. 8º — Os vencimentos dos funcionários da Assembléia serão fixados para cada Classe com base no vencimento do cargo de Consultor Legislativo CL-1 - Classe A, Referência I, observando os índices percentuais estabelecidos na Tabela de Escalonamento Vertical contida no Anexo I, desta Lei.

Parágrafo único. O vencimento mensal do cargo de Consultor Legislativo CL-1 Classe A, Referência I, é fixado em Cr\$ 241.479,00 (duzentos e quarenta e um mil, quatrocentos e setenta e nove cruzeiros).

Art. 9º — O funcionário promovido horizontalmente perceberá um acréscimo no vencimento nos seguintes percentuais: 2% (dois por cento) na referência II, 4% (quatro por cento) na referência III e 6% (seis por cento) na referência IV, calculados sobre o valor do vencimento mensal do Cargo de Consultor Legislativo CL-1, Classe A, Referência I.

Art. 10 — A elevação do funcionário à referência ou à Classe imediatamente superior àquela a que pertencer, dentro da mesma série de Classe, bem como o ingresso na inicial, será regulamentada por Resolução, obedecidos os critérios de tempo de serviço, formação profissional e desempenho funcional, que será apresentada no prazo máximo de 30 (trinta) dias da publicação da presente lei.

Parágrafo único. Abrir-se-á concurso público para provimento dos eventuais cargos remanescentes, somente após a classificação dos funcionários que preencham os requisitos deste artigo.

Art. 11 — A Comissão Executiva promoverá por Decreto Legislativo, dentro de 30 (trinta) dias, o enquadramento dos funcionários efetivos do Quadro de Pessoal, à sistemática ora instituída, na forma do disposto nesta lei.

Art. 12 — Ficam transformados 30 (trinta) cargos vagos de Consultor Legislativo CL-1 - Classe A, Referência I, em 13 (treze) cargos de Procurador, com vencimentos fixados no percentual de 130% (cento e trinta por cento) do valor fixado no parágrafo único do art. 8º.

Parágrafo único. Os cargos criados por este artigo serão preenchidos pelos funcionários classificados no cargo de Consultor Legislativo CL-1, Classe A.

Art. 13 — Ficam criados no Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa, seis (06) cargos de Jornalistas-2, Classe A - Referência I e quatro (04) cargos de Redator-2 Classe A - Referência I, a serem preenchidos por concurso público.

Art. 14 — Ficam criados dez (10) cargos de Técnico Legislativo TL-3, Classe A, Referência I, a serem preenchidos por funcionários efetivos do Poder Legislativo, portadores de Diploma de Cursos Técnicos de Segundo Grau.

Art. 15 — Ficam criados seis (06) cargos de Taquígrafos T-4, Classe B, referência I, a serem preenchidos por concurso público.

Art. 16 — Ficam extintos três (03) cargos vagos de Médico "C", nível 6, trinta (30) cargos de Oficial Legislativo "C" nível 13 e nove (09) cargos de Oficial Legislativo "D", nível 14.

Art. 17 — Os dispositivos desta lei aplicam-se ao Pessoal Inativo, cujo enquadramento será efetuado através de Decreto Legislativo.

Art. 18 — Ficam mantidos os requisitos e condições estabelecidas para o provimento de cargos em Comissão do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa.

Art. 19 — O funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa que tenha exercido ou venha a exercer mandato legislativo estadual, será enquadrado no cargo de Procurador criado pelo Art. 12, desta lei.

Sala das Comissões, em 25 de outubro de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 187/83

PARECER:

Oriundo de Mensagem Governamental, vem a exame desta Comissão o presente projeto de lei que intenciona proceder alterações no quadro do Tribunal de Justiça do Estado.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, deixa de apreciar o mérito da iniciativa, por entender que a medida justifica-se por si só, vez que, parte do Tribunal de Justiça a solicitação enviada pelo sr. governador do Estado.

Nota-se perfeitamente que o projeto preenche os requisitos legais exigíveis para sua normal tramitação, não conflitando com o dispositivo legal ou constitucional que se lhe possa antepor.

De outra parte, a necessidade de ajustamento de quadros de pessoal não cinge-se à esfera de competência do Tribunal de Justiça, mas também a vários outros órgãos e poderes do Estado, notadamente o da Assembléia Legislativa, que está a merecer urgentes adequações à sua nova realidade administrativa.

Desta forma não podemos deixar de aproveitar esta oportunidade para, na qualidade de membro do Poder Legislativo, oferece ao projeto a emenda anexa, que achamos virá de encontro às reais necessidades administrativas e funcionais da Assembléia Legislativa.

Assim, somos favoráveis ao projeto, com a emenda oferecida.

Sala das Comissões, em 25 de outubro de 1983

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

Presidente

HOMERO OGUIDO — Relator

# COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS PROJETO DE LEI Nº 187/83

PARECER:

O Poder Executivo, com a mensagem nº 121/83, encaminha anteprojeto de lei que objetiva alterar dispositivos da lei nº 7547, de 1º de dezembro de 1981, que dispõe sobre a estrutura do Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça do Estado e dá outras providências.

Na justificativa, o sr. governador noticia que o anteprojeto de lei submetido a esta Casa é formulado em razão de manifestação da presidência do Tribunal de Justiça do Estado, esclarecendo detalhadamente a necessidade, oportunidade e alto significado de que está revestida a proposição.

A Comissão de Constituição e Justiça, em minucioso pronunciamento, opinou favoravelmente, aproveitando a oportunidade para apresentar uma emenda adequando com essa medida o Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado.

Por sua vez, a Comissão de Finanças, analisando cuidadosamente o aspecto financeiro, conclui favoravelmente a matéria.

Esta Comissão de Recursos Humanos, sensível a toda e qualquer iniciativa destinada a melhorar as condições estruturais e financeiras do funcionalismo público estadual, desde que amparada na ordem administrativa e no direito, sente-se à vontade para aprovar o projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) ODENI MONGRUEL — Presidente

ACIR MEZZADRI — Relator

# COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 187/83

**PARECER:**

O plano de lei em estudo, encaminhado a esta Casa pelo sr. governador do Estado, teve sua origem em proposta do desembargador Presidente do Tribunal de Justiça. Tem por escopo alterar dispositivos da lei n.º 7547, de 10/12/81, que dispõe sobre a estrutura do Pessoal do Tribunal de Justiça e dá outras providências.

Ao anteprojeto foi apresentada emenda pela douta Comissão de Constituição e Justiça, para possibilitar melhores condições aos funcionários desta Casa. Além deste aspecto, cabe ressaltar que mesmo com a aplicação das normas previstas, os gastos com pessoal desta Assembléia Legislativa ficariam em valores mensais ainda muito aquém dos que serão efetuados por congêneres com menor número de parlamentares.

Enfim, analisando as iniciativas, conforme as atribuições definidas a esta Comissão, observamos que são viáveis no aspecto financeiro, sendo, conseqüentemente, favorável o parecer.

Sala das Comissões, em 07 de novembro de 1983.

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente  
EZEQUIAS LOSSO — Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do sr. deputado Nilso Sguarezi, com apoio de diversos srs. deputados, constante do expediente, solicitando a retirada por 72 horas, do Projeto de Lei n.º 187/83, que trata sobre a estrutura do Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça e dá outras providências, a fim de melhor equacionar os dispositivos nele contidos. — **Aprovado.**

D. Fica portanto, retirado por 72 horas o Projeto de Lei n.º 187/83.

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição n.º 113/83, VETO APOSTO ao Projeto de Lei n.º 12/83, de autoria do deputado FUAD NACLI, que estabelece redução sobre multas, juros e correção incidentes aos inscritos no Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná e na Carteira de Pensões dos Serventuários da Justiça, conforme especifica. Com Parecer Favorável da C.C.J., dando em condições de ser apreciado pelo plenário, por unanimidade. — Em discussão.

**PROPOSIÇÃO N.º 113/83**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º — Aos inscritos no Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE e na carteira de Pensões dos Serventuários da Justiça — CPSJ, que se encontrarem em atraso com suas contribuições, será concedida a redução sobre multa, juros e correção monetária incidentes, nas seguintes condições:

I — Redução de 90% (noventa por cento) aos que saldarem seus débitos dentro de 60 (sessenta) dias contados da publicação desta lei.

II — redução de 70% (setenta por cento) aos que saldarem seus débitos dentro de 90 (noventa) dias contados da publicação desta lei; e,

III — redução de 50% (cinquenta por cento) aos que saldarem seus débitos dentro de 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação desta lei.

Art. 2.º — Esta lei não beneficiará aqueles serventuários que já utilizaram das anistias anteriores concedidas pelas leis n.ºs 7210, de 17/10/79 e 7498, de 01/10/81.

Art. 3.º — O IPE expedirá, em 15 (quinze) dias, as instruções complementares que se fizerem necessárias à execução desta lei.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,

Palácio "XIX de Dezembro", em 01/09/83.

(aa) TRAJABO BASTOS — Presidente  
GERNOTE KIRINUS — 1.º SECRETÁRIO  
FRANCISCO ESCORSIN — 2.º SECRETÁRIO

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROPOSIÇÃO N.º 113/83**

**P A R E C E R:**

A proposição n.º 113/83, trata do veto do exm.º sr. governador do Estado ao projeto de lei n.º 12/83, que pretendia a redução da multas devidas à contribuição em atraso para com o IPE e CPSJ.

O governador, usou de suas prerrogativas constitucionais, dentro do prazo hábil, estando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 18/10/83

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente  
ANIBAL KHURY — Relator

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Para discutir) — Sr. presidente, solicito que seja fornecido o projeto, a fim de encaminhar.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Chegará às mãos de vossa excelência.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. presidente, srs. deputados, é lamentável tomar conhecimento do veto apostado a um projeto de suma importância, um projeto feito com justiça, de diga-se de passagem, depois de entendimento mantido nesta Casa com a liderança do governo, o projeto vem vetado do Poder Executivo.

Trata-se, sr. presidente, srs. deputados, de um projeto de lei que concede anistia sobre multa e correção monetária dos serventuários em débito com o IPE, e por que esta anistia?

Srs. deputados, antigamente a contribuição para com o IPE era opcional na parte de assistência médica e obrigatória parte de pensão, depois veio a alteração, tornando como obrigatória a contribuição total em 10 por cento, dando direito de que o serventuário também recebesse assistência pelo IPE, não sendo mais opcional e muitos serventuários que já se encontravam em atraso não tiveram mais condições de atualizar e deverão pagar hoje multa e correção monetária sobre um benefício que nunca receberam.

Fiz o cálculo de um pequeno distrito e apresentei na época ao líder do governo, nesta Casa, e por sinal um distrito na sua região para facilitar, cujo serventuário tinha um débito de 90 e poucos mil e feita a correção de juros e correção monetária, foi a 891 mil cruzeiros.

Um cartório distrital, que tem renda inferior a 100 mil cruzeiros, não terá condições nunca, de quitar.

E acontece o que vem acontecendo junto ao IPE. Como o serventuário é de cartório extrajudicial, ele não recolhe e não tem como o IPE cobrar, vai ficando este débito. E quando falece o serventuário, a viúva, para se habilitar àquela pensão, começa a pagar aquele débito com juros e correção monetária. E só depois de quitado, é que ela pode usar dos benefícios da pensão. Mas nisto que ela vai pagar, está oncluída a assistência médica que sua família nunca recebeu.

Nós tivemos a oportunidade, tão logo foi aprovado nesta Casa, este projeto de lei apresentado pelo eminente deputado Fuad Nacli, copiado de um projeto já por ele apresentado anteriormente e que não teve divulgação por parte do IPE, para que os serventuários tomassem conhecimento.

É como tinha um prazo e este prazo passou e os serventuários não habilitados — inclusive um projeto do ex-deputado nesta Casa, Fabiano Braga Côrtes; porque esta anistia dá um prazo de 60 dias concedendo a redução sobre multas e correção monetária de 90 por cento. De 90 dias, com 70 por cento; de 120 dias, com a redução de 50 por cento.

Na tramitação deste projeto, e quando houve o entendimento, o eminente líder do governo propôs, para que não houvesse imoralidade, como tinha duas leis já aprovadas, todo serventuário que houvesse se beneficiado desta lei anterior não poderia se beneficiar desta atual. E por isto apresentou uma emenda no seguinte teor:

“Esta lei não beneficiará aqueles serventuários que já utilizaram das anistias anteriores, concedidas pelas Leis números 7210, de 17/10/79; e 7.498, de 1/10/81. 01/10/81”.

Aprovado por unanimidade, foi encaminhado à sanção do governo; quando eu soube que se preparava o veto, depois de ouvido o IPE, uma informação do sr. superintendente do IPE, contrário porque não havia estudado a matéria, eu fui às pressas procurar o superintendente, e disse que esteve nesta Casa o Diretor Geral do IPE e que houve um entendimento para a aprovação; e com a justificativa, cujo Superintendente sensibilizado, foi pessoalmente ao Palácio, para pedir que fosse sancionado o projeto de lei; mas a informação que ele recebeu é que o veto já estava preparado e que seria votado. E aqui está a apreciação, numa matéria estudada pela Comissão de Justiça, aprovada por unanimidade desta Casa, e que agora vem vetada sem qualquer justificativa.

Nós vamos votar com o projeto, contrários ao veto. Sabemos da impossibilidade de êxito, porque precisa 2/3 para derrubada do veto e para que fosse mantido este projeto. Mas eu espero que o governo reestude esta matéria, não para beneficiar o serventuário, mas para feneficiar futuramente as viúvas que terão que arcar com a contribuição injusta daquilo que não receberam. Para que o IPE possa atualizar sua carteira, que vinha sendo mal aplicado o recurso, cujos recursos do serventuário insuficiente até para pagar a pensão. Porque não existia e não existe ainda, um cálculo salarial que possibilite comprovar a arrecadação e a contribuição. E o que aconteceu, sabendo desta pensão irrisória que recebia o serventuário, com o criado COMPLEVE — Carteira Complementar, para poder garantir um futuro mais seguro, para aquele que trabalha, que cuida das famílias brasileiras, desde o nascimento, do registro de nascimento, com as escrituras, com os inventários, com as certidões de óbito. Tendo todo o zelo e todo o carinho. E quase todos chegam à compulsória porque não podiam se aposentar. Não podiam se aposentar porque sua aposentadoria era tão irrisória que não tinha condições de sobrevivência. Quantos serventuários, aqui em Curitiba, antes da aprovação da lei do COMPLEVE, Carteira Complementar de Previdência, vinham pedir ajuda para complementar o aluguel, que não era suficiente, já estavam aposentados, e não tinham condições de sobrevivência.

Por isso, eu faço aqui um apelo ao nobre líder do governo, que depois de entrar em contato com o superintendente do IPE, que está favorável à aprovação do projeto, eu pessoalmente conversei com ele, que ache uma maneira de solucionar a questão.

Eu não vou apresentar mais o projeto, porque eu sei que o serventuário também não vai contribuir, porque sabe da injustiça e da ilegalidade.

O Sr. Fuad Nacli — Vossa excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Eu não gostaria de encaminhar a votação a este projeto, porque nós que somos um autor da segunda proposição deste projeto, e como foi bem divulgado nesta Casa, hoje o líder do governo teve conhecimento de sua bancada, e nós quando propusemos este projeto, foi dentro de um critério que nós procuramos as duas bancadas para que desse o benefício, bem como vossa excelência disse desta tribuna, aqueles que foram beneficiados, não serão beneficiados por este projeto.

Mas, temos que encarar que este veto é um veto que nós gostaríamos que o líder do governo desse uma satisfação, uma explicação, qual é a razão, qual é o critério, qual é a maneira, se ele concordou na sua bancada, na Comissão foi passada, esta Assembléia votou, só porque é apresentado por um deputado que hoje é PDS, nós aguardamos se a bancada da Oposição não tiver o beneplácito da bancada atual do governo, nós aguardamos que um deputado da atual administração deste governo, que é participativo, mas que é perseguidor, vingativo, que está aí a sua perseguição mesquinha, não só na parte daqueles pequenos cartorários, mas está aí um veto num projeto que não deveria ser vetado.

Mas, nós aguardamos que alguém se hoje não for rejeitado este veto, que alguém que participa deste governo participativo, que faça o projeto, que atenda aquilo que eles prometeram em palanque, que atendam aos humildes cartorários dos pequenos distritos.

Meu obrigado deputado pelo aparte e pela defesa que vossa excelência fez. Eu estava na Mesa e pedi que alguém sentasse para eu encaminhar votação. Não há necessidade de mais explicação.

Gostaria que o líder do governo dissesse por que este veto.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa excelência permite um aparte? (Assentimento). — Se o nobre deputado Fuad Nacli tivesse o cuidado de ler a Ordem do Dia, evidentemente, não necessitaria me interrogar. Porque, a razão do veto está na Ordem do Dia de hoje.

O governador disse que vetou o projeto porque consultado o IPE, o IPE manifestou-se que este projeto é contrário aos interesses do IPE.

Aqui está na Ordem do Dia as razões do veto do senhor governador do Estado.

O deputado que tiver o cuidado de ler a Ordem do Dia, vai estar consciente das razões e que não poderia ser de outra, porque o governador, ao vetar um projeto, está constituído onalmente obrigado a dar as razões do veto.

Portanto, as razões do veto foram essas, eu posso informar a vossa excelência que estão sendo desenvolvidos estudos para ver se resolvem a situação daqueles serventuários que efetivamente desejam contribuir e estão em grande atraso, eu acredito que esses estudos vão acabar no projeto, numa mensagem do próprio Executivo, de uma forma intermediária como essa que foi proposta pelo deputado Fuad Nacli, não há sentido nenhum em torpedear uma iniciativa de um deputado do PDS, porque aqui mesmo, hoje, nós votamos um projeto do deputado Aírton Cordeiro, e eu não concordo então com a afirmativa, de porque a iniciativa partiu de um deputado do PDS, em absoluto. Se um deputado do PDS propuser uma matéria que seja adequada

e que atente aos interesses do Estado, nós aprovaremos.

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço, deputado, não justifica o projeto do deputado Airton Cordeiro, que foi aprovado em 1.<sup>a</sup> Discussão, com ressalva que amanhã será encaminhada e que já vem matéria neste sentido para tornar sem efeito o projeto do deputado Airton Cordeiro.

Mas eu lamento, porque no passado, quando se reunia a liderança e discutia, nunca era informal, era um compromisso assumido e que vinha do Palácio aquele compromisso assumido, e a conversa foi com o Diretor Geral, é o responsável direto por esta Carteira, e essas informações não são corretas, não são corretas porque eu pessoalmente conversei com o superintendente do IPE e ele foi ao Palácio tentar modificá-la, porque não estava bem informado, infelizmente ainda não há um entrosamento para que se toque e dance a mesma música, o desentrosamento é muito grande e por isso a comunidade cada vez mais é sacrificada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Em discussão a Proposição 113/83, encerrada a discussão, em votação.

A Mesa esclarece ao Plenário que conforme o § 3.<sup>o</sup> do art. 28 da Constituição do Estado, será colocado em votação o projeto.

Está em votação o Projeto. Os Srs. deputados que aprovam o projeto, permaneçam como estão.

— Rejeitado o projeto.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela Ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa irá proceder à verificação de votação.

Solicito aos srs. deputados que tomem os seus assentos para que possamos proceder à verificação de votação requerida.

A Mesa esclarece ao Plenário que irá proceder a votação de modo inverso.

Os srs. deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se. (Pausa) Os srs. deputados que rejeitam o projeto, queiram levantar-se. (Pausa) 14 srs. deputados aprovam o projeto; 32 srs. deputados rejeitam. — Está REJEITADO o projeto e MANTIDO o veto.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) Sr.

Presidente. Solicito que se registre, que se faça registrado que a bancada do PDS votou por unanimidade, favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Constará da ata.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.<sup>o</sup> 116/83, VETO aposto ao Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 129/82, de autoria do deputado

ERONDY SILVÉRIO, que autoriza o Poder Executivo a transferir à responsabilidade do DER a estrada que liga a sede do município de Mallet à Barra do Potinga, município de São Mateus do Sul, passando por Faxinal, Palmital e Pontilhão. Com parecer Favorável da C.C.J., dando em condições de ser apreziado pelo Plenário, por uma unanimidade. — Em votação.

#### PROPOSIÇÃO N.<sup>o</sup> 116/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.<sup>o</sup> — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem,

para fins de conservação e manutenção, melhoria e retificação, o trecho da rodovia municipal que liga a sede do município de Mallet à localidade denominada Barra do Potinga, município de São Mateus do Sul, passando por Faxinal, Palmital e Pontilhão.

Art. 2.<sup>o</sup> — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX" de Dezembro, em 21/09/83.

(aa) TRAJANO BASTOS — Presidente

GERNOTE KIRINUS — 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO

FRANCISCO ESCORSIN — 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO N.<sup>o</sup> 116/83

#### PARECER:

A Proposição n.<sup>o</sup> 116/83, refere-se ao Veto aposto ao Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 129/82, que visava transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação, melhoria e retificação, trecho da rodovia municipal que liga a sede do município de Mallet à localidade denominada Barra do Potinga, município de São Mateus do Sul, passando por Faxinal, Palmital e Pontilhão.

O veto ora em discussão foi protocolado nesta Casa em 18 do mês em curso, e em face do estabelecido pelo § 5.<sup>o</sup> do art. 28 da Constituição do Estado do Paraná, está dentro do prazo legal e em condições de ser apreciado.

Sala das Comissões, em 25 de outubro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente

EDMAR COSTA — Relator

REJEITADO o Projeto, MANTIDO o veto.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Solicito verificação de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) A Mesa atende e solicita aos srs. deputados que retomem os seus lugares para que se possa proceder a verificação de votação que será de modo inverso. Os srs. deputados que apoiam o projeto, queiram levantar-se. (Pausa) Os srs. deputados que rejeitam o projeto, queiram levantar-se. (Pausa) 13 srs. deputados aprovam; 33 srs. deputados rejeitam. — Rejeitado o projeto, MANTIDO o veto.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Valdemar Vissotto, ocorrido no dia 10 de novembro do corrente ano, no município de Loanda. — Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da sra. Henaine Tanios Achkar, ocorrido no dia 11 de novembro do corrente ano, no município de Nova Aurora. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. José de Oliveira Pimentel, ocorrido no dia 16 de novembro do corrente ano, no município de Sertaneja. — Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Gemote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 201/83, que altera a estrutura dos serviços administrativos da Assembléia Legislativa. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens

Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário dos Transportes, encarecendo a melhoria na estrada de rodagem compreendido entre o município de Roncador às localidades de Mato Rico e a Fazenda Cachoeira. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a liberação de recursos para o término das obras do Ginásio Municipal de Esportes do município de Terra Boa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Fiori Luiz, constaten do expediente de sessão anterior, solicitando o voto de congratulações pelo aniversário de emancipação política do município de Florestópolis. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Djalma de Almeida Céasr, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à sra. secretária da Educação, visando a implantação do Pré-Escolar na Escola Rivadávia Vargas - Ensino de 1.º Grau., no Município de Pirai do Sul. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos srs. governador do Estado e secretária da Educação, visando a padronização das carteiras de identidade estudantil nas escolas de 1.º e 2.º e 3.º graus, mantidas pelo Estado, emitidas sob a responsabilidade da UPES e UPE. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à sra. secretária da Educação, encarecendo a concessão de um veículo para transporte de professoras no município de Fênix ao Distrito de Bela Vista do Ivaí. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. Presidente da Sanepar, por intermédio da secretaria do Interior, visando a implantação de um minissistema de abastecimento de água no distrito de Arapuan, no município de Janiópolis. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão legislativo, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica no trecho compreendido entre o município de Fênix ao Distrito de Bela Vista do Ivaí. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário dos Transportes, visando a reconstrução da ponte sobre o rio Cavafunda, no distrito de Palmital, município de Boa Esperança. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior,

solicitando voto de congratulações pela passagem do 22.º aniversário de emancipação político-administrativa do município de Ubiratã. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. governador do Estado, encarecendo recursos para serem aplicados na aquisição de combustível e pagamento do funcionalismo público do município de Moreira Salles. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. presidente do BADEP, por intermédio da secretaria das Finanças, visando a criação e instalação de um escritório regional daquela instituição financeira, no município de Campo Mourão. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. Secretário do Interior, visando avaliação de formas de combate à erosão localizada no Distrito de Bredópolis, Município de Janiópolis. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. presidente da Sanepar, por intermédio da Secretaria do Interior, visando a ampliação da rede que serve para o abastecimento de água no município de Mamborê. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Telepar, visando a instalação de um telefone público junto ao Bar e Mercearia de Acyr Miranda, no distrito da Fazenda Rio Grande, município de Mandirituba. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente às lideranças dos partidos no Congresso Nacional, encarecendo caráter de urgência na apreciação da nova versão à Lei de Segurança Nacional a ser submetida àquela Caas de Leis e oriunda da Presidência da República. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário da Agricultura, no sentido de gestionar junto à Cafe do Paraná, encaminhamento de relação de devedores inadimplentes da referida empresa, bem como o montante do débito de cada devedor. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de apelo ao sr. presidente do Banestado, por intermédio da Secretaria das Finanças, no sentido da manutenção da agência daquela instituição financeira, no município de Rio Bom. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. diretor presidente da Copel, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo o barateamento e apoio tecnológico quanto à implantação de uma renda de energia no conjunto habitacional a ser construído no município de Goioerê. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à sra. Superintendente da Fundepar, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a realização de reformas gerais na Escola Germana Afonso Moleiro, do município de Goioerê. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao jovem Rodrigo Augusto Barnabé, que se consagrou campeão master do Circuito Sul América de Tênis, realizado no Rio de Janeiro. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado a todos os partidos políticos no Senado da República e na Câmara dos Deputados, encarecendo que não encampem os pressupostos do imperialismo norte-americano e do FMI contra o nosso povo, institucionalizando a prática do aborto em nossa terra. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Ministério das Minas e Energia, encarecendo para que sejam incluídas no Projeto de Implantação de Destilarias de Alcool, neste Estado, empresas paranaenses. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de pedido de informações ao sr. Governador do Estado, quanto à destinação dos recursos financeiros para o município de Mandirituba. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Edgard Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando um voto de congratulações pela realização do 9.º Congresso Sacerdotal Brasileiro, 11.ª Convenção Nacional dos Serra Clubes do Brasil e 10.º Encontro Vocacional, com a presença do Núncio Apostólico D. Carlos Furno e de mil Seminaristas no município de Ponta Grossa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do deputado Edgard Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando um voto de congratulações pelas comemorações do 32.º aniversário de emancipação política do município de Cascavel. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de pedido de informações ao sr. governador do Estado, sobre as atividades da Comissão criada para dar solução aos problemas que envolvem os bóias-frias no Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. governador do Estado, encarecendo a remessa a esta Casa de Leis, de Projeto de Lei estabelecendo remuneração condigna aos Subdelegados de Polícia. — Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela Ordem) para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à sra. Superintendente da Fundepar,

por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a liberação de recursos a serem aplicados na construção de salas de aula para o Ginásio Ribeiro de Campos, do município de Goioerê. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à sra. Superintendente da Fundepar, por intermédio da secretaria da Educação, encarecendo a liberação de recurso para construção de um novo prédio da Escola Estadual São Luiz Gonzaga, no Município de Mamborê. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Superintendente da Fundepar, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a liberação de recursos financeiros a serem aplicados na reforma geral das instalações da Escola Estadual Professor Léo Kholer - Ensino de 3.º Grau, no Município de Terra Boa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à sra. Superintendente da Fundepar, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a liberação de recursos, para bolsas de estudos, aos estudantes da Escola José Lupion - Ensino de 2.º Grau, no Município de Quinta do Sol. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Anibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do artigo "Um PTB Desfigurado" de autoria de Iberê de Mattos, publicado no jornal "Gazeta do Povo". — **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do sr. deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 36.º aniversário de emancipação política do Município de Ibiporã. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. presidente do Banco do Brasil, encarecendo a transformação em agência, do Posto Avançado daquele estabelecimento de crédito, no município de Missal. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos srs. governador do Estado, secretário da Administração e secretária da Educação, visando a análise e ulterior enquadramento das fundações Universitárias Estaduais de Maringá, Londrina e Ponta Grossa, como entidades filantrópicas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. ministro da Previdência e Assistência Social, encarecendo a autorização de um médico, a fim de que o mesmo possa encaminhar guias de internamento do Fundo Rural Patronal, localizado no município de Engenheiro Beltrão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo informações quando da realização da campanha de vacinação contra o sarampo, desenvolvida a nível estadual, no que diz respeito ao Município de Fênix. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário dos Transportes, encarecendo a liberação de recursos financeiros para a aquisição de materiais para a construção de pontes e bueiros, bem como a recuperação dos que estão atualmente necessitando de melhorias, no município de Juranda. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. diretor da Radipar, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a implantação de uma nova repetidora de sinal de televisão, no município de Janiópolis. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos srs. governador do Estado e secretário da Administração encarecendo providências quanto às reformas que se fizerem necessárias na Escola Estadual Maria B. Planas, localizada na Zona Sete, no Município de Maringá. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário da Agricultura, visando a criação e implantação de um escritório da Cafe do Paraná - Cia. Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná, no município de Mamborê. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. presidente do Tribunal de Justiça, visando a criação do Distrito judiciário de Rancho Alegre do Oeste, na Comarca de Goioerê. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando conste da ata dos trabalhos da presente sessão, a homenagem póstuma prestada ao ex-presidente da Câmara de Vereadores do município de Mandirituba. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao engenheiro José Alberto Pereira Ribeiro, pela sua eleição como presidente do Conselho Diretor da Associação Paranaense dos Empreiteiros de Obras Públicas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário dos Transportes, encarecendo serviços de manutenção na estrada que liga a BR-277 à sede do município de São João do Triunfo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 32º aniversário de emancipação política do município de Guaíra. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. governador do Estado, apelando no sentido de que autorize a este Poder Legislativo, mensagem que regulamente as Custas Judiciais, nos termos do estudo feito por Comissão Especial designada pela Corregedoria Geral da Justiça, resultante da proposta encaminhada ao Poder Executivo, pelo Tribunal de Justiça do Estado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Edgard

Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a criação do Distrito Judiciário de Lindoeste, no município de Cascavel. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. governador do Estado, no sentido de ser constituído um Grupo de Trabalho, com o objetivo de estudar a implantação do Seguro Obrigatório Rural no Estado do Paraná. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a sra. superintendente da Fundepar, por intermédio da secretaria da Educação, encarecendo a liberação de recursos financeiros para a construção de novas salas de aula e demais dependências no Colégio João XXIII, no município de Mamborê. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. diretor superintendente da Emopar, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo liberação de recursos financeiros para possibilitar a construção de uma cozinha e um refeitório para o Colégio Estadual Polivalente, no município de Goioerê. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a sra. superintendente da Fundepar, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a liberação de recursos financeiros a serem aplicados em reformas gerais nas dependências da Escola Estadual Manoel Antônio da Cunha - Ensino de 1º Grau, no município de Terra Boa. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário da Saúde e Bem-Estar Social, objetivando a destinação de uma ambulância devidamente equipada para o município de Ubatã. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. diretor presidente da Sanepar, por intermédio da Secretaria do Interior, objetivando a execução de obras de ampliação da rede de água, localizada no Distrito de Ivaíândia, no município de Engenheiro Beltrão. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário da Segurança Pública, encarecendo providências sobre a fuga de mais de onze presos da delegacia do município de Paranaguá. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex ao sr. governador do Estado, encarecendo definição sobre a assinatura do acordo com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, regularizando a situação dos profissionais de comunicação, que prestam serviços aos órgãos da Administração Direta e Indireta no Governo do Estado. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior,

solicitando o envio de expediente ao sr. presidente da Câmara dos Deputados, encarecendo em regime de urgência, a votação da nova Lei de Segurança Nacional, enviada ao Congresso, nesta data. — Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Eu pediria a vossa excelência que determinasse a leitura do expediente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa atende. (É lido o expediente).

Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando o envio de informações ao sr. governador do Estado, quanto à liberação de verbas para realização de obras públicas. —

Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

A Mesa transmite convite da Comissão de Saúde, aos srs. deputados, para assistirem a instalação do I Simpósio da Saúde promovido por esta Assembléia Legislativa, agora, às 20:00 horas, no Pequeno Auditório desta Casa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 17, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

4ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 39/83.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 79/82 dos Projetos de Lei n.ºs 53, 131, 174 e 182/83.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 130/83, e dos Projetos de Resolução n.ºs 86, 87 e 88/83.

A Presidência marca ainda uma sessão extraordinária para amanhã, quinta-feira, dia 17, logo após o encerramento da Sessão Ordinária, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 16, 17, 18, 19, 20 e 21/83.

Levanta-se a sessão.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. EDPUTADO ANTÔNIO ANIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 1983.**

#### “UM PTB DESFIGURADO”

Iberê de Mattos

Ao ler as notícias de apoio do PTB ao governo, não tive nenhuma surpresa e até vi confirmadas as minhas previsões feitas há muitos meses. O que me causaria sensação de espanto seria uma atitude realmente trabalhista, partida de quem não tem nenhuma sensibilidade, mesmo que somente superficial em relação aos ideais preconizados na obra de Alberto Pasqualini, e, se a leu, não compreendeu.

Dá muita pena a comparação entre uma parte relativamente grande de políticos inexpressivos incluídos no PTB e a velha guarda combativa, que está em minoria, e defende pontos de vista inarredáveis, que eu conheci, embora não tivesse a honra de fazer parte dela. Essa confissão é necessária para evitar confusões, porque há muitos nomes com um passado respeitável e que se mantêm fiéis aos ideais do trabalhismo, com exceção, evidentemente, de Sandra Cavalcanti, uma lacerdista

fanática e que sempre tripudiou sobre os verdadeiros seguidores do partido. Lutei por Getúlio em 1932 e quase morri ao cair numa emboscada na Capela Ribeira, quando fazia parte do Estado Maior da Coluna Plaisant, como autêntico revolucionário, desde os tempos de cadete na Escola Militar, mas dele discordei, pelos meus sentimentos democráticos, quando mergulhou o País nas trevas do Estado Novo, em 1937. Atuei, de modo entusiasmado, para a sua queda em 1945. Quando voltou ao governo, sacramentado em eleições livres e diretas, em 1950, novamente me deixei empolgar pela sua figura e crendo sinceramente em suas mensagens em defesa do povo. Por outro lado, a sua situação de vítima das inojentas calúnias de um fanático inconseqüente como Carlos Lacerda muito me sensibilizou. Passei então a apoiá-lo, mesmo tendo sido por ele afastado da direção da Fábrica Nacional de Motores, onde eu havia lançado o FNM de saudosa memória. Fui preterido por um amigo do seu motorista de avião, Neto Moura, bem conhecido na época e que também ganhou terras no Paraná. Provo com isso que não foi na base do empreguismo a minha sincera apologia dos ideais trabalhistas, sem me considerar getulista, no sentido pessoal, numa postura adotada por muitos e a minha nomeação para superintendente da RVPSC devo ao amigo e contraparente José Américo de Almeida, uma das glórias deste nosso Brasil.

Ao ingressar no PTB a convite de Souza Naves, em 1956, ainda estava traumatizado com a tragédia de Vargas e me senti perfeitamente à vontade para empreender uma campanha nacionalista, como era a do PTB, para lutar contra os traidores do Brasil aliados ao entreguismo mercenário de Carlos Lacerda e outros. Fui eleito Prefeito, usando com orgulho a bandeira tricolor, preta, branca e vermelha, que desfraldava ao vento no jipe (aliás único) em que fiz toda a campanha, com apoio de líderes estudantis nacionalistas, como José Richa, Maurício Fruet e Enéas Faria e alguns outros moços patriotas. Foram dias gloriosos e tenho a consciência tranqüila quanto ao ter correspondido à confiança dos que me elegeram o que sinto até hoje através de manifestações de carinho nas ruas por onde passo, principalmente dos mais humildes daquela época.

É natural, portanto, o meu desencanto com o agachar de um partido que sempre teve a coragem de enfrentar os poderosos, e se motivos ideológicos não houvessem como respaldo na atual situação, bastaria o fato de ainda estarmos submetidos a uma ditadura militar, mesmo que existam promessas de restabelecimento de democracia em nosso País, mas estamos muito longe disso, porque não será mais fácil arrancar as mordomias de tantos aproveitadores. Os movimentos populares têm mais força do que pensam os ditadores, geralmente cercados de puxa-sacos que os bajulam, dizendo que são queridos pelo povo; e é bem característico o caso da Argentina, onde houve a derrubada do regime militar e que antes tentara sobreviver às custas de torturas e assassinatos dos que não o aceitavam.

O apoio do PTB a uma ditadura militar significa um vergonhoso rompimento com seus

compromissos doutrinários na sua totalidade, principalmente por ter sido a nossa ditadura caracterizada pela perseguição aos líderes trabalhistas com requintes de crueldade, o que não era estranhável por ser de inspiração udenista ou lacerdista. Pasqualini e Souza Naves deixaram uma herança que foi conspurcada e enxovalhada por interesses materiais no lamentável episódio político da aprovação, sem emendas, do DL 2065. Poderia ser exigida, como compensação de apoio, a licença do atual presidente por 120 dias, e em tal caso seria justificável, mas ficar esmolando um ministério como aconteceu com o Paraná, durante tanto tempo, não justifica o escândalo. A ditadura sempre teve medo do trabalhismo. A ditadura sempre teve medo do trabalhismo, pela sua bela imagem de defensor da justiça social sem radicalismos, tanto que procurou neutralizá-la pelo divisionismo, o que

conseguiu pelas facilidades proporcionadas por alguém que prefiro não citar, respeitando o seu estado de saúde. Não admiti ditadura com Getúlio no poder e seria absurdo aceitar a atual ditadura militar. Somente vejo uma saída honrosa para o trabalhismo brasileiro, que é o surgimento de um partido social-democrata com a fusão do PTB, do PDT e do PT, de acordo com os modelos que estão predominando em todo o mundo. A propósito, o atual PDS não é nem democrata e nem tem nenhum objetivo social, sendo um simples homologador de determinações do Planalto. Essa ressalva é indispensável para não haver confusão sobre o que é uma social-democracia.

Engenheiro militar, ex-prefeito de Curitiba e escritor. Correspondência para Av. Munhoz da Rocha, 263 - Curitiba. Tel.: 252-3556.